

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 799
20 de Abril de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português

— Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX

Tel. 76 97 22 / 25

— Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa



Uma convicta confiança dos jovens comunistas no futuro e na juventude portuguesa

Págs. 1/5/Semana

Anunciada para hoje greve na EDP

Com a adesão certamente fortalecida em relação a Março, pois se conta com a adesão dos quadros técnicos, a greve de 48 horas anunciada para hoje e amanhã na EDP não tem apenas motivos salariais. Uma nota da Federação sindical mais representativa da empresa acusa o Governo de pretender entregar à exploração privada a produção e distribuição de energia, naturalmente os sectores mais apetecíveis para o capital especulador.

- Preparação do VI Congresso da CGTP
- III Congresso da Fenprof
- Só no distrito de Lisboa: 220 milhões de dívidas à Segurança Social
- Greves em Coimbra, concentração do Chiado, movimentação na Siderurgia
- Preparação do 1.º de Maio

Pág. 12/Semana

Em Foco /

O DESCALABRO DA BALANÇA COMERCIAL

Quando o Sol é para todos e o «saque» para alguns...

Rui Godinho - candidato CDU à presidência da CM Lisboa: «CDU candidata para ganhar!»

DIA DA LIBERDADE



DESFILE MARQUÊS

**Comemorações
em todo o país**

Em Lisboa

Desfile do Marquês de Pombal
ao Rossio — 15 horas

No Porto

Desfile na Avenida dos
Aliados — 16 horas



Chegou ontem a Lisboa, para uma visita a Portugal a convite do PCP, uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, dirigida por Werner Krolkowski, membro do Bureau Político e do Secretariado do PSUA e membro do Conselho de Estado da República Democrática Alemã. A delegação foi recebida no aeroporto por Oclávio Pato, membro do Secretariado do PCP.

Delegação do PSUA visita Portugal



Preparemos as batalhas do futuro

É do domínio público que no seio do Governo cavaquista, do partido governante e da sua clientela política mais directa se acentuam no momento actual fenómenos de decomposição, de degradação moral, de indignificante comportamento institucional e cívico.

Já aqui referimos que tais fenómenos não são ocasionais nem isolados entre si. São intrínsecos à própria natureza de classe e dos objectivos políticos do Governo cuja ética se molda pela alta especulação capitalista e cujo labor essencial consiste na aceleração do processo restauracionista dos monopólios e do seu poder em Portugal onde, há precisamente 15 anos, a aliança revolucionária do Povo e das Forças Armadas os erradicou, com o latifúndio, da vida nacional.

Certas forças e dirigentes políticos da oposição democrática partem da verificação real daqueles fenómenos para a conclusão errónea da queda automática mais dia menos dia do Governo cavaquista por exclusivo efeito das suas dificuldades e contradições internas.

Sem dúvida que o dessoramento moral e político da actual clique governante é simultaneamente um sintoma e um importante factor de debilitamento da sua base social e política de apoio. Os partidos e organizações democráticas têm o dever de os denunciar e aprofundar de maneiras vigorosas.

Mas isso é insuficiente e de modo algum constitui o factor decisivo do derrubamento e da necessária substituição do Governo no quadro das instituições democráticas actuais.

Para o PCP é ponto assente que nenhum governo de natureza antipopular cai de pôdre ou deixa de existir única e fundamentalmente pelo jogo das suas dificuldades e contradições internas.

É a luta do povo — determinada, ampla, unida e conjugada na diversidade das suas formas — que não somente aprofunda as dificuldades internas do cavaquismo como criará as condições decisivas para a sua queda e a sua substituição num prazo necessariamente o mais curto possível.

A construção indispensável de uma alternativa democrática de Governo e de política coloca-se cada vez mais como um passo necessário na situação política nacional.

Assim o exprimem nas formas mais diversas sectores muito vastos da população portuguesa; assim o exigem as condições objectivas da nossa economia e da nossa sociedade cada vez mais seriamente afectadas pela política cavaquista; assim o impõe a necessidade de colocar um travão aos atentados diários à democracia, à legalidade democrática e à moral do poder.

Assim o aconselham de maneira particularmente viva as novas condições em perspectivas no quadro da integração europeia e do estabelecimento do Mercado Unico Europeu que vai exigir de Portugal, do povo português e do seu Governo um aturado esforço patriótico no plano económico, social e financeiro, no da defesa da independência e da soberania nacionais que é imperioso acautelar nas vascas da supranacionalidade e no embate das transnacionais, na luta pela superação do nosso atraso económico, social e tecnológico, pela correcção das nossas assimetrias regionais e a elevação do nosso teor de vida.

As grandes batalhas políticas de 1989 vão sem dúvida pôr à prova a tempera, a capacidade e a vontade políticas, o patriotismo e o sentido das realidades das principais forças da democracia portuguesa.

Duas dessas grandes batalhas estão já em pleno desenvolvimento e com prazo à vista: o da Revisão Constitucional e a das eleições para o Parlamento Europeu.

Tudo aponta — nas intenções da direita e dos que com a direita se aliam — para que as eleições de 18 de Junho se realizem já num quadro constitucional diferente, em resultado do inqualificável conluio PS/PSD para a aceleração dos debates e decisões do plenário da Assembleia da República de uma revisão que ameaça as conquistas democráticas mais significativas do 25 de Abril.

A batalha da Revisão Constitucional distingue-se pelas suas consequências imediatas e a mais longo prazo.

Pode afectar os próprios fundamentos do regime e criar um novo quadro jurídico sob o qual as forças mais retrógradas da sociedade portuguesa actual, em estreita associação com o império internacional do dinheiro e as multinacionais, irão tentar subverter a realidade democrática instaurada

pelo 25 de Abril, os direitos, liberdades e garantias obtidos pelos trabalhadores e cidadãos com o patriótico «Movimento dos Capitães», abrir a porta a um novo regime de repressão, de violências, de alta corrupção de que o Governo cavaquista acendeu já numerosos surtos.

Tem auras de verdadeira farsa — de que o povo português tirará cerdo ou tarde as necessárias conclusões — o afanoso empenho do PS a «meter farpas» no lombo do partido de Cavaco, no quadro da sua celeberrima estratégia de «oposição a 100% ao PSD», e ao mesmo tempo a dar-lhe o braço e a fornecer-lhe balões de oxigénio no quadro da Revisão Constitucional que poderão permitir-lhe por mais dilatados tempos o seu domínio do poder.

O cerceamento dos debates parlamentares das propostas de Revisão imposto pelos partidos da direita com a associação do PS são uma amostra da empreitada antidemocrática que está na forja por efeitos do acordo político do PS com o PSD.

O que está na base do casamento de conveniência entre o PS e o PSD, a que naturalmente se associa o CDS, não é uma actualização necessária do nosso texto constitucional às novas realidades do nosso tempo e às determinantes de defesa e aperfeiçoamento do regime democrático, para que estaria disponível o PCP — tal como está expresso no seu projecto de revisão — e certamente os seus aliados na CDU.

O que está no âmago do conluio PS/PSD é o profundo desfiguramento da nossa Lei Fundamental e da realidade institucional e política saída da Revolução de Abril.

Nenhuma distorcida e demagógica argumentação dos negociadores socialistas do acordo com o PSD poderá ocultar os verdadeiros desígnios e consequências da revisão constitucional que perspectivam.

Profundamente empenhado na batalha do presente e do futuro do PCP multiplica as suas iniciativas no terreno da organização, da intervenção política, da ligação com as massas.

Por todo o País se realizam Assembleias de organização (regionais, distritais, concelhias, de freguesia, de células de empresa, de sectores pro-

Resumo

12

Quarta-feira

CDS, PSD e PS fazem aprovar na Assembleia da República o regulamento do debate da Revisão Constitucional, reduzindo o debate sobre a matéria a 60 horas ■ CDU anuncia a candidatura de Rui Godinho para a presidência da Câmara de Lisboa e de José Saramago para a Assembleia Municipal da capital ■ Miguel Cadilhe ameaça processar Freitas do Amaral por declarações proferidas na televisão ■ De regresso de Itália, o Presidente da República afirma não desejar candidatar-se a secretário-geral da ONU e diz que a eventual visita do Papa a Timor-Leste será benéfica para os interesses dos timorenses ■ Na Geórgia, o primeiro-secretário do Partido Comunista local demite-se na sequência dos incidentes violentos em Tbilissi ■ Na Namíbia, apenas quatro guerrilheiros da SWAPO entregam-se à ONU, ao abrigo do último acordo estabelecido para a independência do território ■ Belenenses e Benfica são apurados para a final da Taça de Portugal em futebol.

13

Quinta-feira

Morre D. António Ferreira Gomes, ex-bispo do Porto, exilado durante dez anos por ordem de Salazar, depois da publicação de uma carta aberta onde o regime era posto em causa, na sequência das eleições de 1958, onde concorriam Américo Tomás e Humberto Delgado ■ É anunciado que a taxa de inflação deste ano é, até ao mês de Março, de 10,6 por cento ■ Na Assembleia da República, Marques Júnior (do PRD) interroga o PS sobre se este partido não se preocupa com o facto de as sucessivas revisões constitucionais colherem o apoio crescente da direita e suscitarem dúvidas maiores na esquerda ■ A lista da CDU para Setúbal será encabeçada pela deputada Odete Santos, segundo anúncio feito hoje ■ Na Namíbia a ausência de membros da SWAPO nos postos de recolhimento da ONU é justificada pelo facto de os postos se situarem perto de guarnições militares sul-africanas. Os guerrilheiros da SWAPO decidem dirigir-se directamente para Angola.

14

Sexta-feira



Uma explosão numa loja de ferragens na Rua Nova do Almada, em Lisboa, provoca um incêndio que fez

temer a reedição da catástrofe do Chiado ■ É revelado que a encomenda feita por Leonor Bezeza ao arquitecto Tomás Taveira para um projecto de urbanização dos terrenos do Hospital Júlio de Matos custou 160 mil contos ao Estado. Com base em pareceres negativos da Direcção Geral da Aeronáutica Civil, a Câmara recusou o projecto de Taveira ■ O Provedor de Justiça requer a inconstitucionalidade de quinze artigos do Imposto Único e de algumas normas da Contribuição Autárquica ■ No Aeganistão anuncia-se que a capital, Kabul, volta a ser reabastecida por via terrestre, furando o cerco dos contra-revolucionários ■ Anuncia-se a chegada a Angola de 500 guerrilheiros da SWAPO.

15

Sábado

Um semanário lisboeta afirma que Leonor Bezeza, quando era secretária de Estado da Segurança Social no IX Governo do chamado «Bloco Central», favoreceu uma empresa de que eram sócios um irmão e o marido, atribuindo-lhe uma campanha publicitária no valor de dezenas de milhares de contos ■ Outro semanário afirma que o ministro da Defesa, Eurico de Melo, proíbe o habitual discurso do 25 de Abril proferido pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, agora Soares Carneiro ■ Em Loures tem início o III Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) ■ Na Amadora a CDU realiza um Encontro Concelhio onde aponta os princípios e bases gerais de desenvolvimento do concelho na década de 90 ■ Cavaco Silva na Figueira da Foz acusa a oposição de «usar métodos gongalvistas enquanto o CDS reúne a sua Comissão Política e diz que «o Governo anda desorientado» ■ Cento e oito espectadores de um jogo de futebol inglês morrem esmagados contra o gradeamento das bancadas, depois de a polícia abriu os portões do estádio de Sheffield, para entrarem quatro mil pessoas num estádio já superlotado.

16

Domingo



O secretário-geral do PCP, no encerramento do Congresso da JCP, acusa o Governo de «instituir como regras do jogo a ilegalidade, as frau-

des, a corrupção». Álvaro Cunhal qualificou a Resolução Política aprovada no Congresso dos Jovens comunistas de verdadeira «Carta Programática da Juventude», contendo as orientações necessárias para um aumento da influência da JCP. A direcção eleita da JCP passa de 63 para 71 membros saindo 32 membros da anterior direcção ■ O actual presidente da Câmara de Benavente, José Ganhão, da CDU, anuncia no encontro concelhio daquela coligação a sua recandidatura à presidência da edilidade ■ Combates em Beirute provocam a morte de 36 pessoas, entre as quais o embaixador de Espanha no Líbano ■ Em Bruxelas, 20 mil pessoas manifestam-se contra os planos da NATO de modernizar os seus mísseis de curto alcance.

17

Segunda-feira

Por proposta da CDU, a Câmara Municipal de Lisboa, com os votos contra do PSD e CDS, aprovou a classificação do Hospital Júlio de Matos como imóvel de interesse público ■ No Tribunal da Boa-Hora, o Ministério Público pediu dez anos de prisão para Dona Branca, por associação criminosa, burla e passagem de cheques sem provisão ■ O Ministério da Agricultura e Pescas entrega mais reservas no Alentejo, só informando sexta-feira à tarde as cooperativas, de forma a que os trabalhadores não possam recorrer ao Supremo Tribunal Administrativo, cujos acórdãos anteriores têm sido desfavoráveis ao Governo ■ Guerrilheiros da SWAPO são perseguidos por militares sul-africanos, enquanto a força da ONU (UNTAG) acusa a África do Sul de continuar a intimidar a população namibiana ■ Na Polónia o Sindicato Solidariedade é oficialmente legalizado.

18

Terça-feira

O Conselho de Comunicação Social (CCS) adverte publicamente a Direcção de Informação da RTP de que, na perspectiva dos dois próximos períodos eleitorais, «não são toleráveis acções que colidam com os deveres constitucionais e legais», em termos de «independência perante o Governo, pluralismo e livre expressão», sublinhando que a RTP tem «uma persistente dificuldade em acatar dispositivos de legalidade democrática e constitucional que directamente a vinculam». ■ A CDU entrega no Tribunal Constitucional o seu processo de candidatura às eleições do P.E., tendo sido a primeira força política a fazê-lo. ■ É levantado o recolher obrigatório na cidade de Tbilisi, capital da Georgia soviética, tendo sido anunciado pelas autoridades locais que a vida regressou ao seu curso normal. ■ Coincidindo com uma greve geral convocada pela Central Única de Trabalhadores (CUT), a capital chilena fica às escuras devido ao rebentamento, por explosivos, de vários postes de alta tensão.

fissionais), se debatem as questões candentes da situação dos trabalhadores e do papel dos comunistas na dinamização do movimento popular e democrático de massas, na preparação do Partido para as grandes batalhas políticas do ano em curso.

No início da semana foi entregue no Tribunal Constitucional a lista dos candidatos da CDU ao Parlamento Europeu com nomes prestigiosos de comunistas e outros democratas que são uma garantia de competência, de actuação patriótica em defesa dos interesses nacionais, de devotamento ao regime democrático.

Também no último fim-de-semana teve lugar o III Congresso da JCP, uma entusiástica realização dos jovens comunistas portugueses destinada ao reforço do seu papel é da sua intervenção na luta da nossa juventude pelo seu direito ao trabalho e à cultura, por um futuro feliz e digno, pela satisfação das necessidades e direitos elementares dos jovens.

Pouco a pouco, na materialização das decisões do XII Congresso, os comunistas portugueses reactivam o seu trabalho e o seu espírito de iniciativa, inserem-se nas novas realidades, procuram estar à altura das exigências da hora actual.

A luta contra as dificuldades do momento presente não é uma tarefa fácil. Exige dos comunistas uma nova dinâmica, o reforço da sua unidade política e coesão ideológica, o aprofundamento constante da democracia interna do seu Partido, o reforço das suas ligações com o povo.

As comemorações do 25 de Abril na próxima 3.ª-feira concitam à acção, ao estreitamento dos laços unitários com todos os democratas que se reconhecem no projecto e no processo revolucionários dos jovens Capitães que em 74 restituiram ao seu povo e ao seu País a democracia e a liberdade.

E uma semana depois as comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores, do 1.º de Maio, que a Revolução de Abril fez reflorir numa escala jamais alcançada pelo movimento operário português.

Nessas grandes acções de massas se temperam a unidade, a convergência e a acção comum para as grandes batalhas políticas de 1989.

A força e a determinação das massas populares e de todos os democratas podem remover montanhas.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Março: 24 200 exemplares

3.º Congresso da JCP

Durante o fim-de-semana esteve reunido em Loures, no Pavilhão Paz e Amizade, o 3.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, que analisou a situação e a luta da juventude portuguesa e propostas da JCP, discutiu o funcionamento e a estrutura da JCP e alterações aos seus Princípios Orgânicos, e elegeu a Direcção Nacional da organização.

Foi um congresso vermelho vivo. Nas bandeiras e no painel à entrada do pavilhão, na Mesa, nas pastas dos delegados, no entusiasmo e no valor dos debates, na audácia e no conteúdo revolucionário das propostas aprovadas, na forte vontade de transformar brilhando nos rostos jovens vindos de todo o País, foi o vermelho vivo a cor que predominou.

Vermelho vivo jovem. Vermelho vivo comunista.

Vermelho vivo de um congresso que assumiu o lema «Ser jovem, ser comunista».

De acordo com o relatório da comissão de verificação de mandatos, dos mais de 900 delegados eleitos nas organizações, participaram no 3.º Congresso da JCP, 705. Destes, 424 tinham menos de 20 anos e 248 tinham entre 20 e 25; 388 eram estudantes do secundário, 69 — do superior, 298 — jovens trabalhadores; 262 eram raparigas.

Assistiu aos trabalhos uma delegação do PCP que intergrava, além do secretário-geral, Álvaro Cunhal (de cuja intervenção no encerramento reproduzimos extractos), os camaradas Ângelo Veloso (da Comissão Política do CC), Bernardina Sebastião (suplente da Comissão Política do CC) e Francisco Lopes (suplente do Secretariado do CC).

Outros dirigentes e militan-

Vermelho vivo



tes do Partido passaram pelo Pavilhão Municipal Paz e Amizade, como convidados. Entre os convidados especiais estiveram também antigos dirigentes da JCP, representantes da Interjovem, da CM de Loures, da Ecolojovem («Os Verdes»), dos Pioneiros de Portugal, de outras organizações juvenis.

Na sessão de encerramento foi anunciada — e aplaudida — a presença no congresso de delegações da Juventude Socialista, da Juventude Renovadora Democrática e do Conselho Nacional da Juventude.

Estiveram no 3.º Congresso da JCP delegações de organi-

zações juvenis de 18 países e da Federação Mundial da Juventude Democrática.

No sábado à noite realizou-se no ringue municipal de Loures um espectáculo com os grupos Nortada e Peace Makers.

Discussão franca e aberta

Um ambiente de discussão franca e aberta marcou o congresso desde o início, sábado de manhã, logo na discussão do regulamento. Por uma diferença de cerca de cem votos, foi aprovada a proposta da Direcção Nacional cessante e foi rejeitado, nomeadamente, o voto secreto.

O debate vivo e apaixonado prosseguiu depois na análise da situação e luta da juventude e das propostas da JCP, e das questões relacionadas com o funcionamento e a estrutura da organização dos jovens comunistas, prolongando no congresso a discussão da fase preparatória.

Será editado um livro com todas as intervenções e documentos apresentados no Congresso, de forma a reproduzir mais vividamente toda a riqueza do debate — conforme uma moção aprovada no domingo, ao fim da manhã.

Nessa altura foram aprovadas moções apelando, nomeadamente, ao empenhamento criativo e jovem nas campanhas eleitorais da CDU e à participação activa nas comemorações do 1.º de Maio; contra a violência no desporto; sobre o processo de revisão constitucional; sobre a formação e acompanhamento dos membros da JCP.

Uma moção intitulada «Paz para todo o mundo, solidarie-

dade com os povos em luta» foi aprovada por unanimidade e vividamente aplaudida, num espírito internacionalista que se reflectiu ainda na saudação fraterna e calorosa aos delegados estrangeiros, quer quando usaram da palavra (nomeadamente os do Kom-somol soviético, da UJC cubana, da FMJD), quer quando no domingo à tarde foram entregues as saudações e ofertas das outras organizações estrangeiras.

Ponto alto do entusiasmo e da alegria dos jovens comunistas presentes no 3.º Congresso foi a sessão de encerramento (a que os delegados do Porto já não puderam assistir por causa dos horários dos transportes), com a apresentação da Direcção Nacional eleita, a saudação dos Pioneiros, a intervenção de Álvaro Cunhal e a intervenção de encerramento de José Morais (nomeadamente a despedida aos camaradas da anterior DN que passam agora a outras tarefas, referindo em particular Carlos Rabaçal e Vítor Martins, e as boas-vindas aos novos camaradas que agora passaram a fazer parte do organismo dirigente da JCP).

Com a satisfação do bom trabalho feito no Congresso, com a consciência do muito trabalho que há agora pela frente, com a alegria de quem é jovem e se assume como construtor activo de um futuro melhor, os delegados e os convidados voltaram aos locais onde estudam e trabalham. O vermelho vivo do Congresso é agora a cor da juventude comunista que canta, ri, cresce e luta um pouco por todo o País. ■ **DM**



O que vão revelar os arquivos da Internacional Comunista

No número 175 da R.I.
Preço 70\$00

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários



Os comemorocratas

Eurico de Melo, ministro da Defesa, é uma das muitas individualidades que a Revolução do 25 de Abril nos deu o privilégio de conhecer.

É certo que nessa longínqua madrugada de 1974, quando os militares e o povo saíram à rua para derrubar a que era então a mais velha ditadura fascista da Europa, ninguém sabia quem era Eurico de Melo. Nem ele fez por isso, entretido que andava, certamente, nos labores de industrial nortenho e longe que estava ainda de descobrir os seus inquestionáveis talentos de governante democrático.

O facto, aliás, não merece referência especial, carecido que está de invulgaridade: a generalidade do executivo de Cavaco Silva (para utilizarmos um exemplo próximo) desconhecia na altura a dimensão opressiva do regime que estava a ser derrubado, demorando até bastantes anos a descortinar, entre onzes de março e mais-valias, contra-revoluções e direitos fundamentais, o caminho das pedras da democracia constitucional e, concomitantemente, a sua vocação de viajantes governativos.

E nem se pode dizer que tenham perdido tempo: muitos aproveitaram para concluir os cursos ou reforçar as habilitações académicas com que tão brilhantemente agora comunicam com o Mundo em geral e o País em particular, todos aprenderam de forma instantânea e apropriação definitiva o que é a democracia, a verdadeira, quase da *bayer*.

Que ensinam à gente.

São já vastas e profundas as contribuições do actual elenco governativo para a compreensão do fenómeno democrático e a sua consolidação, como regime político, no quotidiano dos portugueses.

Em primeiro lugar, num executivo coerentemente democrático quem fala é o Primeiro-Ministro. Assim evitam-se confusões, discursos contraditórios e discursos «tout court», que são geralmente uma maçada. Precavido com as insuficiências registadas na longa experiência democrática anterior ao 25 de Abril, Cavaco Silva não repetiu o erro de, sendo ele o responsável pelas alocações ao País, as fazer só de longe em longe. Nesta democracia o Primeiro-Ministro fala todos os dias.

Outro princípio fundamental (que se nos afigura decorrente do primeiro, mas tal averiguação é secundária) consiste na obrigatoria solidariedade governativa. O executivo é um todo e, mais que isso, um **tudo**. Daí que nada poderá atingi-lo, seja um imposto de sisa ou um escândalo financeiro. Uma coisa assim, nem o super-homem. Talvez as pirâmides.

Com tais pressupostos é evidente que se torna superlativo, quicá afrontoso, contestar a política do Governo ou o comportamento dos seus membros, seja por que processo for. Fruto que é da vontade soberana dos portugueses, o executivo de Cavaco Silva tem o direito, aliás o dever, de fazer respeitar essa vontade.

Se há greves, impõe-se a requisição civil. Os portugueses são de brandos costumes.

Se se denunciam escândalos governativos, põe-se tudo em tribunal. Os portugueses adoram as fitas do Perry Mason.

Se aparece alguma contestação às decisões do Executivo, chama-se traidores aos discordantes. Os portugueses não gostam que lhe mexam na pátria.

Daí que não seja surpreendente a decisão de Eurico de Melo de proibir, como ministro da Defesa, as tradicionais alocações das chefias militares por ocasião das comemorações do 25 de Abril.

Houve quem fizesse a Revolução para instaurar a democracia. Quinze anos depois o enérgico industrial do Norte e o Governo do brilhante economista do Sul têm a oportunidade de participar também no 25 de Abril, disciplinando-o.

Pondo a tropa a marchar, calada, por uns quarteirões distritais.

Se alguém perguntar a que propósito vêm tão estranhas manobras, é parvo: a tropa passa a vida nisso.

■ **H.C.**

Juventude

Álvaro Cunhal no encerramento

O caminho andado, a intervenção viva e dinâmica, as perspectivas de desenvolvimento

(...)

Os problemas da juventude no mundo de hoje são extraordinariamente complexos. Daí resulta a complexidade da definição dos objectivos, da orientação política, das formas orgânicas, do funcionamento interno, do estilo de trabalho da JCP.

Natural, inevitável, mesmo desejável, que haja opiniões diferentes, mesmo divergentes, que haja discussão e debate, em relação a praticamente todas as questões consideradas.

Obrigatório que sejam assegurados métodos democráticos na análise dos problemas, nos debates, nas votações que tenham lugar.

Indispensável, que a resultante, ou seja, as orientações finalmente definidas constituam o cimento político e ideológico da unidade da juventude comunista e da acção de todos e de cada um.

São bons princípios e boa prática (presentes nos trabalhos do vosso Congresso) a franqueza, a frontalidade, a expressão livre das opiniões com a certeza de serem ouvidas e apreciadas, a fraternidade nas diferenças, o respeito pelos camaradas que manifestam opiniões não aceites pela maioria e o respeito por parte desses mesmos camaradas das decisões aprovadas.

O vosso III Congresso mostra o positivo caminho andado desde o II Congresso, a viva e dinâmica intervenção da JCP, as sérias perspectivas de desenvolvimento. Há razões para todos sentirmos alegria e satisfação pela realização do III Congresso.

Mas satisfação não pode significar que se considere que tudo está bem, que tudo foi analisado, que tudo está definitivamente resolvido —, além do mais porque em caso algum um Congresso pode substituir o exame diário dos problemas e a busca diária das soluções.

A insatisfação e a exigência são sentimentos naturais dos jovens comunistas, que desejam mais da sua JCP. São também naturais em camaradas que têm opiniões diferentes das da maioria. Estareis entretanto de acordo em que não seria desejável, nem de aceitar, que a insatisfação, a exigência, a diferença de opinião se fixassem em opiniões ou tendências cristalizadas. Tão pouco seria desejável que os debates se transformassem em confrontos.

A insatisfação, a exigência, a diferença de opinião são factores positivos quando se integram num esforço colectivo e fraternal para encontrar as mais acertadas decisões.

Os trabalhos do vosso Congresso desenvolveram-se com elevado sentido de responsabilidade, reflexão e capacidade de analisar os problemas e de decidir das orientações e tarefas que se colocam à JCP e à juventude portuguesa. Mas também num ambiente de convívio, confraternização, alegria e festa — os vivas, o canto, o riso, os bombos, a dança — tudo isto traduzido no lema do vosso III Congresso: **ser jovem, ser comunista**.

A demagogia da direita e a sua política antijvenil

O vosso III Congresso expressou uma convicta confiança em vós próprios como juventude comunista que sois e confiança também na juventude portuguesa cuja vida presente e cujo futuro constituem a razão da intervenção da JCP na sociedade.

Esta confiança não resulta de uma ilusão, de que os jovens comunistas querem enganar-se a si próprios. Resulta sim da determinação e vontade revolucionária dos jovens comunistas intervirem numa realidade que o vosso III Congresso analisou com verdade e realismo.

Assim, o Congresso abordou de frente e com objectividade a influência das forças reaccionárias e da direita em geral na juventude portuguesa.

É um facto que a direita tem conseguido um largo suporte de massas juvenis designadamente nas campanhas eleitorais. Tem conseguido alcançar e manter fortes posições no movimento associativo dos estudantes e no movimento associativo em geral. Tem conseguido interessar a juventude em iniciativas que promove relativas aos tempos livres. E — pior que tudo isso — tem conseguido instilar em largos sectores juvenis, conceitos, hábitos, opções, prioridades, aspirações, formas de encarar a vida e um modo de viver de conteúdo reaccionário: a exacerbação do individualismo e do egoísmo, a agressividade gratuita, o culto dos meios fáceis de obter dinheiro, a exaltação do consumo independentemente dos recursos disponíveis, o culto da força física e da violência, a falta de escrúpulos, a amoralidade e, no plano político, o anticomunismo, tendo como principais alvos o PCP e a União Soviética.

Esta influência da direita tem sido alcançada através da mistificação e da demagogia, que utiliza diariamente poderosos meios, como decisões do Governo, a criação e acção de numerosas estruturas inseridas na chamada «política de juventude», a escola, a televisão, a rádio, a imprensa, o cinema, o vídeo, a banda desenhada, o computador, a publicidade, os esbanjamentos de fundos da CEE transitoriamente disponíveis boa parte dos quais se eclipsam em múltiplos canais de fraudes e irregularidades. Através também da resposta que o vosso Congresso considerou «parcial, enganadora, precária e su-

perficial» a problemas reais da juventude, mas nos quais largos sectores juvenis vêem uma preocupação e eventualmente a solução imediata de situações.

Na realidade, a direita e nomeadamente o actual Governo PSD de Cavaco Silva não resolveu nenhum dos grandes problemas da jovem geração: o emprego, a formação profissional, a frequência de cursos da própria escola, a habitação, a prática do desporto, as férias, os tempos livres, os centros de lazer.

Apresentando com pormenor a situação da juventude na actualidade, os documentos do vosso III Congresso contêm um verdadeiro libelo acusatório à política do Governo PSD de Cavaco Silva relativa à juventude. (...)

A situação da juventude e a chamada política de juventude do Governo do PSD e de Cavaco Silva têm de ser consideradas como parte integrante e como significativa expressão da situação do povo português e da política da direita, de liquidação das conquistas da revolução de Abril e de restauração do capitalismo monopolista de Estado com o cortejo das suas características essenciais. (...)

É um panorama sombrio de que é necessário ter plena consciência. Não para desanimar. Não para ter a situação por irremediável. Não para cruzar os braços e deixar correr. Não para perder as perspectivas. Mas, pelo contrário, para reforçar a intervenção, para mobilizar as grandes forças potenciais, para definir as justas orientações, para intervir, para lutar. E intervir e lutar com confiança em que se pode inverter o sentido da evolução política nacional verificado nos últimos anos, em que se pode derrotar a direita e assegurar o futuro democrático e independente de Portugal, no caminho aberto pela revolução de Abril. (...)

O vosso III Congresso concluiu que a chamada política de juventude do Governo provoca amplo descontentamento na juventude e que, embora ainda muito ampla e forte, enfraquece a influência da direita, que esta perde posições nas associações de estudantes, que ganham terreno a consciência dos interesses e direitos da juventude, os valores da liberdade e da democracia.

O III Congresso espelha esta situação. E espelha também a vontade, a determinação e a confiança da JCP em motivar a participação e a confiança de sectores cada vez mais amplos da juventude, em dar uma contribuição que pode ser determinante para que os problemas da juventude sejam resolvidos e para que se concretize uma perspectiva social, política e cultural conforme com os interesses, as aspirações, a vontade da juventude no limiar do século XXI.

Por uma verdadeira política de juventude

Os propagandistas da direita acusam a JCP assim como o Partido de que ao criticarem, desmascararem e atacarem a política de direita, mostram no fim de contas que estão contra tudo mas não estão por nada. Que acusam tudo quanto os outros fazem mas não propõem o que se deve fazer.

Estas acusações têm apenas o valor de uma caricatura de mau gosto. Porque a JCP (tal como o Partido) não se limita a condenar e a combater a política e a acção da direita em relação à juventude. O vosso III Congresso mostrou que a JCP sabe o que não quer e sabe com igual consciência aquilo que quer.

O vosso III Congresso definiu com rigor a **política da juventude** de que a juventude precisa. (...)

Colocando a **defesa do regime democrático** como objectivo político global, em que estão inseridos os objectivos de uma verdadeira política de juventude o vosso III Congresso definiu. (...)

A **política educativa** (...); as **políticas de emprego e de formação profissional** (...); as **políticas de habitação e de saúde para a juventude** (...); a **política de apoio à arte, cultura e desporto** (...); a **política de ambiente** (...); a **política de dignificação do Serviço Militar Obrigatório** (...).

E falamos no Serviço Militar Obrigatório cuja problemática a Direcção Nacional foi mandatada pelo Congresso a examinar e debater, porque não nos parece adequada à situação portuguesa e às garantias de defesa do regime democrático a concepção de um exército profissionalizado, de elite, com efectivos seleccionados por critérios políticos.

E finalmente, como aspecto de importância maior de uma política de juventude, a **política de paz**, que, inserida nos grandes objectivos mundiais de defesa da paz mundial, implique uma verdadeira política de defesa nacional e que, combatendo o envolvimento de Portugal na estratégia agressiva do imperialismo, recuse o estacionamento e o trânsito de armas nucleares em Portugal, a instalação da estação de rastreio de mísseis em Almodôvar, o alargamento do campo de tiro de Alcochete e implica uma política de amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

Estas propostas da JCP, de que referi um resumo e que são amplamente desenvolvidas na Resolução Política do vosso III Congresso, merecem bem o nome de **uma Carta Programática da Juventude, na realização de cujos objectivos toda a juventude portuguesa está vitalmente interessada**.



A tarefa agora, após o Congresso, é **levar às mais amplas massas juvenis estas propostas**. Por um lado, elas contêm um programa cuja realização global exigirá a derrota da política do Governo de direita, a revogação de numerosa legislação antijuvenil como é o caso do pacote laboral, e uma real alternativa democrática ao Governo PSD. Por outro lado, elas constituem, cada uma por si, objectivos concretos de luta imediata das massas juvenis.

A política de juventude que a JCP propõe não é o apontar de uma utopia. É a indicação clara, precisa e rigorosa de objectivos concretos que a situação nacional coloca com toda a premência e actualidade. É a reclamação justa e fundamentada de solução dos problemas que vive a juventude neste país real que com a revolução de Abril respondeu a muitos dos mais graves problemas e a muitos dos mais profundos anseios da juventude e que, com a política contra-revolucionária dos Governos de direita, vê a **juventude enganada, efectivamente desprezada, e solicitada através de intensa demagogia a apoiar uma política que se desenvolve contra si própria**.

O movimento da juventude grande força social

No caminho indicado pelo Encontro Nacional da JCP de Outubro passado, este vosso III Congresso aprofundou a análise, o conceito, o conhecimento, o papel e as perspectivas de desenvolvimento do movimento da juventude.

Na concepção avançada pelo III Congresso o movimento juvenil integra organizações juvenis de carácter político partidário, associações de estudantes, associações de trabalhadores-estudantes, grupos autónomos de carácter cultural e desportivo, colectividades recreativas e desportivas, sectores juvenis no movimento sindical, formas de coordenação para iniciativas e lutas, encontros nacionais, festas académicas, estruturas de associativismo juvenil de base local, formas de acção juvenil ligadas às autarquias, organizações e movimentos ecologistas, o movimento pela paz, órgãos de imprensa juvenil das mais variadas tendências. (...)

Apesar da diversidade das forças políticas ou sociais que apoiam ou dinamizam as mais variadas formas de organização existem traços comuns que as aproximam na medida em que **o conteúdo da sua acção corresponde a interesses reais e a aspirações sentidas da juventude de carácter cultural, desportivo, recreativo, económico e social**.

Os problemas e interesses da juventude são interesses e problemas de carácter objectivo, qualquer que seja a área organizativa em que as suas iniciativas e actividades se inserem. É a intervenção juvenil no quadro desses interesses que caracteriza o **movimento da juventude**.

Os grandes problemas da juventude, do seu presente e do seu futuro, os grandes interesses e opções da juventude na sua forma de estar na sociedade, constituem uma base sólida para a **aproximação dos jovens e a sua intervenção comum ou conjugada nas mais variadas esferas da sua vida e da sua acção**.

Quando os jovens intervêm na vida da sociedade em matérias relativas aos seus interesses específicos apagam-se as distâncias, abatem-se as barreiras e revela-se fácil o entendimento, o convívio, a confraternização, a iniciativa comum e a luta comum.

O campo dessa aproximação, desse entendimento, desse convívio, dessa confraternização, dessas iniciativas e dessa luta comum não é nem pode ser, por razão mesmo da realidade, o campo da intolerância, da ideologia reaccionária, do egoísmo e da violência, mas sim necessariamente, naturalmente, sem dificuldades, o campo da iniciativa, da afirmação

Juventude

própria, da vontade própria e da independência da juventude, o campo da liberdade, do procedimento democrático, da referência mesmo que não explicitada àquilo que a juventude conquistou com a Revolução de Abril. (...)

Daqui, as grandes linhas de acção da JCP que o vosso III Congresso definiu para o desenvolvimento do movimento juvenil: a reafirmação e o reforço da sua autonomia e independência em relação ao Governo, e ao poder político em geral, o carácter democrático do seu funcionamento, a definição com critérios transparentes do apoio do Estado ao movimento associativo, o incremento da cooperação e coordenação associativa, o respeito pela dinâmica, objectivos e formas de organização de cada movimento, a importância dos movimentos de intervenção juvenil orientados para problemas globais e o apoio aos movimentos informais.

Esta orientação coloca à JCP séria responsabilidade no desenvolvimento do movimento juvenil. Implica a inserção do fundamental da sua actividade nos mais diversos sectores do movimento juvenil. Exige, a par de grande firmeza política e ideológica, um combate constante a tendências sectárias, hegemónicas e preconceituosas e a promoção constante do diálogo, da abertura, da aproximação e do entendimento da juventude portuguesa.

Uma viragem na vida da JCP

A responsabilidade da JCP na vida e no movimento da juventude determinou nos últimos anos uma profunda reflexão sobre a experiência da sua própria actividade. Este vosso III Congresso, os documentos aprovados e numerosas intervenções são esclarecedores testemunhos dessa reflexão e das novas soluções e dos novos caminhos que a JCP se propõe percorrer.

A experiência já mostrou que se a JCP volta o grosso da sua actividade para dentro, para a vida interna, se as energias e capacidades dos jovens comunistas quase se esgotam na manutenção de um pesado aparelho e se afastam de uma constante inserção na vida corrente e quotidiana e na geral problemática de toda a juventude — o conhecimento da realidade enfraquece, a base de apoio esvai-se, a organização definha, os quadros entram na rotina, fecham-se as perspectivas e a frustração e o desânimo invadem os activistas.

Voltar decididamente para fora (para o movimento da juventude em toda a sua amplitude e diversidade) as atenções e as capacidades dos jovens comunistas, sem descurar o reforço das estruturas e da vida interna, é uma orientação central, universal e prioritária da intervenção da JCP na vida nacional. (...)

O III Congresso, confirmando a JCP como a organização autónoma de âmbito nacional dos jovens comunistas, organização que desenvolve a sua actividade no quadro da orientação política do Partido através do que os documentos do vosso Congresso chamam «uma relação rica e fraternal», sublinhou alguns importantes traços da JCP: uma organização estruturalmente aberta, uma organização para intervir através de múltiplas formas de intervenção, uma organização na qual a adesão e o activismo são livres e voluntários, uma organização que é um espaço democrático de intervenção colectiva. (...)

Não se trata de desprezar a experiência e os valores passados, o que dessa experiência e desses valores permanece valioso e válido. Trata-se sim de enriquecer a intervenção da JCP com novas soluções que capacitem a JCP a responder, intervindo, às mudanças operadas na realidade social e na vida e problemática da juventude.

Na **direcção**, com o conhecimento das realidades e dos problemas e a capacidade de explicar, de convencer e também de aprender, torna-se indispensável assegurar uma direcção central e uma orientação geral comum a todas as organizações e activistas, ao mesmo tempo que a organização e a actividade são profundamente descentralizadas, com a mais larga margem de iniciativa e de decisão, que entretanto, mesmo que se chame «autonomia» não poderá significar independência que contrarie a orientação geral.

Na **organização**, torna-se indispensável prosseguir o trabalho de estruturação em moldes novos, que abandonem decididamente a cópia ou imitação do funcionamento orgânico do Partido, que diversifiquem a organização em alguns grandes sectores organicamente autónomos (Ensino Superior; Ensino Secundário, que pela luta deu recentemente novas provas de ser merecedor da autonomia orgânica; e jovens trabalhadores) que assegurem formas maleáveis e abrangentes de coordenação das frentes de trabalho (trabalhadores-estudantes, associativismo local, trabalho autárquico) e que fomentem a formação de **colectivos** de jovens cuja qualidade de membros da JCP resulta de uma adesão e de um activismo livres e voluntários no quadro de formas flexíveis de intervenção e participação que como a experiência já mostrou, podem encontrar na realização de assembleias e encontros fortes incentivos.

No **estilo de trabalho**, torna-se indispensável o reforço constante do espírito democrático e de liberdade de opinião, o incentivo à iniciativa e à criatividade, a abertura constante ao contacto e ao diálogo, a recolha de experiência com os jovens no seu meio próprio de trabalho, de estudo, de cultura e de recreio, o abandono de soluções e respostas rígidas e pré-fabricadas e a busca de soluções e respostas diversificadas em conformidade com as situações e com os problemas concretos.

Na **informação e propaganda** a justa selecção, as prioridades e o vigor da abordagem dos problemas tem de expressar-se com rapidez e oportunidade, em formas atraentes e originais de comunicação, designadamente na imprensa juvenil, no cartaz, nas tarjetas, nas faixas, nas iniciativas de massas, nos festivais, nas campanhas. A criatividade só por si não assegura a necessária informação e propaganda da JCP, mas sem criatividade tão pouco ela poderá ser assegurada.

Na **formação comunista dos jovens**, torna-se indispensável incentivar a reflexão e a decisão próprias no quadro da reflexão e da decisão colectivas, ganhar os camaradas pelo gosto e o entusiasmo para uma militância mais intensa e empenhada, aprofundar o conhecimento e a explicação das realidades nacionais e internacionais, incentivar a participação juvenil nessa grande escola de política e de carácter que é a luta, estreitar as relações de amizade e cooperação com organizações juvenis comunistas, progressistas e democráticas do mundo, aprofundar a identificação política e ideológica dos jovens comunistas com a orientação da JCP e com o Partido, e de forma adequada e sempre aferida pelas realidades, incentivar o estudo dos princípios básicos do marxismo-leninismo.

No **trabalho de massas**, além de iniciativas políticas, ideológicas, sociais, culturais e desportivas próprias da JCP e com a marca da JCP, associando a acção de massas à intervenção dos jovens comunistas nas instituições democráticas, designadamente na Assembleia da República através dos seus deputados e no Conselho Nacional da Juventude, há que concretizar os esforços a todos os níveis na dinamização das mais variadas formas de organização e acção do movimento juvenil dos mais variados movimentos, das mais variadas iniciativas de carácter cultural, desportivo, recreativo, assim como de solidariedade internacionalista, procurando insistentemente estimular a confraternização e a unidade da juventude, insistindo no relacionamento constante, directo, franco, amigável e mesmo fraternal com outras organizações juvenis. (...)

As decisões deste vosso III Congresso contêm as orientações necessárias para um avanço audacioso e impetuoso da actividade e da influência da JCP nas jovens gerações, para que a juventude se encontre, viva, intervenha e caminhe livremente movida pelos interesses, objectivos e aspirações que lhe são mais queridos, para o avanço dessa poderosa, embora ainda dispersa e descoordenada, torrente de intervenção social que é o movimento juvenil em toda a sua amplitude e diversidade.

Para levar por diante as decisões do III Congresso, a JCP pode contar com o apoio firme, constante e fraternal do Partido que é também o seu.

O PCP com a juventude com a JCP

Nós, os comunistas, temos como ideal humanista a transformação da sociedade. (...)

O PCP combate a violentíssima campanha ideológica do imperialismo e de todas as forças reaccionárias e conservadoras no sentido de convencerem os povos, de convencerem a juventude, de que assistimos à falência, à falência definitiva, da construção da sociedade nova, da sociedade socialista. Para convencerem de que os partidos comunistas estão condenados ao declínio e ao desaparecimento. De que a luta de libertação dos trabalhadores, dos povos, da juventude deixou de ter quaisquer perspectivas.

O PCP, porque é um partido comunista, continua e continuará a luta pelos seus ideais, com a profunda convicção alicerçada na análise da evolução das sociedades, de que o mundo caminha para profundas transformações sociais, de que o socialismo e o comunismo iluminam no horizonte o futuro dos povos.

Para terminar:

Quando os jovens comunistas clamam «JCP — Juventude do PC», afirmam o seu elo político de carácter partidário, a sua identificação com os grandes objectivos da luta do PCP, com o seu programa, com a sua acção de vanguarda, com a sua convicção revolucionária, com as grandes decisões dos seus Congressos. No momento presente: com as decisões do XII Congresso, com a proposta concreta de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Este elo com o PCP não constitui entretanto a definição completa da relação JCP-PCP. Os novos princípios orgânicos da JCP aprovados no III Congresso (tal como os Estatutos do PCP na nova redacção aprovada no XII Congresso) confirmam o estatuto da JCP como organização autónoma que elabora as suas próprias orientações e decide sobre o seu trabalho, actividade e intervenção no movimento juvenil.

Isto é: «JCP — Juventude do PC» não significa nem alguma vez deve significar, que cabe ao PCP e aos seus órgãos dirigentes dirigir a JCP, traçar a sua orientação, decidir da composição dos seus órgãos dirigentes, sobrepor-se aos próprios órgãos dirigentes da JCP nas resoluções relativas à sua actividade. O dirigismo ou intervenção paternalista do Partido na actividade da JCP não ajudaria, antes contrariaria, o reforço e desenvolvimento da JCP e da sua influência entre a juventude.

Clamando «JCP — Juventude do PC» a **juventude comunista expressa a sua confiança no Partido. Instituinte e sublinhando o carácter de organização autónoma da JCP, o Partido expressa a sua confiança na juventude comunista**.

Expressando a sua confiança, pondo ao dispor da juventude a experiência partidária, apoiando a juventude política e ideologicamente, o Partido estimula a iniciativa e a criatividade da JCP e da juventude em geral. O Partido diz aos jovens: olhai o mundo com os vossos próprios olhos, reflecti e decidi com as vossas próprias cabeças, actuai com a vossa própria inteligência e os vossos próprios braços.

Camaradas:

A delegação do Comité Central do Partido aqui presente dará ao Comité Central uma informação do vosso III Congresso, além do mais porque, se é certo que a juventude tem muito que aprender com a experiência e o saber político do Partido, também o Partido aprende muito cada dia com a experiência e o pensar da Juventude.

Juventude

Propostas da JCP para uma política de juventude

A Resolução Política aprovada no congresso — onde o projecto inicial, conforme informou a comissão de redacção, recebeu ainda 400 propostas de alteração a vários pontos, que levaram à introdução de duas centenas de emendas — refere detalhadamente os efeitos da política de direita na situação da juventude e aponta um vasto conjunto de medidas que a JCP defende para uma política de juventude **«respeitadora dos direitos e aspirações dos jovens no plano económico, social e cultural»**, que **«deverá ser prosseguida no respeito pelos direitos juvenis consagrados na Constituição e na lei, pela participação dos jovens na elaboração de toda a legislação que lhes diga respeito e deverá ter em linha de conta as grandes reivindicações da juventude»**.

Destas, a JCP destaca, em 13 pontos, as mais importantes e mais sentidas pelos jovens, em relação à política educativa, à política de empre-

go, à formação profissional, à preparação dos jovens portugueses para o Mercado Único da CEE, à habitação, à saúde, ao combate à droga, à dignificação do serviço militar obrigatório, ao apoio à arte, cultura e desporto, ao apoio ao associativismo juvenil, à defesa do ambiente, à paz e ao desenvolvimento regional.

No concreto (e independentemente de um futuro tratamento mais pormenorizado), referimos o aumento dos investimentos na educação, o fim do *numerus clausus* e a revogação do actual sistema de acesso ao ensino superior, a aplicação do estatuto do trabalhador-estudante, a fiscalização das condições de estudo nas universidades privadas, a rápida regulamentação da Lei de Bases do Sistema Educativo, o respeito pelas AEs e pela autonomia universitária, a dignificação do ensino politécnico, a estabilidade no **emprego**, a revogação da lei dos despedimentos, a semana de trabalho de 40 horas,

a aplicação da recomendação da OIT que define os 16 anos como idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, a adopção de critérios transparentes na atribuição de subsídios e a elaboração do Plano Nacional de **formação profissional**, a revisão da lei das rendas e um mais fácil acesso ao crédito para **habitação**, medidas que garantam o acesso à cultura, estatutos especiais para jovens estudantes ou trabalhadores que se dediquem ao desporto amador de alta competição.

Algumas destas questões levaram à aprovação de moções específicas. A DN ficou mandatada para «promover o debate na organização sobre a nossa posição face ao carácter obrigatório, ou não, do serviço militar». O Congresso manifestou-se ainda pela «alteração da legislação penal sobre a droga, excluindo a previsão de qualquer pena de prisão para o simples consumidor», entre outras medidas.



O «mundo» que foi a Loures

A presenciar o terceiro congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), estiveram organizações de dezoto países, para além da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), na circunstância representada por um elemento da Juventude do Congresso Nacional Africano (ANC), da África do Sul, e da Juventude da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, de El Salvador.

Para além destas delegações, estiveram presentes no pavilhão Paz e Amizade de Loures, representantes do Komsomol Leninista (URSS), chefiados por Serguei Epifanetz, Secretário do Comité Central e da Juventude do SSM (Checoslováquia), chefiados por Vaclaz Smeli, membro do Presidium e secretário do Comité Central desta organização.

Ainda de países socialistas registou-se a vinda de organizações juvenis da Bulgária (Komsomol Dimitrovião), RDA (FDJ), Hungria (KISZ), Roménia (UTC) e Cuba (UJC).

Estevão Cabral, da Organização Popular da Juventude de Timor-Leste, disse em intervenção no congresso da JCP vir em reforço da solidariedade existente nas relações entre as duas organizações juvenis e solicitou às outras organizações congéneres, a divulgação da situação vivida naquele território e o estabelecimento de laços de amizade e solidariedade.

Dos países africanos de expressão oficial portuguesa, estiveram presentes delegações de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Da CEE estiveram em Loures delegações de organizações políticas de juventude

de Itália, Grécia, França, Dinamarca para além de uma delegação dos Colectivos de Jovens Comunistas, da Catalunha.

Estas organizações estiveram entretanto reunidas com a JCP, na tarde de segunda-feira, já depois do congresso, para um debate informal sobre as consequências para as juventudes dos diversos países, da entrada para a Comunidade Europeia e da entrada em vigor do Mercado Único Europeu.

Paa além de contactos informais entre si e a Direcção da JCP, registou-se a recepção oferecida segunda-feira de manhã pelo PCP a todos os elementos das delegações estrangeiras, recepção onde estiveram Álvaro Cunhal e Ângelo Veloso, em representação do Partido Comunista Português.

Carlos Rabaçal na abertura

«Grande confiança para continuar»

Carlos Rabaçal, do Secretariado da DN, fez na abertura do congresso uma intervenção focando algumas questões concretas da vida e da acção da JCP desde o 2.º Congresso, realizado em Sacavém a 15 e 16 de Dezembro de 1984.

«Porquê só agora o congresso, cerca de dois anos após a data inicialmente prevista?» foi a primeira pergunta a que respondeu: «Por um lado, o adiamento da realização do congresso do Partido veio mexer com o nosso calendário, tendo em conta que nos parecia mais adequado realizar o nosso congresso depois do do PCP. Por outro lado, o 2.º Congresso aprofundou as interrogações sobre a intervenção da JCP e o estilo de trabalho, sobre a inserção no movimento juvenil e sobre o próprio conteúdo político do movimento juvenil. Definiu uma linha prioritária de intervenção de massas. Mas deixou em aberto um vasto conjunto de problemas», o que «contribuiu para um atraso considerável da evolução da JCP, do seu dinamismo e da sua influência».

Em Outubro de 1986 «a Direcção Nacional tomou consciência desta situação, decidiu medidas de fundo no sentido de concretizar as principais

orientações do 2.º Congresso» e «criaram-se assim, também, melhores condições para a realização de um 3.º Congresso de viragem, com dados novos, com propostas novas, com respostas a novas situações».

Depois de se referir aos esforços feitos desde o 2.º Congresso «para inserir decisivamente a JCP na vida da juventude, nos seus problemas, nas suas necessidades, nos seus anseios e aspirações; para inserir e aumentar a influência da JCP no movimento juvenil», Carlos Rabaçal lembrou que «foram dados passos importantes» nestas direcções.

«Mas os problemas não estão completamente resolvidos» — notou. — «Mantém-se uma grande influência da direita no movimento juvenil.

Mantém-se muitas ilusões sobre os objectivos e conteúdo da política de direita. Há um insuficiente desenvolvimento da luta juvenil.»

Dão «uma grande confiança para continuar» os progressos conseguidos ao longo destes anos, «particularmente no plano da influência real dos jovens comunistas entre a juventude e no movimento juvenil»; nas lutas dos jovens trabalhadores, dos trabalhadores-estudantes, dos estudantes do ensino secundário e do ensino superior, na luta pelos direitos dos jovens, na luta pelo reforço da independência e vida autónoma do movimento juvenil, na luta em defesa das conquistas de Abril, na luta pela paz e na solidariedade internacionalista, na defesa do ambiente.



Organização revolucionária da juventude portuguesa

«A JCP assume-se, pelos seus objectivos e pela sua acção no desenvolvimento do movimento e das lutas juvenis, como organização revolucionária da juventude portuguesa», afirma-se nos Princípios Orgânicos (estatutos) da JCP, submetidos a alterações no 3.º Congresso. Estas modificações tiveram por base um projecto da Direcção Nacional, objecto de 311 propostas de alteração, das quais 147 foram aceites e mui-

tas das restantes consideradas, segundo informou a comissão de redacção respectiva.

O funcionamento da organização e as questões relacionadas com a sua estrutura foram ainda objecto de uma Resolução específica aprovada no Congresso.

A JCP, como organização «estruturalmente aberta» e que «existe para intervir nos problemas concretos, na dinamização da actividade de

massas, no impulsionar do movimento juvenil», aprofunda assim os resultados da experiência prática das orientações e decisões tomadas desde o 2.º Congresso.

Nos novos Princípios Orgânicos são introduzidas alterações quanto à adesão à JCP e participação nas suas actividades, aos direitos e deveres dos membros, à estrutura da organização.

Um novo capítulo institui «autonomias» no quadro da JCP — são organizações autónomas da JCP, com estrutura e direcção própria, de âmbito nacional, as organizações do ensino superior e do ensino secundário. A Direcção Nacional da JCP pode também criar «outras estruturas de intervenção ou coordenação de carácter sectorial, com autonomia própria».

Na Resolução sobre questões de organização e direcção aponta-se para a criação de «uma estrutura nacional autónoma que permita uma melhor intervenção e o aumento da influência da JCP entre os movimentos e organizações unitárias dos jovens trabalhadores, na resposta aos seus problemas, na definição das grandes linhas orientadoras, no maior relevo da sua luta e actividade».



Juventude

Direcção Nacional da JCP eleita no 3.º Congresso

No domingo, em sessão reservada aos delegados, foi eleita a Direcção Nacional da JCP. Numa rápida reunião efectuada no final do Congresso um secretariado provisório ficou incumbido de convocar uma reunião da DN para os próximos dias com o objectivo de proceder à eleição do Executivo e do Secretariado da Direcção Nacional.

Publicamos a lista dos 71 camaradas que compõem a DN e breves informações sobre as tarefas assumidas até ao 3.º Congresso.

Amaro João Santos Samúdeo

17 anos, Membro do Executivo da CNES, e do Núcleo das Associações do Secundário do Porto.

Anabela de Oliveira Feliciano

19 anos, empregada. Membro da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira e da Direcção Distrital de Lisboa.

Ana Cristina Marujo Filipe

19 anos, estudante do Ensino Politécnico. Presidente da AE da Escola Superior de Educação de Beja. Membro da DCES.

Ana Paula da Silva Coelho

28 anos, funcionária da JCP. Deputada da Juventude no Grupo Parlamentar do PCP. Membro da DN e do Secretariado. Membro Suplente do CC do PCP.

António Filipe Galão Rodrigues

26 anos, jurista. Membro do Secretariado da DN da JCP. Deputado da Juventude no Grupo Parlamentar do PCP.

António Pedro

27 anos, operário. Membro da Interjovem (CGTP-IN). Membro da Direcção Distrital de Lisboa.

Armando Engenheiro

24 anos, pescador. Membro da Direcção Distrital de Leiria, e do CMJ de Peniche.

Armando Fonseca

20 anos, estudante do Ensino Secundário. Membro da DN e do Executivo. Responsável pelo Distrito do Porto.

Cassiano Ruano

24 anos, jovem agricultor. Da Coordenação da JCP de Bragança.

Carla Barbosa

19 anos, estudante do Secundário. Membro da Direcção Distrital do Porto.

Carlos José Figueira

19 anos, estudante do Ensino Secundário em Ponte de Sôr. Dirigente da AE. Do Executivo da CNES (Portalegre).

Carlos Miguel Santinho

19 anos, estudante do Ensino Secundário. Eleito no Conselho Directivo na Escola Secundária António Arroio (Lisboa). Membro do Secretariado da CNES.

Carla Teresa Lopes Prego

20 anos, funcionária da Câmara de Palmela. Membro da Comissão Instaladora da Federação das Associações Juvenis de Setúbal. Da Direcção Distrital de Setúbal.

Célia Maria Soares

19 anos, estudante. Membro do Secretariado da CNES. Substituída para o trabalho na Organização do Ensino Secundário.

Cláudio Rodrigues Marques

19 anos, animador juvenil.

Coordenador geral da jovem-coop.

Cristina Alves da Cruz Carrondo Horta

24 anos, funcionária da JCP. Responsável da contabilidade e tesouraria da Caixa Financeira Central da JCP.

Diogo Marques da Silva

17 anos, estudante do Ensino Secundário. Dirigente associativo. Da Organização do Ensino Secundário de Lisboa.

Eduardo Jorge

18 anos, operário. Do Secretariado Distrital de Leiria.

Elsa Costa

19 anos, funcionária da JCP. Responsável da organização de Loures-Oriental. Do Executivo da DN.

Guilherme Luís Molta

22 anos, operário agrícola.

Idália Maria Tiago Custódio

20 anos, estudante. Membro do Secretariado da CNES e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Joaquim Carlos Coelho Tavares

27 anos, operário. Membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Responsável pela Direcção Distrital de Lisboa. Membro Suplente do CC do PCP.

João António Albuquerque Frazão

17 anos. Membro do Executivo da CNES. Responsável do Secundário de Coimbra. Membro da Direcção Nacional.

Jorge Alberto Bombas Amador

24 anos, operário. Responsável da Organização Distrital de Leiria e membro do Executivo da DN.

Jorge Fernandes dos Santos Cardoso

28 anos, empregado. Dirigente da Interjovem (CGTP). Coordenador da Comissão Sindical Juvenil de Coimbra.

Jorge Ferreira Lopes

19 anos, estudante da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro do Conselho Directivo. Membro da DCES e do seu Secretariado.

Jorge Manuel Nunes Zacarias

28 anos, operário especializado. Eleito na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira. Delegado sindical. Membro da Direcção Distrital de Lisboa e membro da Direcção Nacional da JCP.

Jorge Manuel Pessoa

20 anos, estudante. Membro do Executivo da CNES, responsável da Organização do Secundário da Covilhã. É membro da Direcção Nacional.

Jorge Paulo Cordeiro Magrinho

19 anos, operário metalúrgico. Membro da Direcção da FNATES e da Direcção Distrital de Lisboa da JCP.

José Alberto Ribeiro Campos Martins Pinto

22 anos, estudante. Membro da Direcção do Ensino Superior do Porto. Membro da DCES e do Executivo.

José Amarelinho

21 anos, técnico de juventude na Câmara Municipal de Serpa. Da Coordenadora Distrital de Beja.

José António Alexandre

22 anos, empregado. Membro da Direcção Distrital de Lisboa e membro da Direcção Nacional da JCP.

José João Silva

19 anos, estudante. Dirigente da AE da Escola Secundária Carlos Amarante (Braga). Membro do Executivo da CNES. Responsável da organização do Secundário em Braga.



José Manuel Tavares Reis Morais

24 anos, funcionário da JCP. Membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Responsável pela Organização Distrital de Setúbal.

Luís Pedro Moreira Cadete Leite

26 anos, estudante. Membro da DOESP e do Secretariado da DCES. Membro da Direcção Nacional.

Luís Roque Nunes

20 anos, operário. Membro da Organização Concelhia de Loures. Membro da Direcção Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Luciana Lopes

20 anos, estudante. Membro da Organização da JCP de Ponta Delgada.

Manuel Coelho

20 anos, estudante. Membro da Direcção da AE do ISE. É membro do Secretariado da DCES.

Manuel Fernando Malhão

20 anos, operário agrícola. Membro da UCP Bento Gonçalves. Membro do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora.

Manuel Gouveia Batista Alves

19 anos, estudante. Membro da Comissão Instaladora das Associações Juvenis do Distrito de Lisboa. Membro da Direcção Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Manuel Ricardo Pinto de Carvalho

19 anos, empregado do colectivo de Vila Real de Trás-os-Montes

Maria Amélia de Jesus Pardal

24 anos, estudante. Membro da Direcção da AE da Faculdade de Letras de Lisboa. Membro da DCES e do seu Secretariado. Membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Maria Alexandra Lemos Ferreira

22 anos, empregada. Membro do núcleo da Paz da JCP. OTJ do Conselho Nacional de Juventude.

Maria de Fátima Silva Dias

21 anos, estudante da Escola



Superior de Educação de Viseu.

Maria da Luz Ribeiro Nogueira

28 anos, operária. Dirigente da Interjovem e do Conselho Nacional da CGTP. Membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Maria Lidia Ferreira

17 anos, operária. Membro do colectivo de Ovar da JCP e da Direcção Distrital de Aveiro.

Maria Inês Duarte de Sousa

26 anos, empregada. Delegada sindical do STAL e membro da Direcção Distrital de Setúbal da JCP.

Maria Manuela Grou da Silva Santos

21 anos, estudante. Funcionária da JCP. Responsável da Organização Concelhia de Cascais. Membro da Direcção Distrital de Lisboa.

Maria José de Oliveira Cruz

23 anos, empregada. Membro do Movimento Contra o Alargamento do Campo de Tiro de Alcochete. Membro da Comissão Concelhia de Alcochete e da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

Mónica Cristina Cerqueira Ramoa

23 anos, estudante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Membro do colectivo de Vila Real.

Nuno Manuel Tito Morais Ramos de Almeida

25 anos, estudante do ISE. Director dos «Cadernos Política». Membro da Direcção Nacional da JCP.

Octávio Granito Gonçalves

21 anos, empregado. Membro do Secretariado Regional da JCP/Madeira.

Paulo Barbosa

24 anos, empregado. Animador cultural da Câmara de Évora. Membro da Liga de Protecção da Natureza e do Grupo Universitário de estudos de ambiente. Membro da coordenadora da JCP de Évora.

Paulo Jorge da Cruz Vitorino

22 anos, operário. Dirigente da Interjovem (CGTP-IN). Membro da Direcção Distrital de Leiria.



Paulo Jorge da Silva Alves

25 anos, empregado. Eleito na A. Freguesia dos Olivais - Lisboa. Membro da Direcção Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Paulo Jorge Piteira Leão

23 anos, empregado. Representante da JCP na Assembleia Geral do CNJ. É membro da Direcção Nacional da JCP.

Paulo Jorge Sampaio da Silva Cesário

23 anos, operário. Responsável pela Organização Distrital de Santarém e membro da Direcção Nacional da JCP.

Pedro António Ferreira Coelho Tavares

22 anos, estudante. Membro da DAE de Ciências. Membro da Associação Académica de Lisboa. É membro da DOESL.

Ricardo Jaime Pena Morais Sarmento

18 anos, estudante do Politécnico. Responsável pela Organização Distrital de Coimbra e membro da Direcção Nacional da JCP.

Ricardo Jorge Ferreira dos Santos Morte

19 anos, estudante do Ensino Secundário de Olhão.

Romero Mendes de Souto de Campos

19 anos, operário. Membro da Associação Cultural e Desportiva do Sobreiro. Membro da Direcção Distrital de Aveiro da JCP.

Rosa Andrea Simões

15 anos, estudante. Responsável do coletivo da Escola Secundária Avelar Brotero. Membro do colectivo de direcção do Secundário de Coimbra.

Rui António de Oliveira Dias Pereira

23 anos, empregado. Membro da Concelhia do Seixal e da Direcção Distrital de Setúbal da JCP.

Rui Bernardino

20 anos, empregado. Membro do Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Porto. Membro da Comissão Distrital do Porto da JCP.

Rui Miguel Branquinho

18 anos, estudante. Dirigente associativo. Membro do Secretariado da CNES.

Rui Pedro Lima

17 anos, estudante. Responsável da Organização do Ensino Secundário do Porto. Membro do Executivo da CNES.

Teresa Maria Matos Granadas

17 anos, estudante. Membro do Executivo da CNES. Responsável da Organização do Ensino Secundário em Setúbal.

Tomás Santos Maia

21 anos, estudante. Membro da DAE da ESBAL. Membro da DCES e da Direcção Nacional da JCP.

Vitor Jorge Figueiredo Lima

20 anos, estudante do Secundário. Membro do Grupo Dinamizador de Juventude do Concelho de Vila Franca de Xira. Membro do Secretariado da Concelhia da JCP de Vila Franca de Xira e da Direcção Distrital de Lisboa.

Vitor Manuel Baptista Martelo

25 anos, licenciado em Psicologia. Membro do Secretariado da DCES. Membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Vitor Vale

18 anos, estudante. Membro da Organização Distrital de Viana do Castelo.



Assembleia da República

Plano de Desenvolvimento Regional

Integração não é coutada do Governo

Na esteira do comportamento arrogante e sobranceiro do Governo, revelado ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), a bancada da maioria rejeitou, na semana passada, o projecto de deliberação que previa a organização pela Assembleia da República do processo de apreciação do referido Plano.

Subscrito pela totalidade dos partidos da oposição (PS, PCP, PRD, CDS e Os Verdes), esta iniciativa conjunta tinha em vista o reforço da base e posição negociais do nosso País junto da CEE, prevendo nomeadamente a participação do Executivo no debate parlamentar a efectuar e a abertura neste período de uma ampla consulta pública, envolvendo em especial as autarquias, as associações patronais e sindicais e as associações de direitos dos cidadãos com interesses no âmbito do PDR.

Debate este, pois, que nunca se chegou a efectuar, não obstante as afirmações em contrário do Executivo, tendo a preparação do PDR sido consumada no mais completo secretismo, após ser conduzida de forma fechada e antidemocrática.

Debate oportuno

Foi aliás este facto — «o Governo continua a pensar e a gerir as questões da integração como se coutada sua se tratasse», observou a propósito no decorrer do debate o deputado comunista Carlos Carvalhas — que despoletou a reacção conjunta da oposição, uma vez que em jogo estão aproximadamente mil milhões de contos, valor das verbas que serão canalizadas em fundos estruturais para o nosso País nos próximos quatro anos.

Com o Governo ausente, talvez para não se ver confrontado com as duras críticas e acusações que viriam a chover de todos os quadrantes da oposição, o debate veio comprovar de novo que na elaboração do Plano só participaram representantes de membros do Executivo e dirigentes de serviços sectoriais e regionais da Administração Central.

Com efeito, conforme salientou Lino de Carvalho, foram arredados do debate as autarquias e os agentes económicos e sociais, facto que inviabilizou deste modo o necessário consenso para o reforço da nossa posição negociada perante a CEE, infringindo simultaneamente as próprias directivas e sugestões comunitárias.

Mas apesar de já ter sido entregue em Bruxelas, o debate em torno do PRD, na perspectiva da bancada comunista, afigura-se ainda como «necessário, útil e atempado».

Carlos Carvalhas explicou as razões desta posição, invocando a circunstância de ainda estarem em negociação as 65 fichas, o «quadro comunitário de apoio» só ficar definido em Julho, bem como a necessidade de o PDR ter de ser revisto após um ano de vigência.

A ausência de resposta a importantes questões que hoje se colocam na perspec-

tiva do embate de 1992 justificaria ainda, no ponto de vista da bancada do PCP, a oportunidade deste debate.

É que, como frisou Carlos Carvalhas, o PDR não dá resposta a questões como a de saber que indústria, que agricultura e que serviços é que o Governo desenha no sentido de preparar o País para o Mercado único.

«O PDR não tem respostas para o desenvolvimento do interior — sublinhou o deputado comunista — nem para os agudos problemas das zonas urbanas; não apresenta um pensamento estratégico e um fio condutor para dar respostas aos défices agro-alimentar, energético e tecnológico, nem para a modernização dos sectores tradicionais; não assegura a vertente social num País onde se degrada quotidianamente a qualidade do emprego».

Sem voz própria

Tudo razões, afinal de contas, que justificariam a

aprovação do projecto de deliberação apresentado pelos partidos da oposição. Tanto mais que, como salientou o socialista João Cravinho, «sem a mobilização, o empenhamento, a participação plural das diversas forças políticas e sociais, nenhum plano de desenvolvimento, nenhuma política global de desenvolvimento, nenhum projecto de integração na Europa poderá ter sucesso».

Assim o não entendeu o partido que sustenta o Governo, apodando pela voz do seu deputado Fernandes Marques o projecto de deliberação como uma «iniciativa inútil e não fundamentada».

A resposta não se faria esperar. Num tom veemente, Lino de Carvalho repudiou a postura da maioria, considerando-a imprópria e desprestigiante para as instituições, e recordou que ela revela o «posicionamento de uma bancada que não tem voz própria e que sabe que este PDR é indefensável».

RTP viola direito à informação

O Grupo Parlamentar do PCP apresentará em breve ao Conselho de Comunicação Social uma queixa contra a governamentalização de que a RTP continua a ser objecto, anunciou terça-feira, na Assembleia da República, o deputado comunista João Amaral.

Na base desta decisão está o tratamento noticioso efectuada no «Jornal de Sábado» do último fim-de-semana às eleições autárquicas de Dezembro próximo, tratamento que no entender dos parlamentares comunistas violou frontalmente não apenas os direitos das forças políticas discriminadas — no caso a CDU —, como o direito à informação por parte dos cidadãos.

Longe de constituírem critérios de informação, os critérios utilizados para fazer a notícia em causa, denunciou energicamente João Amaral, são «exactamente coincidentes nos seus resultados com os que pautariam a actividade de comissários políticos do Governo que fossem encarregados de fazer uma notícia sobre as eleições autárquicas em Lisboa».

Com efeito, recorde-se, a referida peça jornalística consegue a proeza de condensar em pouco mais de dez palavras (escassos segundos) a referência à CDU, dedicando depois o resto do tempo, aproximadamente dez minutos, a entrevistar sucessivamente o actual presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Abecasis, eleito pelo PSD e CDS; o candidato a candidato do PS, João Soares; o secretário-geral do PSD, Dias Loureiro; e o responsável pelo sector das autarquias do PS, Lopes Cardoso.

De notar que este grave procedimento discriminatório da RTP tem precedentes, não constituindo, pois, um caso isolado, como o atesta o facto de na mesma semana, mais concretamente na quarta-feira, a apresentação pública dos candidatos CDU à Câmara e à Assembleia Municipal de Lisboa não ter merecido a mais breve referência em qualquer dos noticiários.

Ou seja, como observou João Amaral, «a CDU que foi a primeira força política nacional a definir os seus primeiros candidatos é punida pela RTP-1 pela sua iniciativa e são noticiados e levam tempo de antena os que não tiveram iniciativa».

As condições de igualdade e não discriminação que devem presidir aos próximos actos eleitorais — questão de fundo que não pode deixar de ser suscitada face ao comportamento da direcção da RTP-1 — foram também focadas por João Amaral, que, a este propósito, referiu o «erro histórico» — numa alusão às cedências do PS em matéria de revisão constitucional — que constituiria para qualquer força democrática a sua colaboração na entrega a este Governo de meios para «governamentalizar as actividades públicas relativas aos órgãos de comunicação social».

Ficha n.º 13 A

DESIGNAÇÃO APROVEITAMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DO ALQUEVA

OBJECTIVOS

TERRITÓRIO ABRANGIDO

TIPOLOGIA DE INSTRUMENTOS E DE ACÇÕES

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

INSTRUMENTOS/ACÇÕES 1990 1991 1992 1993 TOTAL

FONTES DE FINANCIAMENTO 1990 1991 1992 1993 TOTAL

ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Nota: A decisão de lançamento deste projecto dependerá dos resultados do estudo de avaliação global a realizar, com o apoio financeiro da Comissão das Comunidades Europeias.

Um caso de «competência»

Particularmente verberada por toda a oposição foi a ausência do Governo ao longo do debate. Entre as razões aventadas para uma tal postura foi adiantado o facto de o Executivo não querer ser confrontado com as críticas ao seu Plano de Desenvolvimento Regional, o qual, no dizer do deputado comunista Lino de Carvalho, revela uma clara falta de sentido nacional de desenvolvimento e de onde estão arredadas também respostas integradas e coerentes que promovam o desenvolvimento da economia.

Esta ausência de respostas não terá sido, aliás, alheia à tardia distribuição do Volume II do PDR que engloba as fichas que o Governo nunca quis anteriormente divulgar, nem no Conselho Nacional do Plano, nem às autarquias, nem aos agentes económicos e sociais.

A explicação é simples. É que se nuns casos as fichas relativas às subvenções globais que vão gerir milhões de contos não definem qual a estrutura institucional que vai gerir e acompanhar os programas, se noutros casos os objectivos definidos se diluem em considerações vagas, outros casos de fichas há, ainda, que, pura e simplesmente, foram entregues em branco.

É o caso da ficha n.º 13-A sobre o Alqueva, como se documenta na figura junta. Um evidente caso de «competência» cavaquista, a dispensar comentários!

Recursos geológicos

Continuam a chegar ao Grupo Parlamentar do PCP manifestações de adesão ao projecto de lei da sua autoria no qual se define a Lei de Bases dos Recursos Geológicos e do Uso do Subsolo. O mais recente apoio, sob a forma de uma carta assinada pelo respectivo presidente, proveio da Associação Portuguesa de Geólogos.

No texto da missiva, esta Associação exprime o «seu agradecimento» pela iniciativa tomada pelos parlamentares comunistas e coloca-se «à disposição» do Grupo Parlamentar para «futuros contactos relacionados com este assunto».

O projecto de lei do PCP, analisado em plenário há cerca de quinze dias, mereceu também na ocasião o acolhimento favorável da totalidade dos partidos da oposição, facto que só não foi extensivo à bancada da maioria.

Como efeito, recorde-se, os deputados dos PSD rejeitaram isolados o diploma do PCP, no que foi interpretado como uma expressão do seu sectarismo político e do seu menosprezo pelo trabalho da Assembleia da República, uma vez que esta possuía uma base material objectiva de trabalho, como de resto foi reconhecido por todos os outros partidos com assento parlamentar.

Com a autorização legislativa do Governo em sede de comissão para debate na especialidade, cartas como a da Associação Portuguesa de Geólogos — membro fundador da Federação Europeia de Geólogos, aceite como interlocutor privilegiado junto da CEE — não podem entretanto deixar de ser consideradas como uma significativa expressão de apoio às soluções preconizadas no projecto de lei do PCP.

Um símbolo de luta pela liberdade

A notícia do falecimento de D. António Ferreira Gomes, prestigiosa figura da Igreja e resistente antifascista que se bateu com coragem e frontalidade contra a ditadura de Salazar, foi acolhida com grande consternação na Assembleia da República.

Aprovado por unanimidade, um voto de pesar pelo seu desaparecimento salienta o respeito e admiração dos deputados pelo «perfil moral e cívico» do ex-bispo do Porto e recorda que a sua personalidade representou para muitos portugueses — cristãos e não cristãos — «um símbolo nacional de luta pela liberdade».

Associando-se ao voto da Câmara, José Manuel Mendes, em nome do PCP, pôs em relevo as qualidades do homem que «assumiu o seu tempo no combate contra a ditadura e as suas vicissitudes» e que constituiu, no seu entender, uma «personalidade admirável pela coragem, pela tenacidade com que foi capaz de erguer a voz e de combater».

«Entendemos neste momento que importa lê-lo, conhecê-lo — acentuou José Manuel Mendes — bem como a todos quantos souberam travar no período das trevas a luta indispensável para que Portugal fosse aquilo que hoje começa a ser e que provavelmente muitos de nós desejamos tornar mais fecundo ainda».

Assembleia da República

Revisão constitucional

PCP reclama transparência e dignidade nos debates

Os trabalhos da sessão plenária de ontem voltaram a ser integralmente preenchidos com o processo de revisão constitucional, facto que se repetirá durante o dia de hoje e amanhã. Iniciada pelo artigo 12.º na semana finda, esta nova fase da revisão da lei fundamental (após o período em sede de Comissão Eventual de Revisão da Constituição) preencheu assim a sessão de ontem com a apreciação do artigo 17.º e seguintes. Para trás, ficaram já cinco artigos cujo conteúdo foi objecto de análise pelos deputados faz amanhã oito dias.

Num reiterar das posições defendidas pelos diferentes partidos na CERC, a discussão em torno destes artigos não veio introduzir propriamente novidades ao já anteriormente indiciado, a não ser talvez pelo calor que os principais protagonistas das várias bancadas emprestaram ao debate.

Novidade, terá sido, porventura, o facto de terem ficado por discutir na última sexta-feira quatro dos artigos incluídos no plano inicialmente previsto, o que para além de revelar que a análise (atuada) efectuada aos restantes artigos se mostrou — com vantagem — mais longa que o previsto (isto, note-se, em artigos que estão longe de ser considerados os mais polémicos), poderá querer dizer também que o tempo global acordado no regimento espe-

cial para o debate no plenário é obviamente escasso.

Amesquinhar o debate

Esta escassez de tempo imposta pelo regimento acordado entre o PS e o PSD, com as consequências daí inerentes, foi aliás, um dos mais vivos pomos de discórdia que opôs na véspera do início do debate propriamente dito artigo a artigo aqueles dois partidos à bancada comunista, com esta a não poupar críticas por considerar estar-se em presença de uma tentativa de Amesquinhar a discussão em plenário, distorcendo assim a sua transparência e dignidade.

«O texto do projecto de regimento bem como a grelha de tempos que os dois partidos aprovaram em

conferência de presidentes — observou a propósito José Magalhães — significam claramente uma tentativa de balizar, em termos rígidos e drasticamente reduzidos, distorcedores da transparência e da própria dignidade, o debate em Plenário do processo de revisão constitucional».

Com efeito, ao reduzir para cerca de 60 horas o debate (cerca de metade do tempo gasto na revisão de 1982), ao não contemplar uma adequada programação e difusão dos trabalhos preparatórios, ao concentrar num único dia da semana as votações (para não haver riscos de falta de "quorum" dos dois terços), este regimento não consegue esconder o propósito dos seus autores de fugirem ao debate.

Uma fuga que, de resto, não tem nada de inocente e que visa no fim de contas, como tratou de realçar José Magalhães, «fugir às responsabilidades por opções extremamente gravosas que pretendem praticar», tornar «confusíssimas as opções a praticar, fazendo diferimentos, adiamentos, tornando a concatenação entre as opções e as razões impossível de vislum-

brar», e, finalmente, «dificultar a resistência popular a esta revisão».

Concepção distorcedora

Seria, pois, de esperar, face a tão contundentes acusações, que a réplica às questões concretas se situasse no mesmo plano em que as colocara a bancada comunista. Puro engano. Passando ao lado do que era essencial e estava em jogo, António Vitorino, em nome do PS, optou por protagonizar a estafada rábula que tem como epicentro o PCP.

«O PCP não quer a revisão», garantiu António Vitorino. «O PCP, se pudesse, mantinha o texto igual ao de 1976», acrescentou, mais adiante, de dedo em riste, antes de se deter em considerações acerca de um alegado «isolamento político do PCP», ao seu «radicalismo» e à sua condição de partido «retrógrado e virado para o passado» (sic). Nem uma palavra, porém, quanto às questões de factos suscitadas pelos parlamentares comunistas.

Inconformado com a concepção distorcedora dos signatários do acordo de revisão constitucional, o PCP natural-

mente, retomaria no dia seguinte a questão do regimento.

Coube a Jerónimo de Sousa, desta feita, voltar a chamar a atenção para os «magros tempos» previstos para a discussão, para o «engarrafamento» de centenas de votações nos quatro fins de tarde das próximas quintas-feiras, em suma, para a intenção de «arrumar rapidamente e em força» o processo de revisão até meados de Maio, por forma a obstar ao eventual castigo do eleitorado decorrente dos compromissos assumidos entre os dois partidos.

Aceitar o inaceitável

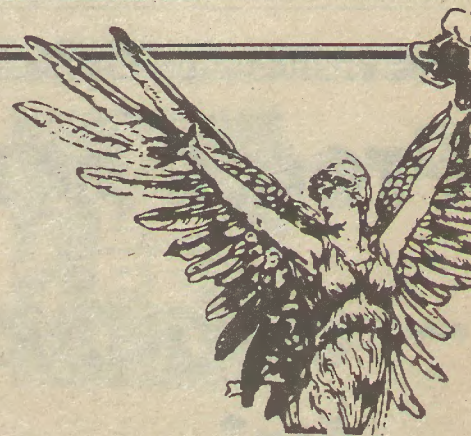
Ora é exactamente contra todo este estado de coisas que o PCP se vem batendo, assumindo uma conduta que, ao invés da «resistência destrutiva» propalada pelos seus detractores, continua a pautar-se pela preocupação de garantir democraticidade e transparência aos debates, a mesma postura, bem vistas as coisas, que o tem levado a manifestar as suas críticas aos acordos estabelecidos entre o PS e o PSD, os quais indiciam uma revisão globalmente negativa.

Jerónimo de Sousa, faz

hoje uma semana, voltou a pôr o acento tónico nestas preocupações, trazendo para o centro do debate as áreas em que o PS, decaindo das suas posições originárias, aceitou aquilo que repetidamente tem sido considerado por vários sectores democráticos como inaceitável.

É o caso da concessão ao PSD do poder de definir o futuro modelo da comunicação social, é a concessão ao Governo de «poderes incensuráveis» — as palavras são de Jerónimo de Sousa — para desnacionalizar empresas e sectores, é a restrição de direitos dos agricultores e a supressão da referência constitucional à Reforma Agrária, são os recuos no Serviço Nacional de Saúde, é a redução do número de deputados, é a redução do poder fiscalizador do Parlamento, é, finalmente, o bloqueio à Regionalização.

«São estas, para nós, as questões centrais que estão colocadas nesta revisão — precisou o deputado comunista —, questões que nos preocupam quando relacionadas com as coisas concretas e a vida concreta, relacionadas com a política que está a ser praticada pelo Governo».



Área metropolitana de Lisboa

«Crise profunda» requer «volta de fundo»

Os problemas que afectam a Área Metropolitana de Lisboa voltaram a ser tema em foco na Assembleia da República. Desta feita, tratou-se sobretudo de trazer para primeiro plano a multiplicidade de questões que de forma crescente têm vindo a desumanizar a vida nesta metrópole.

Há quem fale mesmo em «crise profunda», para a qual urge encontrar uma saída, e quem identifique claramente os responsáveis pelo estado de coisas actual. É o caso do deputado comunista João Amaral, autor da intervenção em plenário sobre esta matéria, ao atribuir à política governamental a responsabilidade por não contrariar como até muitas vezes incentivava as condições que conduziram à situação que afecta a Área Metropolitana de Lisboa.

Uma situação que sumariou, recordando da tribuna a «anarquia do processo de crescimento», a «especulação de terrenos e prédios», a «expulsão da habitação para a periferia», a paralisia económica de vastas zonas do País que no fundo acaba por estar na origem de uma migração crescente de portugueses para esta Área Metropolitana e ainda a questão dos transportes, verdadeiro suplício a que centenas de milhares de cidadãos estão quotidianamente sujeitos no seu trajecto casa-emprego e emprego-casa.

Bolsas de pobreza

Não se ficam todavia por aqui os problemas. Como sublinhou o deputado comunista há ainda que juntar a estes «novos fenómenos», igualmente negativos, de que é exemplo a «degradação do tecido produtivo, com a liquidação de empresas determinantes na oferta de emprego e no tipo de produção», facto responsável por sua vez por um número cada vez maior de «bolsas de pobreza» que imprimem ao dia-a-dia a «marca vergonhosa da injustiça».

Ora é precisamente neste domínio que, na perspectiva dos parlamentares comunistas, as culpas devem ser imputadas ao Executivo, uma vez que, como frisou João Amaral, a sua política nesta área se traduz num «rotundo fracasso».

A este respeito, os atrasos e incumprimentos do Plano Integrado de Acesso à Região de Lisboa, aprovado há oito anos, e citado pelo deputado do PCP, falam por si:

O lança Miraflores-Buraca da CRIL (Circular Regional

Interior de Lisboa) estava previsto iniciar-se em Janeiro deste ano, mas afinal o projecto ainda não está sequer concluído.

A ligação do Nó da Buraca à Segunda Circular devia estar em obras desde o 2.º semestre de 1988, mas afinal nem se conhece sequer a situação do projecto.

O Nó da Avenida Calouste Gulbenkian (2.ª fase) devia estar em obra no 2.º trimestre de 88, mas afinal não está iniciado nem sequer há previsão de arranque.

Em suma, nenhuma das «primeiras prioridades» consagradas nesse plano governamental dos acessos a Lisboa foi cumprida, facto que do ponto de vista de João Amaral é não apenas um «sinal claro de incompetência» como também a expressão do «desinteresse e do desrespeito do Governo pelas populações da Área Metropolitana de Lisboa».

Reforço das autarquias

Dar «uma volta de fundo na situação» afigura-se, pois, neste quadro, como o único recurso que resta para

a inaptidão do Governo, caminho esse que só ganha sentido e eficácia com o reforço do Poder das Autarquias.

Para isto mesmo chamou a atenção João Amaral, pon-do em relevo a importância, designadamente do reforço dos poderes dos municípios (dotando-os nomeadamente dos meios financeiros adequados), do fim ao cerco administrativo e às ingerências do Governo e, simultaneamente, do avanço do poder autárquico em outros campos, considerados decisivos para «expandir e influenciar a qualidade de vida e o nível de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa e dos seus habitantes».

Nesse sentido, defendeu ainda, a «solução estrutural para a Área Metropolitana de Lisboa deve ir buscar as suas atribuições e competências à Administração Central», isto para, afirmou, «fazer bem o que o Governo e a Administração Central não fazem».

Por outras palavras, para regular o processo de crescimento; para ordenar a utilização dos solos; para orientar a implantação das actividades económicas; para gerir as grandes redes e sistemas (transportes, saneamento, etc.).



Um quarto da população

Envolvendo o estuário do Tejo, a Área Metropolitana de Lisboa reparte-se hoje por 16 municípios: sete a Norte (Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira) e nove a Sul, abrangendo a Península de Setúbal (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal).

Apesar de representar apenas cerca de três por cento do território nacional, nesta área vivem cerca de dois milhões e meio de habitantes, ou seja, um quarto da população portuguesa.

«É gente que trabalha e produz», salientou a propósito João Amaral, lembrando a título de exemplo as receitas de impostos directos pagas em 1987 por estes 25 por cento da população — cerca de 50 por cento do total nacional, segundo dados da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da indústria transformadora da Área Metropolitana de Lisboa, qualquer coisa como 54 por cento do total nacional em 1986.

Parlamento Europeu

Preços Agrícolas — comunistas contra política restritiva

A sessão de Abril do Parlamento Europeu, a penúltima antes das eleições de 18 de Junho, foi preenchida por uma variada ordem de trabalhos, tratando de temas tão distintos como os preços agrícolas, as transferências e a liberdade de circulação dos futebolistas profissionais, o processo da integração monetária europeia, a televisão europeia de alta definição em 1992, a protecção do ambiente, os programas comunitários em favor dos Açores e Madeira.

Como é natural, muitos dos temas em debate têm particular incidência nos interesses nacionais. Como é o caso, por exemplo, dos preços agrícolas.

É sabido que a fixação dos preços agrícolas e medidas complementares constitui, todos os anos, a ocasião privilegiada para a análise da evolução da Política Agrícola Comum (PAC), bem como para as mais vivas controvérsias sobre a matéria. Este ano não se fugiu à regra.

As propostas da Comissão para a fixação dos preços para o período 1989/90 enquadram-se na linha de orientação da Comunidade em matéria de política agrícola dos últimos anos, ou seja, visando a continuação da política restritiva de preços que tem vindo a ser desenvolvida. Para a maioria dos produtos a Comissão propôs a manutenção dos preços comuns aplicados em 1988/89, enquanto para alguns sectores propôs mesmo a descida dos preços.

No relatório apresentado a plenário pela Comissão de Agricultura, Pescas e Alimentação não foi posta em causa alguma orientação geral da Comissão, embora tenham sido apresentadas algumas propostas de alteração. A grande divergência entre o referido relatório e as propos-

tas da Comissão registou-se no «destino a dar às poupanças orçamentais que se têm vindo a realizar no domínio da agricultura», estimadas em cerca de 2000 milhões de Escus.

A Comissão de Agricultura defendeu a utilização daquela verba na reanimação da agricultura europeia em crise, sobretudo no plano social, o que não parece reunir consenso.

Sobre a matéria em causa o camarada Joaquim Miranda fez uma intervenção, em que se considera «exagerada a política restritiva proposta pela Comissão Executiva» e se classifica de «insuficientes algumas das alterações introduzidas pela Comissão Parlamentar de Agricultura».

Sublinhando que os comunistas não se iludem «com a melhoria a que se assiste ao nível dos excedentes e dos custos que eles têm representado, até porque são conhecidas as razões conjunturais que a determinam», Joaquim Miranda fez notar que tal «não significa que possamos sancionar uma política tão restritiva e, consequentemente, tão lesiva dos interes-

ses e dos rendimentos dos agricultores, para mais se conjugada com as políticas adoptadas no sentido da reforma do PAC».

Do conjunto das propostas da Comissão de Bruxelas, disse, são inaceitáveis na óptica dos comunistas a redução dos períodos de intervenção no sector dos cereais, arroz e oleaginosas, bem como a redução aos acréscimos mensais que se aplicam aos respectivos preços, a redução da ajuda à produção de arroz tipo indica, a redução dos preços do açúcar e de alguns citrinos. Aquele deputado considerou ainda indispensáveis «medidas positivas para o azeite, nomeadamente aumentos das ajudas à produção e aumento das ajudas ao consumo em Portugal e Espanha».

Na sua intervenção, Joaquim Miranda sublinhou «que a prossecução de uma tal política ou inviabiliza definitivamente a aproximação dos preços agrícolas praticados em Portugal com os preços comunitários nos prazos previstos pelo Tratado de Adesão, ou consumando-se tal aproximação e tais prazos, a agricultura portuguesa não resistirá». A propósito, o nosso camarada salientou a firme oposição dos comunistas a que o sector primário em Portugal «seja reduzido a uma desmesurada floresta industrial — a uma espécie de paraíso do eucalipto e das celuloses — com todos os problemas daí decorrentes, nomeadamente sociais e de que constituíram já exemplo doloroso os recentes incidentes que opuseram as forças da ordem à população de Valpaços, no norte do País».

Apesar de representar cerca de 1/3 da superfície do país, o Alentejo — onde a agricultura é o sector largamente dominante — apenas atinge 16% do Plano Agrícola Regional e 13% do emprego nacional do sector, enquanto a indústria transformadora gera apenas, 1,6% do Valor Acrescentado Bruto nacional.

Na opinião dos deputados comunistas o Programa de Desenvolvimento Regional (PDR) recentemente apresentado pelo Governo português à Comissão das Comunidades não prevê as medidas necessárias para modificar esta realidade, antes pelo contrário «continua a prever para o Alentejo uma quebra de população e uma ausência efectiva de criação de emprego».

Ainda nos considerandos da proposta aqueles deputados fazem notar que os indicadores revelam o Alentejo como «uma região fortemente deprimida e num processo de crescente desertificação», situação que no entanto pode ser alterada com «um aproveitamento completo dos recursos endógenos», nomeadamente com «a concretização da Barragem do Alqueva e do Plano de Rega».

União Económica e Monetária — comunistas votam contra

A partir de 1 de Julho de 1990 deverá ter início a construção da União Económica e Monetária (UEM) na Comunidade Europeia. O anúncio foi feito na segunda-feira por Jacques Delors, no Luxemburgo, no final de uma reunião com os ministros das Finanças dos Doze, em que foi apresentado o relatório de peritos sobre a matéria.

O documento prevê que o processo de criação da UEM decorra em três fases, mas para além da data de arranque, coincidente com a entrada em vigor da liberalização dos movimentos de capitais, as restantes não estão calendarizadas. Este facto é elucidativo das contradições e dificuldades inerentes a toda esta complexa questão, em que se defrontam interesses nacionais e supranacionais muitas vezes antagónicos.

O próprio Jacques Delors, que presidiu à Comissão que durante um ano preparou o relatório, afirmou que a não previsão de datas para a passagem à segunda e terceira fases representa «um acto de sensatez e não de timidez».

De referir que o Comité Delors, integrado pelos governadores dos bancos centrais dos doze Estados membros, aprovou o projecto por unanimidade a semana passada em Bâle, na Suíça, levando-o depois à apreciação no Parlamento Europeu.

No PE, onde a intervenção de Jacques Delors acabou por ser «moderadora» dos excessos de entusiasmo da generalidade das intervenções, uma única voz portuguesa se fez ouvir sobre tão importante matéria: a do deputado comunista Aboim Inglês. Para manifestar a discordância dos comunistas portugueses, com base na própria realidade nacional.

A fixação definitiva das paridades e a transição para uma União Monetária — disse Aboim Inglês — não pressupõem apenas que as divergências actuais em matéria de desenvolvimento económico não sejam acentuadas, mas exigem a sua substancial redução prévia.

Por isso os comunistas consideram que a abordagem

Interno, uma vez que só a convergência real económica é que pode viabilizar a União Monetária, e não o inverso.

Na situação actual, lembrou ainda o nosso camarada, a autonomia da política monetária e cambial é indispensável para que as economias mais débeis, como a de Portugal, possam ter um maior crescimento económico e resistir melhor aos custos dos ajustamentos a choques externos, designadamente os originados pela liberalização do movimento de capitais.

Portugal, salientou, necessita grande autonomia da política monetário-cambial, o que é incompatível com esta corrida à pressão para a união monetária.

Fazendo notar que «a adesão de todas as moedas nacionais ao Sistema Monetário Europeu, a criação duma moeda única e de um Banco Central Europeu todo-poderoso não são desejáveis no actual estado de divergências das economias dos Estados membros e só favorecem os mais fortes», Aboim Inglês concluiu que a «coesão monetária e cambial nominal não pode ser o actual objectivo fundamental».

Considerando que a UEM deverá «ser um processo gradual e resultante de uma convergência real das economias», o deputado comunista classificou de «perniciosa a tendência para a hipertrofia e autonomia excessiva da esfe-

ra financeira em relação à base produtiva real», dado que isso «só contribui para a especulação financeira e o agravamento das divergências económicas».

Por isso os comunistas votaram contra.

Os cuidados postos na implementação do relatório vêm confirmar as preocupações dos comunistas. De referir que o debate da matéria está muito longe de ter chegado ao fim, já que a sua entrada em vigor implica profundas alterações no tratado da CEE, Tratado de Roma e Acto Único. O primeiro debate em profundidade deste relatório vai realizar-se no próximo mês de Junho, em Madrid, no Conselho dos Doze.

Açores e Madeira

PE apoia desenvolvimento

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias veio provocar um novo agravamento dos desequilíbrios entre as regiões europeias — desequilíbrios que se fazem sentir de uma forma particularmente acentuada nas regiões que têm uma economia tradicionalmente agrícola, de baixos rendimentos, alto nível de desemprego, e carências ao nível de infra-estruturas públicas. Esta uma constatação sublinhada na passada semana em Estrasburgo pelo presidente da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu — o deputado comunista italiano De Pasquale — num encontro com jornalistas de imprensa regional portuguesa, que contou também com a participação do eurodeputado do PCP, Aboim Inglês.

Este encontro teve lugar numa altura em que, no Parlamento Europeu, foi unanimemente aprovado o relatório so-

bre os programas comunitários em favor das regiões autónomas insulares portuguesas, Açores e Madeira, da autoria do deputado comunista espanhol Gutierrez Diaz, e para o qual muito contribuíram os eurodeputados comunistas portugueses, em todas as fases da sua elaboração.

Com a aprovação deste documento, o Parlamento Europeu reconhece que os Açores e a Madeira necessitam de um tratamento específico por parte da Comunidade Europeia, já que se encontram entre as regiões mais desfavorecidas da Comunidade.

Assim, e como já havíamos feito referência no número anterior do «Avante!», quanto aos Açores o PE considera prioritária a valorização dos recursos humanos regionais, e coloca o acento tónico (tal como de resto faz em relação à Madeira), no problema dos transportes aéreos e marítimos entre as ilhas, e entre estas e o exterior.

Na declaração de voto em que manifestava o apoio do PCP ao relatório e às prioridades nele apontadas, o eurodeputado Aboim Inglês considerou que quanto aos Açores se deveria «ressaltar mais a importância decisiva do sector pecuário e lacteíno, sua principal actividade produtiva e para a qual tem especiais aptidões, devendo ter um tratamento comunitário preferencial», sem prejuízo da diversificação noutros sectores, como a agricultura, as pescas, o turismo, etc. Quanto à Madeira, na sua declaração de voto, Aboim Inglês salientou «a indispensabilidade de reforçar em todos os possíveis sectores as actividades directamente produtivas», e em relação à actividade mais relevante, o turismo, «a necessidade de alcançar um maior grau de auto-abastecimento

do sector hoteleiro». Sem esquecer a necessidade de melhorar a vinha e a promoção do vinho da Madeira, a implementação de uma indústria conserveira, frutícola e do pescado, e a defesa e aproveitamento da sua floresta.

A aprovação do relatório foi já considerada como «muito importante» pela Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, que em conferência de imprensa alertou para as «falsas expectativas» que se possam criar à sua volta, na medida em que se trata apenas de um primeiro passo.

Para a concretização plena dos apoios específicos para cada região, há agora que assegurar a efectiva participação dos agentes sociais, das populações, das autarquias locais, e das Assembleias e Governos Regionais, na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento.

Regionalização: indispensável ao desenvolvimento regional

Com o aproximar de 1992 e a prevista duplicação das verbas dos Fundos Estruturais, está a tornar-se cada vez mais premente a definição de uma política que dê resposta às carências regionais e nacionais. Para tal definição o próprio Parlamento Europeu considera essencial o envolvimento e participação das regiões a partir da fase de elaboração dos programas, e o avançar para uma autêntica regionalização — regionalização que é indispensável ao desenvolvimento regional, que responda às necessidades e anseios das populações.

Ao contrário da filosofia governamental, aliás amplamente demonstrada na prática com o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), o Poder Central não pode resolver, nem pode pretender decidir sozinho o que deve ou não ser feito.

A orientação política regional da Comunidade exige a participação das regiões na elaboração dos Planos de Desenvolvimento. Dado que no nosso país não foram ainda instituídas as Regiões Administrativas o Governo deveria ter auscultado as forças sociais, económicas, as populações e as autarquias, para assegurar que o PDR fosse um ponto de partida eficaz para o desenvolvimento regional e nacional. Tal não aconteceu, tendo o Governo de Cavaco Silva elaborado e apresentado o apressadamente o PDR às instituições comunitárias, num processo reiteradamente criticado pelo PCP e outras forças políticas e sociais.

Estas críticas são também compartilhadas no seio da própria Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu. Isto mesmo foi afirmado no encontro de que damos notícia nesta página, do presidente daquela comissão do PE com jornalistas da imprensa regional portuguesa.

O eurodeputado comunista italiano De Pasquale reafirmou na ocasião a necessidade de assegurar o desenvolvimento harmonioso da Comunidade, a redução das disparidades regionais e do atraso das regiões menos favorecidas, salientando a necessidade de fazer concentrar os recursos nas regiões mais fracas.

Sector Financeiro e CEE em debate no Porto

Uma reflexão alargada sobre os múltiplos problemas que se colocam ao sector financeiro português — banco e seguros — no quadro do esgotar dos períodos de transição que marcam os primeiros anos da integração de Portugal na CEE e, sobretudo, a preparação do Mercado Único de 1993, foi o que sucedeu na sessão/debate realizada no passado dia 14, no Porto, uma iniciativa em que foi patente a participação interessada de trabalhadores daqueles dois sectores de actividade.

A equação de uma série de problemas, complexos, foi formulada, no que respeita ao sector bancário, pelo camarada Octávio Teixeira, equação que seria retomada, no respeito ao sector segurador, pelo camarada Fernando Oliveira.

A análise dos reflexos nos movimentos de capitais a curto prazo e da conflitualidade que tenderá a manifestar-se entre três vectores fundamentais — liberalização de capitais, estabilidade cambial e autonomia monetária — foram pontos de partida que conduziram a sustentar a ideia de que só a aproximação prévia de Portugal em termos de desenvolvimento económico efectivo às restantes economias da CEE pode obviar a que a convergência monetária não se traduza numa perda efectiva de autonomia em termos de política monetária e numa extrema vulnerabilidade do sistema

monetário português para o exterior.

Uma atenção demorada mereceu também — quer no que respeita à banca, quer aos seguros — a evolução previsível das actuais empresas bancárias e seguradoras, sobretudo das grandes empresas públicas face ao problema em análise. Nesta matéria a reduzida dimensão das mesmas, a insuficiência de capitais próprios e o efeito perverso sobre a rentabilidade do sector resultante do crédito mal parado foram questões que mereceram análise e debate dos presentes. Muito saliente nesta parte do debate foi a denúncia de como a política de direita ao longo dos últimos anos em particular a actual política do Governo Cavaco, através das privatizações anunciadas para o sector, mas não só, em vez de se traduzir numa preparação dos sectores para enfrentar a nova situação, ameaça em muitos casos apenas traduzir-se num embaraço das empresas visando a sua venda fácil, provavelmente a grandes potentados financeiros estrangeiros.

Foi um debate, como referiu o camarada Viriato Pina Moura, na abertura da sessão, que testemunhou a vontade firme da CDU de associar a uma vasta campanha de esclarecimento e mobilização popular para o voto que possibilite a eleição de forte grupo de deputados da CDU no Parlamento Europeu.



Os candidatos CDU ao Parlamento Europeu

Recordamos hoje a lista completa dos candidatos da CDU ao Parlamento Europeu. Como os leitores estão recordados, o «Avante!» publicou a lista, com as fotografias dos candidatos efectivos e uma curta identificação de todos. Por lamentável lapso, os três últimos candidatos suplentes, os camaradas João Reganha Torrado e Francisco Manuel Rodrigues Moreira e o independente Manuel Fernando Cerqueira Rodrigues não foram mencionados. Aqui fica, portanto, a lista completa.

Efectivos

Carlos Carvalhas, economista, 46 anos, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, deputado à Assembleia da República; Joaquim Miranda, economista, 38 anos, membro do Comité Central do PCP, deputado ao Parlamento Europeu; José Barros Moura, jurista, 44 anos, membro do PCP, deputado ao Parlamento Europeu; Maria Santos, professora do Ensino Superior, 36 anos, membro do Executivo e do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes», deputada à Assembleia da República; Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP, 59 anos, deputado ao Parlamento Europeu; Sérgio Ribeiro, professor universitário, 53 anos, membro do PCP; Maria Helena Bastos, engenheira química e professora universitária, 44 anos, membro suplente do Comité Central do PCP, membro da Assembleia Municipal de Lisboa; Luís Catarino, jurista, 62 anos, presidente do Conselho Nacional da Intervenção Democrática; João Lopes Saraiva, engenheiro agrónomo, 45 anos, membro do PCP, presidente da Câmara Municipal de Mora, presidente do Conselho Regional e da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo; José Saramago, escritor, 66 anos, membro do PCP; Rogério de Brito, engenheiro técnico agrário, 43 anos, membro do PCP, deputado à Assembleia da República; José Barata Moura, professor universitário, 40 anos, membro do PCP; António Murteira, engenheiro técnico agrário, 41 anos, membro do Comité Central do PCP; António Borges Coelho, professor universitário, historiador, 59 anos, membro do PCP; Blasco Hugo Fernandes, engenheiro agrónomo, presidente do Conselho Directivo da Intervenção Democrática; Viriato Pina Moura, economista, 35 anos, membro suplente do Comité Central do PCP; João André Santos, economista, 46 anos, membro do PCP; Jorge Nunes Zacarias, radiologista industrial, membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa; Rosa Maria Marques, engenheira química, 43 anos, membro do PCP, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Maria Manuela Cunha, animadora cultural, 32 anos, membro da Comissão Executiva de «Os Verdes»; Mário Aguiar, técnico de contas, membro do Secretariado da Direcção da Região Autónoma da Madeira do PCP; Lúcia Lemos, advogada, professora na Escola Secundária de Angra do Heroísmo, independente; Oscar Pires, advogado, 50 anos, colaborador da Comissão Distrital de Braga do PCP para as Questões CEE e Desenvolvimento Regional; João Santos Cardoso, administrador hospitalar, membro do PCP, vereador da Câmara Municipal de Coimbra e membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados.

Suplentes

Ulpiano Ferreira Nascimento, economista, 73 anos, membro do PCP, director da Revista «Seara Nova»; José Manuel da Silva Amaro, advogado e consultor do movimento sindical, dirigente da Cooperativa Canal Rádio (Rádio Regional de Aveiro); António da Silva Augusto, operário, 41 anos, membro do PCP, membro do Conselho da Comunidade Portuguesa da RFA; Virgílio Cardoso Alves, engenheiro zootécnico, professor-assistente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, membro do PCP; João Lázaro, actor de teatro, 31 anos, membro do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes»; João Reganha Torrado, empregado de escritório, 40 anos, membro do PCP, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, coordenador da União dos Sindicatos de Viseu; Francisco Manuel Rodrigues Moreira, trabalhador da CM da Covilhã, membro do PCP, dirigente nacional do STAL; Manuel Fernando Cerqueira Rodrigues, engenheiro técnico agrário, independente, dirigente da Associação Regional de Agricultores do Alto-Minho.

Deputados comunistas propõem Medidas para Alentejo no combate à desertificação

Os deputados comunistas no Parlamento Europeu apresentaram a semana passada naquele organismo uma proposta de resolução sobre a necessidade de tomar medidas para pôr fim «à desertificação do Alentejo».

Na proposta, que deverá ser apreciada na sessão de Maio, os camaradas Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglês, recomendam à Comissão e ao Conselho uma atenção particular para os problemas do Alentejo e «nomeadamente a adopção de medidas e apoios especiais, em articulação com o Governo e as autarquias lo-

cais», alertando para a «particular incidência negativa que assumirá para a região a implementação de políticas visando restringir a produção e, em especial, o abandono das terras».

Na sua exposição, os deputados comunistas reportam-se à evolução demográfica negativa e à tendência crescente para o despovoamento do Alentejo, região de baixa densidade populacional (22 habitantes por quilómetro quadrado), salientando tratar-se da parcela do país onde se regista a menor percentagem de jovens e maior peso de idosos.

Apesar de representar cerca de 1/3 da superfície do país, o Alentejo — onde a agricultura é o sector largamente dominante — apenas atinge 16% do Plano Agrícola Regional e 13% do emprego nacional do sector, enquanto a indústria transformadora gera apenas, 1,6% do Valor Acrescentado Bruto nacional.

Na opinião dos deputados comunistas o Programa de Desenvolvimento Regional (PDR) recentemente apresentado pelo Governo português à Comissão das Comunidades não prevê as medidas necessárias para modi-

ficar esta realidade, antes pelo contrário «continua a prever para o Alentejo uma quebra de população e uma ausência efectiva de criação de emprego».

Ainda nos considerandos da proposta aqueles deputados fazem notar que os indicadores revelam o Alentejo como «uma região fortemente deprimida e num processo de crescente desertificação», situação que no entanto pode ser alterada com «um aproveitamento completo dos recursos endógenos», nomeadamente com «a concretização da Barragem do Alqueva e do Plano de Rega».

Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Maria Santos, candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, apresentaram na terça-feira no Tribunal Constitucional as listas da CDU ao Parlamento Europeu



PCP

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO



• Viseu

Apresentar listas para o maior número possível de freguesias e obrigatoriamente para todas as Câmaras e Assembleias Municipais; ganhar a CM de Tarouca e eleger o maior número possível de vereadores — estes alguns dos objectivos com que os comunistas encaram a batalha eleitoral de Dezembro. A confirmação destas perspectivas foi nota saliente nos trabalhos da segunda Assembleia (extraordinária) da Organização Distrital de Viseu do PCP, realizada no passado dia 9.

Manter as Juntas de Freguesia CDU de Santar, Carvalhal, Redondo, Avões, Ucanha, Mondim e Armamar, ganhar novas JFs e aumentar o número de eleitos em AMs e AFs são também objectivos dos comunistas de Viseu.

No breve *telex* que fizeram chegar à nossa redacção, os camaradas de Viseu referem a dado passo:

A Comissão Distrital do PCP, eleita há cerca de 3 anos, foi renovada, renovação essa enquadrada no espírito que presidiu à renovação de outros órgãos superiores do Partido aquando da realização do XII Congresso.

Entretanto, a Distrital agora eleita assumiu o compromisso de durante o ano de 1990 realizar a III Assembleia da Organização Distrital de Viseu.

A iniciativa que agora se realizou mostrou mais uma vez que mesmo num distrito onde as forças do passado detêm grande parte do poder, aliados ao seu potencial representante — o Governo PSD — o Partido continua intimamente ligado à vida, desempenhando o seu papel destacado na defesa dos interesses dos trabalhadores e da população em geral.

De entre outras saudações, a Assembleia deu grande relevo à recente vitória alcançada pelos povos dos baldios ao verem vetado pelo Tribunal Constitucional o projecto de lei do Governo que destruía por completo a possibilidade da gestão democrática dos baldios, tão importantes para os povos serranos.

• Concelhia de Chaves

Teve lugar no anfiteatro da escola Fernando Magalhães, realizou-se a 4.ª Assembleia plenária (extraordinária) da Concelhia de Chaves, no distrito de Vila Real.

Da ordem de trabalhos constava a discussão dos problemas relacionados com o trabalho da direcção e organização do concelho e a eleição da Comissão Concelhia.

A realização desta Assembleia foi precedida de várias reuniões com o objectivo de dar seguimento à discussão iniciada aquando do debate e da preparação do XII Congresso e, por outro lado, dar resposta a várias questões de capital importância para a actividade do Partido no concelho.

A Assembleia começou por discutir uma questão essencial: como responder, no plano da organização concelhia, à inexistência de um quadro funcionário a tempo inteiro? Eis algumas linhas discutidas e aprovadas:

- Disponibilizar um maior número de quadros para as tarefas de organização;

- Melhorar o trabalho de direcção do concelho com um melhor acompanhamento de toda a actividade do Partido;

- Elevar a responsabilidade dirigente dos quadros existentes, descentralizando tarefas

que até há pouco tempo eram exercidas pelo quadro funcionário.

Estas foram prioritariamente as linhas de trabalho avançadas pela Assembleia com condições essenciais para o desenvolvimento orgânico e o reforço da actividade partidária.

Foi com este espírito e com esta disposição que a Assembleia elegeu a C. Concelhia composta por 14 membros.

Foram ainda discutidas questões de actividade política nacional, eleições para o PE e as autarquias. Foram aprovadas como linhas orientadoras um maior envolvimento de todo o Partido nestas grandes batalhas eleitorais.

Foram feitos vários apelos exortando os trabalhadores e os democratas à unidade em defesa da Constituição, incentivando os trabalhadores a lutar contra a aplicação do pacote laboral.

A Assembleia regozijou-se pela inconstitucionalidade material do projecto lei 90/V da autoria do PSD sobre os baldios, chumbado recentemente pelo Tribunal Constitucional.

Finalmente, a Assembleia apelou à participação das populações na iniciativa das comemorações do XV aniversário da Revolução de Abril e do Dia Mundial do Trabalhador.

• Sector Público da ORL

Realizou-se no CT Vitória a segunda Assembleia do Sector Público da ORL do PCP.

Esta Assembleia, que decorreu sob o lema «O PCP com os trabalhadores, intervir no presente, garantir o futuro», contou com a quase totalidade dos delegados previstos, os quais produziram

mais de duas dezenas de intervenções.

Foram levantadas muitas questões sobre as quais é necessário continuar a meditar. A resolução política aprovada por maioria com 2 abstenções apontou medidas e orientações concretas para

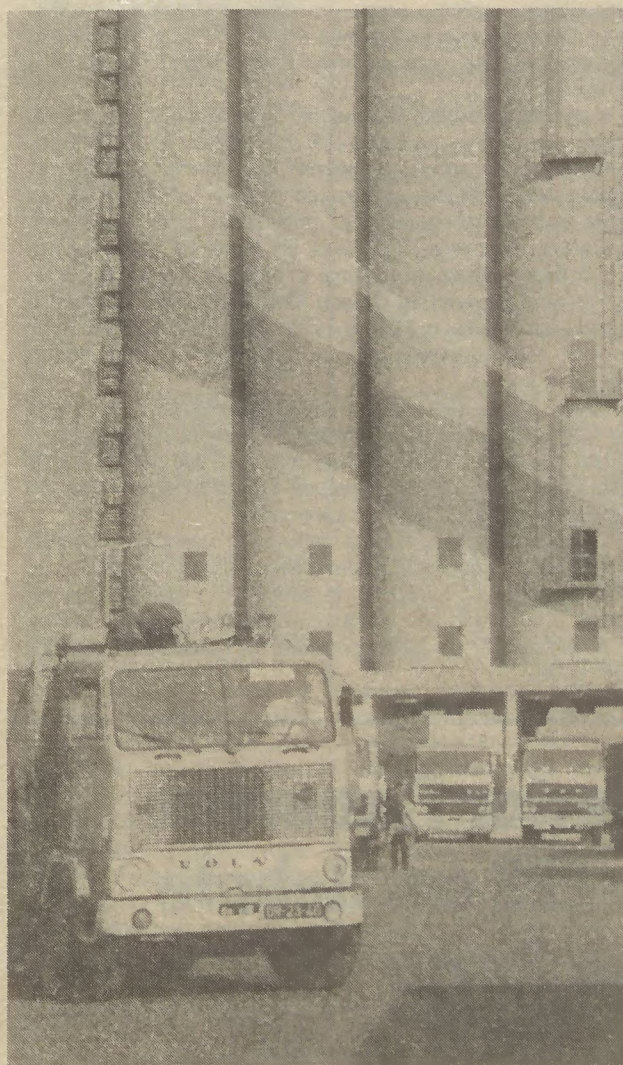
duas grandes batalhas políticas — eleições para o Parlamento Europeu e a luta social.

A Assembleia elegeu também por maioria com 3 votos contra e 5 abstenções o novo organismo de direcção que passou a ter 38 camaradas,

20 dos quais são empregados, 10 são quadros técnicos, 8 são operários e 8 são mulheres.

No final da Assembleia o camarada **Henrique Sousa**, do CC, fez uma intervenção abordando as principais questões da situação política.

A propósito da EPAC e do negócio dos cereais



EPAC: desde 1979 que se registam tentativas de retirar à EPAC o exclusivo da comercialização de cereais, com o propósito de o entregar a operadores privados que, entretanto, iam exercendo fortes pressões políticas, operadores esses ligados a poderosas multinacionais do sector.

Tais pressões sortiram os seus efeitos quando em 1984 foi criada a **Comissão de Mercado de Cereais** com a competência de disciplinar o mercado, e o **Conselho Consultivo do Mercado de Cereais**, como representante dos interesses das actividades económicas organizadas; a EPAC perdia, assim, o exclusivo que estatutariamente, lhe pertencia.

A complementar todo este conjunto de pressões, legislação e regulamentação, procedia-se ao esbulho do património desta EP, nomeadamente a passagem para o Instituto da Qualidade Alimentar do laboratório de análise e certificação de sementes, assim como a entrega de edifícios e instalações de armazenagem a entidades privadas.

A política de destruição das EP's tinha aqui um exemplo concreto, agravado pelo facto de se ter procurado margina-

lizar a EPAC do comércio de cereal de produção nacional, tendo o Governo concedido subsídios aos produtores que fizessem a entrega das suas produções directamente na indústria moageira, com a particularidade dessas entregas terem limites mínimos de quantidades, o que descrimina pequenos produtores; ou obrigava-os a associações entre si, ou com oportunistas que, entretanto, se constituíam como **intermediários**... Com a integração de Portugal na CEE, a liberalização do comércio de cereais passou a constituir facto consumado, por via de tratados e acordos estabelecidos com as comunidades em que os interesses nacionais e da própria empresa não haviam sido acautelados.

De todo este processo resultou um facto particularmente gravoso para a EPAC. Os Estatutos desta EP ficaram desvirtuados perante as novas regras da livre concorrência comercial, de que resultou a incerteza, latente, quanto ao seu futuro e dos seus trabalhadores. Urge redefinir o objecto estatutário da empresa.

(Da documentação da 2.ª Assembleia do Sector Público da ORL do PCP)

• Célula da Mague

Decorreu recentemente em Alverca a 3.ª Assembleia da célula da Mague do Partido Comunista Português sob o lema «**pelo reforço do Partido, em unidade, na defesa dos trabalhadores**».

A Assembleia tinha em vista reforçar a organização do Partido, eleger o organismo de direcção e preparar a célula para as batalhas futuras, nomeadamente as eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu e as eleições autárquicas de Dezembro.

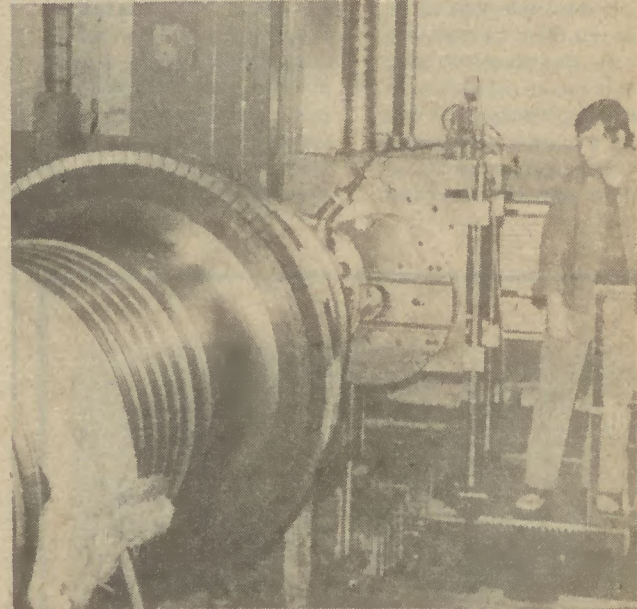
O organismo de direcção foi eleito com 1 voto contra. O novo secretariado conta com 24 camaradas dos quais 18 são operários, 5 empregados e 2 quadros técnicos. Quanto à composição etária: 1 tem entre 20 e 30 anos, 13 têm entre 31 e 40 anos, 9 têm entre 41 e 50 anos e 1 tem mais de 50 anos.

Nesta Assembleia foram ainda abordadas questões da luta social, nomeadamente a necessidade de continuar a luta contra o pacote laboral, contra os acordos em matérias fulcrais e lesivos da essência democrática da Constituição que o PS e o PSD se preparam para levar à aprovação na Assembleia da República. Preparar ainda todo o Partido para as comemorações do 25 de Abril e o 1.º

de Maio transformando-as em grandes jornadas de luta contra o Governo PSD/Cavaco, foi tarefa em foco no debate dos comunistas da Mague.

Foi ainda aprovada uma moção de repúdio contra a atitude da Direcção Geral da empresa por esta não ter permitido a realização da Assembleia dentro das instalações da Mague.

A Assembleia decorreu no salão dos Bombeiros de Alverca em ambiente de fraternidade e finalizou com uma intervenção do camarada **Abílio Martins**, membro do CC, que abordou questões ligadas à vida e à luta política e social em Portugal, e também a nível internacional.



• Póvoa de Santa Iria

Um relatório de actividades e um programa de acção e ainda a composição da nova Comissão de Freguesia mereceram o apoio unânime dos delegados participantes na segunda Assembleia da Organização da Póvoa de Santa Iria, no concelho de Vila Franca de Xira, recentemente efectuada na Quinta da Piedade sob o lema «Para uma vida melhor na Póvoa de St.ª Iria, reforçar o PCP».

Uma vida melhor que passa pela dinamização do trabalho da actual JF, presidida pela coligação PS/PSD, e que se tem caracterizado por uma posição amorfa, desligada da po-

pulação e dos seus anseios. Daí que o programa de trabalho aprovado pelos comunistas da Póvoa destaque a necessidade e a possibilidade de recuperar a freguesia e de retomar uma gestão autárquica dinâmica, como já sucedeu com anteriores coligações em que o Partido foi força preponderante: primeiro a FEPU, depois a APU (e hoje a CDU!).

Na sessão de encerramento da Assembleia falou o camarada **António Abreu**, do Comité Central. Temas da actualidade política e questões da vida local foram analisadas pelo dirigente comunista.

PCP

Sábado no Porto, com Álvaro Cunhal

Comício do PCP no Palácio de Cristal

• Dirigente do PSUA também intervirá

A Direcção Regional do Porto do PCP realiza no próximo **sábado**, dia **22**, às **15.30 h** no **Palácio de Cristal**, um comício em que intervirá o camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do Partido. Trata-se do primeiro comício depois do XII Congresso, realizado em Dezembro.

A propósito desta importante iniciativa do Partido no Norte do País, o «Avante!» falou com o camarada **José Timóteo**, membro do Comité Central e da C. Executiva da DORP, organização que, naturalmente, está envolvida com todo o entusiasmo na preparação do grande comício do Palácio de Cristal, uma nave bem conhecida dos comunistas.

«Num momento de cres-

cendo da luta dos trabalhadores da região do Porto» — refere José Timóteo —, «de grande aceleração do trabalho para as eleições do Parlamento Europeu, em que também se aproximam duas datas muito queridas e de grande significado para todos nós (o 15.º aniversário do 25 de Abril e as comemorações de festa e luta do 1.º de Maio), este comício ganha uma maior oportunidade».

Delegação da RDA

Intervirá também neste comício o camarada **Werner Krolkowski**, membro de Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), que dirige uma delegação de amizade da RDA de visita ao nosso país a convite do PCP.

António Filipe, da Comissão Executiva da DORP, será outro dos oradores do comício de sábado.

A oportunidade desta grande iniciativa, acrescenta o camarada Timóteo, «torna-se ainda mais evidente face à continuada campanha anti-



Reuniu-se pela primeira vez, no passado dia 8, a Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, eleita na recente 2.ª Assembleia daquela organização. A situação política e social, as tarefas do Partido e questões de direcção estiveram em primeiro plano nesta reunião da DORP, constituída por 90 camaradas

comunista que, nos órgãos de Comunicação Social, silencia a actividade do Partido, deturpa as suas posições e procura aproveitar e explorar acontecimentos nos países socialistas para lançar dúvidas nos trabalhadores e

tentar quebrar a solidez ideológica dos comunistas».

José Timóteo sublinha ainda o entusiasmo posto nas tarefas de organização e preparação do comício — dos panos e do trabalho geral de propaganda montagem e di-

vulgação da iniciativa às caravanas que partirão de vários Centros do Partido rumo ao Palácio de Cristal.

A nova Direcção Regional do Porto do PCP (DORP) será apresentada durante o comício.



Soeiro Pereira Gomes — Foi precisamente a 14 de Abril que passou o 80.º aniversário de Joaquim Soeiro Pereira Gomes, um dos grandes vultos do movimento neo-realista em Portugal, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, falecido há quatro décadas na clandestinidade.

Soeiro Pereira Gomes (na foto aos 22 anos) trouxe para a literatura o drama da exploração de classes no Baixo Ribatejo, a luta determinada e dura dos trabalhadores da região ribatejana contra as desumanas condições de trabalho nos esteiros do Tejo e nas fábricas e oficinas da região, onde a silicose fazia velhos precoces e cedo ceifava vidas.

O escritor dos «homens que nunca foram meninos» deu depois, nas duras condições da clandestinidade, toda a grandeza da sua abnegação e solidariedade de classe, foi um dos construtores do Partido em todo o Ribatejo e um aglutinador de democratas como representante do PCP no Conselho de Unidade Antifascista até ao momento da sua morte.

E mesmo já na agonia dos últimos dias procurou completar o seu último trabalho de uma obra literária que o situa nos clássicos do neo-realismo.

Hoje, na rua e na sede central do seu Partido, que tem o seu nome, a luta a que entregou a vida continua.

Portalegre: rumo às tarefas

Com o PCP, mais democracia, maior desenvolvimento para o distrito — foi com este lema que decorreu no passado sábado, dia 15, a 3.ª Assembleia da Organização do Partido em Portalegre.

Participaram 150 delegados e cerca de uma centena de convidados, oriundos dos vários concelhos deste distrito do Alto Alentejo.

Tanto os documentos centrais da Assembleia (resolução política e relatório) como a proposta de constituição da nova

Comissão Distrital do Partido foram aprovadas por unanimidade. Entretanto, na sua primeira reunião a Distrital eleita elegeu os seus organismos executivos.

As tarefas em curso, as batalhas eleitorais e as lutas de massas estiveram no centro dos debates, sendo nota saliente a ideia que a partir deste momento as organizações do Partido no distrito de Portalegre estão melhor preparadas para as responsabilidades deste difícil ano político de 1989.

A intervenção de encerramento coube ao camarada **José Soeiro**, membro da Comissão Política do Partido.

Camaradas Falecidos

Armando Sucena Seabra

Realizou-se no passado dia 6 em Aveiro o funeral do dr. **Armando Sucena Seabra**, destacado militante comunista, firme lutador pela democracia e a liberdade, o que o fez conhecer as prisões da ditadura. Numa nota divulgada na imprensa, a Comissão Distrital do PCP recorda que «após o 25 de Abril, Armando Seabra continuou a ter papel interveniente na acção cívica e política, tendo sido membro da Comissão Administrativa da CM de Aveiro».

E acrescenta: «Possuidor de personalidade e carácter singulares em que se entrelaçavam a sensibilidade, a firmeza de convicções e a modestia de comportamento, Armando Seabra procurou sempre, com a sua actividade tantas vezes anónima, servir os ideais que prosseguia, sem nunca pôr em causa outras vertentes da sua vida, igualmente exemplares».

O Partido esteve representado no funeral, realizado para o cemitério central da cidade, por uma delegação constituída por Sérgio Teixeira e Carlos Fraião, ambos da Comissão Política do CC, Ramiro Silva, do CC, e António Salavessa, da Distrital. A delegação incluía ainda João Sarabando, amigo pessoal do camarada falecido e militante da organização concelhia de Aveiro, que proferiu, em nome do Partido, o breve elo-

gio fúnebre, perante centenas de familiares, amigos e outras pessoas ligadas à vida profissional e política de Armando Sucena Seabra.

Libânio Ramos

Democrata muito prestigiado na região, faleceu no passado dia 30 de Março o nosso camarada **Libânio Ramos**, de 62 anos, comerciante em Outeirinho (Santarém). Pertencia à organização de freguesia de Salvador, na capital ribatejana. Fazia também parte da associação de reformados local.

Raul Coelho

Natural de Almada, pertencendo à organização local do Partido, faleceu no passado dia 4 o militante comunista **Raul Coelho**, de 77 anos. Durante largos anos, após o incêndio da fábrica de cortiça onde trabalhava, o nosso camarada esteve emigrado no Canadá.

António de Oliveira

Difusor do «Avante!» clandestino em Alcântara (Lisboa), faleceu com 84 anos o militante **António de Oliveira**. O camarada integrava a organização da 1.ª zona da OLL do Partido.

Fernando Ferreira Silva

Residente em Espinho, faleceu recentemente o nosso camarada **Fernando Lúcio Ferreira da Silva**, de 63 anos, natural do Bonfim (Porto).

Ana Rodrigues («Rapitapé»)

Com 76 anos, faleceu a camarada **Ana Rodrigues**, mais conhecida por «Rapitapé», natural de Mora, onde colaborava nas actividades da organização local do Partido.

Eduardo Martins

Homem prestigiado na freguesia de Cacilhas e no concelho de Almada, faleceu recentemente o camarada **Eduardo Martins**. Antigo trabalhador da Quimigal, a cuja célula do Partido pertenceu, o militante comunista, aposentado, encontrava-se doente há bastante tempo, o que o impedia de participar activamente na acção do Partido. Eduardo Martins fez parte da Assembleia de Freguesia de Cacilhas. Deixou viúva e dois filhos.

José Antunes

Vítima de acidente de trabalho, faleceu o nosso cama-

rada **José António Antunes da Silva**, de Tomar. Contava apenas 21 anos.

José Graça

Um acidente de viação roubou a vida ao militante comunista **José das Neves Graça**, de Tomar, padreiro, de 43 anos.

Manuel Pereira Ramusga

Uma grande manifestação de pesar acompanhou o funeral do nosso camarada **Manuel Pereira Ramusga**, em Alvalade-Sado. No regresso de uma consulta médica em Lisboa, caiu, perto da estação ferroviária local, vítima por enfarte do miocárdio. Ninguém o conseguiu localizar. Desde os seus tempos de juventude o camarada Ramusga foi um dedicado militante e activista do Partido. Preso várias vezes, conheceu a violência da Pide e a acção clandestina.

**

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» e as organizações do Partido onde os camaradas actuavam apresentam sentidas condolências.

Trabalhadores

Marcada greve na EDP

Lutas na MEC, Chiado, cantinas da Universidade de Coimbra, e movimentação sindical noutras empresas e sectores

Os trabalhadores da empresa pública EDP, que acabam de comemorar por sua iniciativa o 14.º aniversário da nacionalização do sector eléctrico, anunciaram uma greve de 48 horas para hoje e amanhã. Convoca esta forma de luta a Federação mais representativa do sector (FSTIE) e, segundo o gabinete de imprensa de apoio à greve, a acção é apoiada pelas «organizações sindicais ligadas à CGTP-IN e

à UGT». Outras lutas e acções reivindicativas voltaram a movimentar os trabalhadores do Chiado afectados pelo incêndio, as organizações sindicais representativas da Siderurgia Nacional, a empresa MEC, e as cantinas dos serviços sociais da Universidade de Coimbra.

Nestes últimos locais de trabalho, a greve deve prolongar-se até ao próximo dia 29. De acordo com o Sindicato dos

Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro (STFPZC), a forma de luta iniciada segunda-feira passada e que apenas terá efeito nos períodos das refeições, destina-se a conseguir o **pagamento de 35 mil contos**, devidos aos trabalhadores por serviço nocturno, efectuado nos anos de 1985 a 1987.

Os efeitos da greve nas cantinas, que o STFPZC e os interessados no pagamento

das remunerações atrasadas tudo fizeram para evitar, afectam muito os estudantes. Recordar-se, no entanto, que os grevistas sempre diligenciaram no sentido de não terem que recorrer a essa acção de luta, cujas responsabilidades atribuem à competente Secretaria de Estado, neste caso a do Ensino Superior que, conhecendo perfeitamente o problema, nada tem feito para o solucionar.



Comemorando os 14 anos de uma nacionalização em perigo

Intransigência quanto aos aumentos na EDP

A intransigência dos gestores da EDP, que mantêm uma proposta de 8,5 por cento de aumentos salariais, quando os sindicatos e os trabalhadores reclamam cerca de 11 por cento, leva as organizações representativas dos trabalhadores da empresa a recorrer a uma greve de 48 horas de âmbito nacional.

De acordo com o gabinete de imprensa de apoio à greve na EDP, esta acção pode «afectar o fornecimento de energia eléctrica em vários pontos do País».

Está no entanto assegurado, segundo a mesma fonte, o abastecimento de electricidade a hospitais, casas de saúde e «outros serviços impreteríveis».

Ainda segundo o gabinete de apoio, a nova greve segue-se a idêntica forma de luta adoptada, com uma «adesão

global de 90 por cento», em 6 e 7 de Março findo.

Além da questão salarial, os sindicatos da EDP acusam o Governo, responsável como se sabe pela tutela da empresa, de pretender «abrir o sector eléctrico à iniciativa privada, nos campos da produção e distribuição» — dos sectores mais rentáveis, naturalmente.

Na MEC (Fábrica Metalúrgica de Santa Iria de Azóia), os trabalhadores pararam, segunda e terça-feira passadas para efectuar «plenários permanentes de emergência» contra os baixos aumentos salariais que a entidade patronal pretende impor e que não vão além dos 7 a 9 por cento.

Continuava, entretanto, na Siderurgia Nacional, a movimentação de protesto contra a tentativa dos gestores no sentido de cortarem os complementos de reforma a centenas de ex-trabalhadores daquela empresa pública, tentativa que tem merecido o repúdio generalizado do movimento sindical.

1.º de Maio e Congresso da CGTP

Acções por todo o País

Marcado Dia de Acção no Porto contra lei dos despedimentos

No seguimento do plenário nacional de sindicatos da CGTP (31.3), que aprovou uma importante resolução político-sindical, e culminando outras iniciativas nos distritos e regiões, as estruturas intermédias da central têm desenvolvido acções a vários níveis, destinadas a preparar a participação no 25 de Abril e nas comemorações do 1.º de Maio. É o que tem acontecido, por exemplo, em Lisboa, Setúbal, Porto, Braga, Leiria, Viana do Castelo, Vila Real tendo em vista também a divulgação e debate dos documentos a apresentar no VI Congresso da CGTP.

Para tratar ainda dos mesmos temas, estava marcada para ontem em Lisboa uma reunião do Conselho Nacional da central unitária, que leva a afeito o seu VI Congresso no Pavilhão Carlos

Lopes, em Lisboa, nos dias 17 a 20 de Maio.

Na actividade sindical preparatória do Congresso da Inter têm participado outras organizações dos trabalhadores, nas empresas, designadamente as CTs.

Grandes questões sociais, como a Segurança Social (VI Encontro em Lisboa, ver esta página), o desemprego, a precariedade no trabalho, são tratadas nessas reuniões de sindicalistas e activistas sindicais que, por outro lado, conduzem reivindicações organizadas e lutas em empresas, sobretudo relacionadas com a questão salarial e a defesa dos postos de trabalho.

Plenário no Porto

«Prosseguir e desenvolver

a luta pela melhoria dos salários e regalias sociais, pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego, contra a degradação dos serviços de saúde e da segurança social, pela redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas, contra a **nova lei de contratação colectiva que o Governo quer impor** — luta que terá um ponto alto no próximo 1.º de Maio, importante jornada de combate, de unidade e solidariedade dos trabalhadores para derrotar a política anti-social do Governo e contribuir para uma alternativa política com emprego, progresso e justiça social»: eis, em resumo as principais directivas constantes da decisão aprovada por 500 dirigentes, delegados sindicais e membros das CTs do Porto.

O plenário distrital portuen-

se aprovou ainda outras decisões com relevo para a exigência de revogação da lei dos despedimentos.

Sobre esta questão, que tem mobilizado todo o movimento sindical, o plenário do Porto marcou um **dia de acção** para a altura em que for discutido na Assembleia da República o pedido de ratificação.

Quanto às comemorações do 1.º de Maio no Porto, além de outras iniciativas a divulgar oportunamente — como sucede no resto do País — haverá no dia 30 um espectáculo evocativo dos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982 naquela cidade. Participa no espectáculo o cantor Fernando Tordo. Do acto evocativo contará também uma romagem. No 1.º de Maio, além do desfile, haverá festa na cidade do Porto.

Corrida do 1.º de Maio no Estádio do Inatel

Terminam no próximo dia 28 as inscrições para a corrida do 1.º de Maio em Lisboa. Promovida todos os anos pela USL/CGTP, a prova de 15 mil metros decorre no Estádio do Inatel.

Gratuitas e abertas a todos a partir dos 16 anos, as inscrições podem ser efectuadas até às 19 horas daquele dia na sede da União dos Sindicatos de Lisboa, Rua S. Pedro de Alcântara, 63, 2.º, Bairro Alto.

À semelhança do que acontece em Coimbra (ver nestas páginas o Sumário), a iniciativa inscreve-se nas

comemorações do 1.º de Maio e selecciona para a prova nacional de estrada a efectuar no Porto em 28 do mesmo mês.

Prémios

O sorteio dos prémios abrange todos os atletas que terminarem a prova. Além de prémios pecuniários para as equipas masculina e feminina, serão sorteadas duas viagens de 14 dias à Bulgária e dois fins-de-semana para duas pessoas, na Quarteira e em Tróia, respectivamente.

Haverá ainda, entre outros prémios, troféus e diplomas de participação.



Concentração em frente ao Ministério (arquivo)

III Congresso

Com praticamente todo o sector motivado por recentes lutas e tomadas de posição públicas, a FENPROF (Federação Nacional dos Professores) efectua o seu III Congresso. O secretariado nacional (direcção) desta organização unitária, reunindo na semana passada, afirmava que, «se até ao início do 3.º Congresso Nacional» (nos dias 19, 20, 21 e 22 de Abril) «não lhe forem apresentados os projectos de nova grelha salarial para a carreira docente, será o Governo o responsável pelas consequências de todas as acções que os professores venham a empreender».

220 milhões

Ainda sem conclusões aprovadas a tempo útil de entrarem neste número do «Avante!», registemos, no entanto, a realização do VI Encontro Nacional numa área actualmente tão controversa e onde é quase um hábito esconder as responsabilidades directas do Governo e das entidades patronais a ele estreitamente ligadas, como

é o caso da RTP, que devem, só no distrito de Lisboa, e segundo um cálculo aproximado, uns 220 milhões de contos à Segurança Social. Além da RTP, e entre as entidades devedoras de largas quantias à SS, contam-se outras empresas prósperas como a SATA e a Brisa. A par dessas empresas públicas e com as mesmas responsabilidades neste campo, perfilam-se ainda entidades directamente dependentes do Governo, como seja a Administração Regional de Saúde de Lisboa. Estes e outros elementos foram publicamente divulgados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, organizadora do VI Encontro das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Segurança Social, efectuado no LNEC nos dias 18 e 19 do corrente e de que voltaremos a falar no próximo número do «Avante!».



PROGRAMA
PCP
ESTATUTOS

À venda

edições
Avante!

O Programa e os Estatutos do PCP aprovados no XII Congresso

Trabalhadores

Sumário sindical

Espanhóis — Partiu quinta-feira passada de regresso a Madrid uma delegação da USMR/Comisiones Obreras, que chegara um dia antes a Lisboa, onde estabeleceu vários contactos, designadamente com dirigentes sindicais da USL, «com vista a perspectivar com a União dos Sindicatos de Lisboa o III Encontro Sindical Lisboa-Madrid».

Telecomunicações — Um plenário de sindicatos da Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT) aprovou recentemente uma resolução político-sindical onde, entre variada matéria de interesse geral, se condena a Lei de Bases de Telecomunicações, aprovada na Assembleia da República apenas com os votos do PSD. Para a Federação e os sindicatos, a ser aplicada, aquela Lei «trará consequências gravíssimas», pois prevê «a privatização dos sectores rentáveis» do ramo, bem como «o desmantelamento dos operadores públicos de telecomunicações» e ainda «a separação dos Correios das Telecomunicações, sem estar garantida a sua viabilização económica e financeira». Recorde-se que o Governo transformou os TLP numa sociedade anónima aberta a capitais privados (49 por cento), incluindo estrangeiros.

Siderurgia — A Federação sindical dos metalúrgicos (FSMMMP) continua a protestar, juntamente com os sindicatos e os trabalhadores da SN, contra a tentativa de acabar com o complemento de reforma. Segundo a FSMMMP são centenas os trabalhadores atingidos por aquela tentativa dos gestores da Siderurgia que comemorou, sexta-feira passada, o 14.º aniversário da nacionalização — uma iniciativa dos trabalhadores.

Carris — A CT da Carris protestou publicamente contra o facto de a comissão administrativa da empresa ter proibido, sábado, a participação de um representante da Associação 25 de Abril num almoço de confraternização organizado pelos trabalhadores e respectivas famílias. A CT acusa os administradores de agudizarem conflitos internos, de porem «técnicos competentes na prateleira» e de promoverem admissões que «cheiram claramente a compadrio».

Algarve — Abrangendo seis mil trabalhadores, foi concluída ultimamente, com aumentos de 10,1 por cento e efeitos a partir de 1 do corrente, a revisão salarial do contrato colectivo (CCT) dos trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Faro. Negociaram o CES-SUL e a ACRAL — Associação Comercial da Região do Algarve.

«Estatua» — Datado de Vieira de Leiria na passada sexta-feira, um comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos apela para as autoridades no sentido de pôr termo àquilo que designa por «métodos de tortura do antigamente», aplicados na Faprilma. O trabalhador Mário Pedrosa Filipe, por ter solicitado o regresso ao serviço de que anteriormente se ocupara, foi mandado permanecer de «estatua» junto do posto de trabalho que não é o seu, pois não corresponde à sua categoria profissional. Pedrosa Filipe, além de presidente da assembleia geral do Sindicato, pertence ao secretariado da Federação (FSMMMP) e é secretário da Junta de Freguesia de Vieira.

Teatro — Prosseguiu no passado fim-de-semana, em Coimbra, a fase de apuramento distrital do VI Festival de Teatro Amador promovido pela CGTP.

Atletismo — Está marcada para o próximo dia 30, em Coimbra, a prova de 8000 metros já tradicional naquela cidade onde se efectua pela 11.ª vez. A iniciativa da USC integra-se nas comemorações do 1.º de Maio. A corrida apurará os participantes da região na prova nacional de estrada (da CGTP) a realizar no Porto em 28 do mês que vem.

Aniversário — Com várias iniciativas promovidas pelo Sindicato dos Ferrovieiros do Sul, foi comemorado em 15 do corrente o 14.º aniversário da nacionalização da CP.

Comércio — A CGTP, citando dados do INE sobre a balança de transacções correntes, relativos aos primeiros oito meses de 1988, afirma que «o saldo negativo da balança comercial ascende a mais de 800 milhões de contos», o que provocará «um agravamento sensível» naquela balança em Portugal, com um saldo negativo em 1989 superior a 10 por cento do PIB (produto interno bruto) e contrariando assim radicalmente afirmações do Governo, que apontavam para «um saldo positivo da balança de transacções correntes».

Papel — A Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, protesta contra os 7,5 por cento de aumentos salariais, que a associação patronal propõe, e reafirma a sua intenção de continuar a reclamar, entre outras reivindicações, «uma actualização salarial dos mínimos do sector da ordem dos 19 por cento». Aumentos salariais superiores aos agora propostos pela associação patronal já foram alcançados em empresas como a Papelaria Fernandes, Júlio Amorim, Alice Ribeiro, Interdecal, Persistente, Novembal, Impotol, Lousanense — entre outras, conforme refere a Federação.

Nacional

A festa de Abril e do povo enche as ruas de Portugal

Múltiplas iniciativas estão marcadas para os próximos dias em todo o país com o objectivo de assinalar o 15.º aniversário do 25 de Abril. Na **Agenda** incluímos os programas de que nos chegaram notícias até ao fecho da edição. Destacam-se o desfile marcado para domingo à tarde em Lisboa e, na *baixa* do Porto, a festa de dia 24 à noite.

A comissão promotora das comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa anunciou que no final do desfile do Marquês de Pombal para o Rossio (com início marcado para as 15 horas), realiza-se um comício em que usarão da palavra representantes da Associação 25 de Abril, do PS, do PCP, do PRD, do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática, da UDP, do PSR, do MDP/CDE e do PC(R).

No Porto a festa de Abril começa no dia 24 à noite, na Praça da Liberdade, com a actuação de um grupo coral alentejano, de Amélia Muge e do grupo coral «Heróicas», fogo-de-artifício, um diaporama e um grupo de baile. O dia 25 abre com uma manhã infantil e a tradicional «Corrida da Liberdade», seguindo-

-se, à tarde, um cortejo de carros alegóricos.

Além destas iniciativas, da responsabilidade da comissão promotora das comemorações populares, também a CDU promove um pouco por todo o distrito do Porto festas de confraternização assinando os 15 anos da revolução.

Como noutros pontos do país, numerosos democratas do Porto estão a subscrever um apelo «O 25 de Abril tem 15 anos». Na capital norte-nha contam-se, entre os primeiros signatários, Alberto Sousa, Alda Sousa, Álvaro Ferreira Alves, António Macedo, Armando Gomes de Sá, Artur Sentieiro, Catarina Cabral, Edgar Correia, Eduardo Costa, Eduardo Miguel, Falcão de Freitas, Francisco Amorim, Helena Medina, Helena Policarpo, João Seme-

do, José Castro, Júlio Ribeiro, Maria Emília Reis, tenente-coronel Mário Brandão, coronel Martins Rodrigues, Paulo Teixeira de Sousa, Pedro Ramalal, Raúl Brito, Raúl Castro, Rosa Pinto, Rosado Correia, Rui Nóvoa; coronel Tomás Ferreira.

Saudação da URAP

A assembleia geral da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, que elegeu no passado dia 8 os corpos gerentes da URAP para os próximos dois anos, aprovou uma saudação ao 15 aniversário do 25 de Abril em que, além de «celebrar» a revolução libertadora, «assinala a importância de a comemorar com o sentido voltado para um futuro alicerçado no seu projecto inovador ainda inacabado».

«Fomos resistentes ao fascismo» — recorda-se no documento.

«Tivemos ao nosso lado outros combatentes que perderam a sua vida nessa luta e outros que, tendo visto ain-

da e participado na libertação, a morte já arrancou à nossa companhia. Somos e continuaremos resistentes na vigilância que mantemos sobre tudo que possa significar retorno àquele passado doloroso, preparação de terreno para instalar ideias ou práticas fascistas».

A URAP considera «essencial» que os democratas «trabalhem para no futuro se entenderem de forma a enveredar o país pelo caminho apontado pelo 25 de Abril». Na saudação afirma-se, a concluir, que comemorar Abril é «recusar que a democracia seja desfigurada, quer no texto constitucional, quer na prática diária. E não o será se os mais diversos sectores democráticos estiverem vigilantes e atentos a todos os tipos de soluções que não tenham em conta os ideais de Abril e a vontade das massas populares».

A União dos Resistentes Antifascistas convida os ex-presos políticos a integrarem o desfile em Lisboa, concentrando-se às 14 horas frente ao edifício do «Diário de Notícias».

Domingo, em Lisboa

Forum em defesa da Constituição

Defender a Constituição é o objectivo de um Forum Nacional que se irá realizar em Lisboa no próximo dia 23, no Forum Picoas, e de cuja comissão promotora fazem parte nomes como Aquilino Ribeiro Machado, Anselmo Anibal, Carlos Fabião, José Casanova, Inês Fontinha, Piteira Santos, Luiz Francisco Rebelo, António Arnaut e António Taborda.

Revisão «assente em compromissos que não reflectem as aspirações de fundo da so-

ciedade portuguesa», perigo de entrega «à direita de novos meios de fazer retroceder a democracia» e de «intervir negativamente em muitas das transformações que se verificaram na sociedade portuguesa» depois do 25 de Abril, são algumas das críticas feitas pelos promotores da iniciativa ao acordo de revisão constitucional estabelecido entre o PS e o PSD.

Os promotores do *Forum Nacional* para a Defesa da Constituição desejam fazer chegar à opinião pública e à

Assembleia da República as suas preocupações, «a fim de que os compromissos sejam ainda repensados» antes do acordo PS/PSD ser concretizado.

Entretanto cerca de meia centena de actores, encenadores, cenógrafos e outros técnicos de teatro, assinaram um apelo ao PS para que considere o seu acordo de revisão constitucional com o PSD. De entre a lista de signatários, fazem parte, entre outros, Hélder Costa, Irene Isidro, José Mário Branco, Joa-

quim Benite, Júlio Pereira, Lourdes Norberto, Maria do Céu Guerra, Mário Viegas, Rogério Paulo, Rui Mendes, etc.

Também um grupo de cidadãos de Montemor-o-Novo promoveu um abaixo-assinado em «Defesa da Constituição» onde quatro dezenas de quadros técnicos, intelectuais, professores e outros profissionais livres pedem a todos os democratas «um empenho vigilante na defesa da Constituição».

MAP acelera o assalto

O Governo, através do Ministério da Agricultura, entregou na segunda-feira aos agrários Lince Núncio, Mouzinho Almadanim, Bellzanda Mira Vaz, Quirino Catita e Francisco Resina Silva Correla cerca de 3 mil hectares de terras pertencentes a UCP's/Cooperativas de Montemor-o-Novo («Salvador Joaquim do Pomar», «Boa Esperança do Lavre», «Poder Popular», «Maria Machado»), Alcácer do Sal («Albergues»), Mora («Sol Nascente»), Serpa («Margem Esquerda») e Ervidel («Freguesia da Unidade»).

Mais uma vez as cooperativas foram notificadas apenas na sexta-feira à tarde, em muitos dos casos por telegrama telefonado, para evitar que os trabalhadores recorressem para o Supremo Tribunal Administrativo e fosse suspenso a tempo o roubo de terras.

A FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas), que prontamente denunciou a comunicação social tal «comportamento típico

de quem sabe que está a cometer ilegalidades», considera que «a completa degradação e corrupção que envolve este Governo e o MAP em particular» é «incompatível com o Estado democrático e com as necessidades que se colocam à agricultura portuguesa», e anuncia que os **trabalhadores da Reforma Agrária e suas estruturas vão desencadear proxima-**mente «iniciativas públicas

de alerta à opinião pública e ao País contra a gravíssima situação que o MAP quer lançar» no Alentejo e no Ribatejo.

Vigília em Montemor-o-Novo

Por decisão de um plenário de trabalhadores das UCP's/cooperativas de Montemor-o-Novo, reunido na própria segunda-feira, foi de-

cidido iniciar logo no dia seguinte uma vigília de três dias em frente da Câmara Municipal.

Vão ainda ser pedidas audiências aos órgãos de soberania e a diversas entidades do concelho com vista a «dar conta dos gravíssimos problemas que a destruição da Reforma Agrária acarretará» — como se afirma no comunicado distribuído à população e à comunicação social.

Faleceu D. António Ferreira Gomes

Na passada quinta-feira, dia da morte de D. António Ferreira Gomes, que foi bispo do Porto até Maio de 1982, o gabinete de imprensa do PCP divulgou a seguinte nota:

«O falecimento de D. António Ferreira Gomes representa o desaparecimento de uma importante figura da igreja católica portuguesa que não pode deixar de ser recordada como uma voz corajosa que se ergueu contra a ditadura

fascista, a guerra colonial e a repressão dos trabalhadores e democratas.

«É, por isso, justo e natural que os comunistas portugueses, bem como outros resistentes antifascistas, evoquem com consideração e respeito a contribuição de D. António Ferreira Gomes para o processo que conduziu à conquista da liberdade pelo povo português.»

O Presidente da República, a Assembleia da República, o

Papa João Paulo II, o Primeiro-Ministro português e muitas personalidades manifestaram o seu pesar pelo falecimento de D. António Ferreira Gomes. No funeral participaram o PR, o vice-primeiro-ministro e o ministro Valente de Oliveira, o cardeal patriarca de Lisboa, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Manuel Vieira Pinto (bispo de Nampula), e uma delegação da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP.

Nacional

Eleições autárquicas

Candidaturas em «ritmo acelerado»!

Num ritmo acelerado que certamente fará inveja à quase generalidade das forças políticas que por aí andam a tentar «roubar» as candidaturas uns aos outros, a CDU continua a apresentar publicamente os principais nomes das suas listas concorrentes às próximas eleições autárquicas. Damos hoje conta de mais algumas, cujo anúncio chegou à nossa Redacção.

Em **Setúbal**, por exemplo, será a camarada **Odete Santos** que encabeçará a lista da CDU à Câmara Municipal. Sendo actualmente porta-voz da CDU na Assembleia Municipal setubalense, Odete Santos conhece bem esta autarquia e, sobretudo, a má gestão entretanto conduzida pelo PS/PSD, a que a CDU se apresenta como alternativa pautando-se, «como é seu timbre, pela honestidade, pelo diálogo e, sobretudo, pela competência».

Comentando o trabalho que vem sendo desenvolvido pela actual gestão PS/PSD (numa coligação que, recorde-se, foi formada com expressos objectivos anticomunistas), Odete Santos considerou que ela se tem caracterizado «pelo isolamento e, de momento, assiste-se a uma total estagnação». Por outro lado a lista da CDU propõe-se «inverter a actual situação, dando expressão prática a todo um conjunto de obras e projectos que urge concretizar em áreas que vão desde a habitação, passando

pelo património cultural, até às actividades ligadas à juventude do Concelho».

Ainda no Distrito de Setúbal, a CDU apresentou também as suas candidaturas às Câmaras Municipais do **Montijo** e de **Santiago do Cacém**.

José Rocha Caria, empresário, de 37 anos de idade será o cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara Municipal do Montijo.

Vereador eleito pela APU na mesma Câmara, no mandato 1976-1979, José Caria, natural de Sarilhos Grandes, e igualmente membro da Comissão Concelhia do Montijo do PCP. Tem vários artigos publicados na imprensa regional. A apresentação pública da candidatura teve lugar no passado dia 15, no salão nobre da Câmara Municipal do Montijo, no decorrer do II Encontro Concelhio da CDU, onde interveio igualmente Brito Apolónia sobre as eleições para o Parlamento Europeu.

Este II encontro reconfirmou o objectivo de disputar a presidência da Câmara, ac-

tualmente gerida por uma coligação PS/PSD, e aderiu ao Movimento de Defesa da Constituição, apelando assim ao PS para que reconsidere o acordo de revisão estabelecido com o PSD.

Entretanto num almoço convívio realizado em 15 de Abril na vila de Santiago, que contou com cerca de 400 apoiantes, a CDU fez a apresentação do seu cabeça de lista para a Câmara de Santiago do Cacém, Guiomar Beja.

Na ocasião intervieram Sérgio Martins (actual presidente da Câmara) e Manuel Sobral (da Comissão Política do CC do PCP).

Ramiro Francisco Guiomar Beja, de 46 anos, motorista da Rodoviária Nacional, natural da Freguesia e do Concelho de Santiago do Cacém e também dirigente do Movimento Cooperativo, destacou-se como defensor activo dos trabalhadores, foi membro da subcomissão de trabalhadores do CEP-8 da RN, delegado e dirigente do ex-Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal. Nas funções autárquicas que tem exercido «empenhou-se com dedicação, a honestidade e a competência que tem sido apanágio da sua vida, como trabalhador e cidadão dando,



Momento da sessão em Santiago do Cacém, onde foi aprovada a candidatura de **Guiomar Beja** à presidência da Câmara local, pela CDU



Odete Santos, candidata CDU à Câmara Municipal de **Setúbal**

as maiores garantias de prosseguir e aprofundar as realizações e o trabalho desenvolvido em prol do município e das populações», afirma a CDU local.

Ourique, Cuba e Arruda dos Vinhos

Num encontro de activistas da CDU em **Ourique**, onde esteve uma centena de acti-

vistas e participou como convidado António Vitória, membro suplente do CC do PCP, foi aprovado por unanimidade que o camarada **José Filipe Nogueira Esteves** seja o cabeça de lista à Câmara local. Tem 31 anos, é professor primário, membro da Comissão Concelhia do PCP e vereador na Câmara de Ourique. **José Joaquim Gonçalves André**, 50 anos, jornalista, encabeçará a lista CDU à Assembleia Municipal.

Também no Concelho de **Cuba** se realizou um encontro de activistas da CDU, onde esteve presente António Murteira, do CC do PCP e candidato ao Parlamento Europeu, que aprovou igualmente por unanimidade a candidatura do camarada **António São Brás** à presidência da Câmara pela CDU. Decidiu-se ainda criar urgentemente uma Comissão Coordenadora que acompanhe e dinamize as campanhas eleitorais ao Parlamento Europeu e às Autarquias.

Entretanto **Rogério Correia**, de 34 anos, mecânico de aviões e actual vereador da CDU na Câmara Municipal de **Arruda dos Vinhos**, será o candidato à presidência desta autarquia.

Rogério Correia foi membro da comissão de trabalhadores da Fábrica de Munições de Braço de Prata em 1976, de 76 a 79. Destacou-se como membro da Assembleia de Freguesia de Cardosas; de 1979 a 1985, presidiu, em dois mandatos, à Junta de Freguesia de Cardosas e de 1985 a 1989 foi vereador na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

CDU discute

Área Metropolitana do Porto

A Área Metropolitana do Porto foi tema para Seminário no passado sábado por iniciativa das Comissões Coordenadoras Concelhias da CDU do Porto, Gaia, Matosinhos, Gondomar, Maia, Valongo, Póvoa e Vila do Conde.

A «Área Metropolitana do Porto — aspectos institucionais», foi o primeiro tema em debate, introduzido pelo vereador da Câmara de Gaia, **Maurício Ferraz**. «A solução institucional mais adequada para a AMP ser capaz de desenvolver uma política de âmbito regional em articulação com a acção dos Serviços da Administração Central, dos agentes socioeconómicos e dos municípios, será apenas encontrada no quadro da instituição da Região Administrativa, na qual se integrem os concelhos da Área Metropolitana do Porto, com limites a definir», considerou **Maurício Ferraz**. O vereador adiantou que a CCRN, enquanto estrutura desconcentrada do Governo, vem assumindo desde a sua criação uma posição de órgão periférico da Administração Central, com funções de «coordenação a nível regional» e de «gestão dos recursos da Região».

A suscitar mais esclarecimentos do que propriamente debate, o 2.º tema: «A Área Metropolitana do Porto no Plano de Desenvolvimento Regional». De facto ficou claro que o PDR, bem como os

programas específicos nele integrados, não foram dados a conhecer às Assembleias Municipais nem mesmo às Câmaras, sendo que projectos e investimentos que neles constam, relativamente aos Concelhos, são previstos sem qualquer auscultação aos órgãos autárquicos democraticamente eleitos.

Viriato Pina Moura, candidato ao Parlamento Europeu, explicou que a AMP surge individualizada no PDR como objecto de um Programa Operacional de Investimento Autárquico na AMP. «Trata-se de um conjunto de projectos que representarão nos próximos anos um investimento da ordem dos 19,3 milhões de contos, cuja discriminação não é, até ao momento, conhecida mas que se sabe dirigido exclusivamente ao financiamento de investimentos municipais».

O último tema, «Problemas Centrais da AMP na óptica da CDU e propostas da CDU para a AMP», foi sem dúvida o que mereceu maior discussão. A introdução deste tema esteve a cargo do vereador da Câmara de Gondomar, **António Luís Pimenta**

Dias, que destacou alguns dos problemas com que se debate a AMP e as suas populações: a situação habitacional, graves carências no domínio de abastecimento de água e saneamento; rede de infra-estruturas viárias com características deficientes e agravada com atrasos acu-

mulados; atrasos na conclusão do projecto de navegabilidade do Douro; situação de dependência quase exclusiva da energia eléctrica; enormes carências no domínio da Saúde e do Ensino; crescente gravidade dos problemas ambientais. O vereador avançou em pormenor as propos-

tas da CDU para estes e outros problemas.

Helena Medina fez a intervenção final salientando que a iniciativa se inseriu «no esforço permanente da CDU de contribuir para a resolução dos problemas, para o desenvolvimento regional e o bem-estar das populações e

para a defesa de uma efectiva e indispensável descentralização do poder central». A descentralização do poder central seria ainda objecto de desenvolvimento na intervenção de Helena Medina, que considerou «um problema de fundo que não pode ser escamoteado».

Azambuja

CDU apresenta listas à Câmara e denuncia ilegalidades PS/PSD

António José Rodrigues será nas eleições de Dezembro, o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal da Azambuja, conforme foi ontem revelado na Casa de Imprensa, em Lisboa, num encontro com os órgãos de comunicação social promovido pelos actuais três vereadores CDU na Câmara da Azambuja e pelo presidente da Assembleia Municipal daquela localidade.

António José Rodrigues é actualmente vereador da CDU depois de, entre 1983 e 1985, ter sido o presidente da Câmara da Azambuja.

De 45 anos de idade, empregado bancário, António

José Rodrigues é autor de dois livros: uma monografia sobre Manique do Intendente, localidade da qual foi dinamizador do Grupo de Teatro Amador e outro de poesia e prosa com o título «Pássaro Trovador».

Na conferência de imprensa promovida pelos vereadores CDU da Azambuja foram também denunciadas algumas das ilegalidades cometidas pela actual administração camarária da coligação PS/PSD, que deram já origem à apresentação pela CDU de uma proposta de abertura de inquérito à gestão da Câmara, proposta também votada favoravel-

mente por um vereador da coligação PS/PSD.

De entre as ilegalidades cometidas pela actual administração municipal da Azambuja, os vereadores da CDU destacaram a entrega de uma empreitada no valor de mil contos, à revelia das normas legais, bem como a aquisição de materiais de desinfecção e limpeza, no valor de 700 contos, sem o respectivo pedido de orçamentos.

No decorrer de 1987 e 1988, foi permitido que a SO-PORCEL, empresa de celulose e pasta de papel, processasse a importantes obras de construção civil sem licença camarária.

Para além destes factos, a CDU da Azambuja destaca ainda a falta de Orçamento e Plano de Actividades da Câmara para 1989, tal como a falta de aprovação da conta da gerência camarária ao longo do ano de 1987, pois não foram fornecidos à Assembleia Municipal os dados necessários para esta fazer a apreciação da gestão autárquica, durante aquele ano.

Finalmente a CDU denunciou ainda o facto de o actual presidente da Câmara da Azambuja ter assinado diversos contratos de trabalho, sem para tal estar mandatado.

Internacional

Haiti

Comunistas defendem transição democrática

No dia 9 de Abril, a calma parece ter voltado a Port-au-Prince, capital do Haiti, após uma rebelião de tropas nas casernas de Dessalines, contra o general Prosper Avril, actual chefe do governo. No balanço do golpe militar falhado, contam-se cerca de 40 mortos, sobretudo militares, e uma centena de feridos, cerca de metade civis.

As notícias divulgadas indicam que na raiz do levantamento estaria descontentamento e temor da parte de grupos de militares na sequência da expulsão de alguns elementos do exército por tráfico de droga.

De assinalar que a 13 de Março, o general Avril tinha anunciado o restabelecimento da Constituição de 1987, promulgada depois da queda do ditador Duvalier, e que o regime do general Namphy, derubado há cerca de seis meses por Prosper Avril, tinha declarado «caduca».

Entretanto, e uma vez mais, os EUA intervêm nos acontecimentos, desta feita abrindo portas a um retomar do auxílio ao governo de Avril. São amargas as experiências que o povo do Haiti tem da ajuda norte-americana, que durante décadas impôs ao país a ditadura de Duvalier.

Estes os factos recentes. Factos que apenas reflectem a superfície dos acontecimentos, mas que mesmo assim dão nota de uma situação particularmente confusa e instável no país.

Em recente entrevista à rádio (anterior aos acontecimentos de Avril), o secretário-geral do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH), camarada Rene Theodore, sublinhava exactamente essa situação de confusão e os perigos que comporta.

«Hoje há um balanço que

zer que teríamos possibilidade de caminhar verdadeiramente para uma transição democrática».

Nesta mesma entrevista Theodore classifica o actual poder como autocrático e salienta que «as diferentes forças políticas em que o povo se reconhece não participam neste poder, como poder de transição».

O PUSH, comemorou em Janeiro o seu 20.º aniversário, com as palavras de ordem de luta pela vida, unidade das forças da mudança,

tos e outras formas de organização das classes trabalhadoras.

A direcção do PUSH defende como questão prioritária a formação de um governo de coligação nacional, cuja missão fundamental seria: realizar reformas substanciais na administração pública e nas forças armadas; desarmar e neutralizar os corpos de *tontons macoutes*, bandos paramilitares que estiveram ao serviço da ditadura e hoje continuam activos, procedendo mesmo a verdadeiros massacres entre a po-



O Haiti encontra-se entre os 25 países mais pobres do mundo, com o mais baixo produto nacional bruto de todo o continente americano. A situação de miséria da população ainda em nada foi alterada

blema de justiça, problema de saúde, a questão de base do exército; tudo o que interessa à opinião pública, que possa incutir confiança; impõe-se uma forma de poder que possa atacar os problemas, resolvê-los, com a participação de todo o povo, de todos os sectores interessados na sua situação, que possam participar directamente. Assim poderíamos di-

solidariedade internacional entre os povos.

Os comunistas haitianos apontaram como o grande desafio a enfrentar em 1989, a construção da unidade. Uma unidade que deverá abarcar todas as forças realmente comprometidas no processo de mudança — organizações populares, movimentos camponeses, comités populares de bairro, sindic-

pulação haitiana; tomar as medidas adequadas à realização de eleições gerais.

Os acontecimentos destes dias de Abril realçam ainda a necessidade de profundas transformações democráticas, para dar resposta aos problemas do mundo, e erguer barreira à intervenção norte-americana, que tantos sofrimentos e tanto atraso já custou ao povo do Haiti.

Libano 15 anos de guerra

Quinze anos de guerra civil, uma guerra que se insere nos problemas não resolvidos na região, em particular a questão palestina, custaram a vida a 120 mil pessoas, sendo neste mesmo período feridas 200 mil.

No balanço humano da guerra, contam-se também 15 mil libaneses sequestrados como reféns, cerca de 30 por cento dos quais foram mortos, desconhecendo-se o paradeiro de muitos deles.

Actualmente vivem-se momentos particularmente difíceis no país, vítima da violência desencadeada por forças da direita do sector «cristão», encabeçada pelo general golpista Michel Aoun. De par dos mortos e dos bombardeamentos sistemáticos, a guerra agravou ainda a situação das populações, com a destruição de uma subestação geradora de energia eléctrica que deixou sem luz grande parte do país e a cidade de Beirute, a que se somam dificuldades no abastecimento de água.

Domingo passado foi considerado um dos mais trágicos da guerra. Segundo um balanço provisório, 36 pessoas morreram e 181 ficaram feridas.

Mesmo os meios políticos libaneses dos sectores tradicionais reconheceram que a violência de domingo foi sinal de isolamento crescente do general golpista de direita Michel Aoun.

Polónia eleições em preparação

Concretizada a mesa-redonda, o Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) traçou o enquadramento do próximo processo eleitoral no país. Dias 4 e 18 de Junho vão realizar-se eleições gerais, os polacos vão eleger um Senado de 100 membros e uma Câmara de Deputados de 460. Dias 4 e 5 de Maio vai realizar-se uma Conferência Nacional de Delegados do POUP. A Conferência fará o balanço da situação no país à luz dos novos acontecimentos, nomeadamente os resultados da mesa-redonda. Jaruzelski considera que a Conferência contribuirá para a coesão do Partido.

De notar que todo este processo em curso tem tido para já os seus custos no interior do próprio POUP. O Partido perdeu 17 000 membros em 1988. Situação a que naturalmente haverá que dar resposta, tanto mais que, como sublinhou ainda Jaruzelski, o Partido «é o garante da ordem socialista, da estabilidade e da segurança do Estado».

Ainda no quadro dos compromissos assumidos na mesa-redonda, o tribunal regional de Varsóvia legalizou o sindicato Solidariedade.

Entretanto, nos EUA, o presidente George Bush, falando na comunidade de origem polaca em Detroit, anunciou um vasto plano de ajuda económica à Polónia. Plano claramente condicionado, e na verdade afirmando-se como uma tentativa de ingerência.

Bush disse: «nós não oferecemos ajuda sem exigir práticas económicas sãs. Devemos lembrar-nos que os polacos pertencem ao Pacto de Varsóvia e não devemos tomar medidas que comprometam a segurança do Ocidente».

Eleito novo secretário-geral do PC argentino

O Comité Central do Partido Comunista da Argentina, reunido em Buenos Aires, elegeu Patricio Echegaray para secretário-geral do PCA, em substituição de Athos Fava, que foi eleito para presidente do Partido.

O novo secretário-geral do PCA, de 42 anos, formado em Pedagogia, foi durante muitos anos dirigente sindical e, posteriormente, dirigente da Federação da Juventude Comunista da Argentina.

Patricio Echegaray, ao falar na sessão, afirmou pretender a unificação das forças de esquerda e a criação de uma Frente de libertação nacional e social.

Forum da informação em Londres

O primeiro «Forum de informação», no contexto da Conferência de Viena de Segurança e Cooperação na Europa, iniciou os seus trabalhos, dia 18, em Londres, no Centro Westminster. Em análise estarão várias questões que se prendem com a informação, em particular a sua melhoria, o acesso, a troca e a cooperação, bem como as condições de trabalho dos seus profissionais, os jornalistas. Os trabalhos do Forum prolongam-se até 12 de Maio.

Hamburgo homenagem a Ernst Thälmann

Participantes do movimento de resistência na Alemanha nazi, ex-prisioneiros de campos de concentração e jovens antifascistas homenagearam a memória de Thälmann, presidente do Partido Comunista da Alemanha nos anos 20 e 30.

«O nome de Thälmann sempre foi e continuará a ser o símbolo da luta da classe operária alemã contra a guerra e o fascismo», disse na cerimónia o presidente da Comissão da organização de Hamburgo para a história do Partido Comunista da Alemanha, salientando ainda «o apego de Thälmann ao internacionalismo e a sua firmeza inabalável exortam-nos a combater decididamente as tentativas de revitalizar a ideologia nazi na RFA. Continuar fiel ao legado de Thälmann significa hoje defender a paz, o desarmamento e a democracia».



O movimento da paz deu provas, nestes últimos dias, da sua vitalidade e da sua ligação às questões mais candentes na batalha pelo desarmamento. Em Madrid, dezenas de milhar de pessoas deslocaram-se à base militar norte-americana de Torrejón de Ardoz, com palavras de ordem contra a NATO, contra as bases estrangeiras em solo espanhol e a União Europeia Ocidental. Em Bruxelas, cerca de cem mil manifestantes contestaram nas ruas a política atlantista de «modernização» das armas nucleares tácticas, política denunciada como uma forma de rearmamentismo. Entre os organizadores contavam-se três dos cinco partidos da coligação governamental: socialistas flamengos e francófonos e nacionalistas flamengos. Simultaneamente, pacifistas norte-americanos terminaram a campanha anual da Primavera contra os ensaios nucleares, perto do principal polígono do ministério de Energia dos EUA, no Estado do Nevada. No decorrer da campanha, que durou dez dias, os pacifistas levaram a cabo várias manifestações, comícios e actos de desobediência civil. Nesta campanha foi exigido que a administração Bush respondesse à iniciativa unilateral da URSS de cessação do fabrico de urânio enriquecido com fins militares

Internacional

Afeganistão

Revolução de Abril comemora-se de armas na mão

Dia 27, o povo afegão comemora o 11.º aniversário da revolução. Comemora-o em condições de guerra, alimentada pela violação dos acordos de Genebra pelo Paquistão e os Estados Unidos.

Mas simultaneamente num momento em que já claramente se afirmou, aos olhos de todos, a capacidade do governo afegão de defender também militarmente a revolução, a mobilização popular em torno de uma política de reconciliação nacional e da defesa de importantes conquistas políticas e socioeconómicas, preservadas e desenvolvidas ao longo de um processo difícil e acidentado.

São as próprias notícias da guerra que confirmam estes factos. Cabul não foi estrangulada pelo cerco da fome. Jalalabad não sucumbiu aos assaltos dos bandos armados, com armas e mesmo participantes directos não afegãos. Na guerra das estradas, em que os grupos armados de oposição têm vindo a apostar em particular, também as forças de Cabul estão a marcar pontos.

Concretamente, nestes últimos dias, as forças governamentais afegãs conseguiram abrir a estrada de Salang, que liga a fronteira com a URSS a Cabul, bem como a ligação da capital à cidade de Jalalabad. O governo afegão desenvolve todos os esforços para manter abertas estas duas estradas vitais «por meios militares e políticos», ou seja também atra-

vés de contactos políticos com forças da oposição armada. Contactos que prosseguem com vista à regularização política dos problemas do país, preconizada pelo governo de Najibullah, pelo Partido Democrático Popular do Afeganistão.

Em recente entrevista à Tass, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Edouard Chevardnadze, colocava uma questão fundamental: «porque é que a oposição belicista e certos meios recusam entrar em conversações com o governo afegão? A resposta é simples. Eles apostavam num sucesso militar rápido, numa solução militar do problema afegão. Entretanto tudo se passou ao contrário do que alguns tinham predito. É verdade, na guerra como na guerra, as vicissitudes são possíveis. No

entanto, os combates que tiveram lugar em torno de Jalalabad mostraram que, inspirando-se na política de reconciliação nacional, o povo afegão, o PDPA, a direcção do país tendo à sua frente o presidente Najibullah, são capazes de uma estreita unidade quando o país é alvo de ingerência a partir de território paquistanês».

O sucesso militar não veio. As forças que defendem a revolução são suficientemente fortes. Não apenas contra forças contra-revolucionárias internas. Mas também contra a ingerência externa. E neste processo naturalmente se reforçam.

Este será sem dúvida mais um triunfo com que o povo afegão pode contar para avançar finalmente pela via da paz, pela resolução política dos seus problemas, pela imposição do cumprimento dos acordos de Genebra.



A defesa da revolução está não só a cargo das FFAA mas também de cidadãos armados. Armas foram em especial distribuídas, em Cabul, aos militantes do PDPA

SWAPO, 29 anos em vésperas da independência da Namíbia

Num momento de justificação das esperanças — pois é do processo de independência da Namíbia que se trata —, e simultaneamente de preocupação, na medida em que a África do Sul tudo tem vindo a fazer para pôr em cheque a criação de um poder de facto ao serviço do povo namibiano — a SWAPO, movimento de libertação da Namíbia, comemora o seu 29.º aniversário.

Valerá a pena, nesta fase particular da vida do povo namibiano, relembrar alguns factos da história.

Depois da segunda guerra mundial e da Conferência de paz de Versalhes, em 1919, foi aplicado às antigas colónias alemãs um sistema de mandatos sob o controlo da Sociedade das Nações. A Namíbia ficou sob mandato da África do Sul, que assumiria entretanto a obrigação

«de aumentar por todos os meios ao seu alcance o bem-estar material e moral assim como o progresso social dos habitantes do território».

Na verdade, a prática foi da mais desenfreada exploração das riquezas do país.

Em 1966, a ONU revoga o mandato de 1919. Em 1971, a ocupação da Namíbia é oficialmente declarada como ilegal à face do direito internacional.

Ao longo destes anos, desenvolve-se a luta contra a dominação colonial. Em 19 de Abril de 1960, constitui-se a frente nacional unificada, SWAPO, tendo como principal objectivo a libertação e a independência do país. Em 18 de Julho de 1966, é desencadeada a luta armada.

Esta luta, que contou com amplo apoio popular, apesar da terrível repressão, e da presença de 100 000 solda-

dos sul-africanos, de par das mais diversas manobras, abriu o caminho, num contexto regional e internacional favorável, ao processo de independência do país, consagrado nos acordos quadripartidos sobre a África Austral.

No próximo dia 1 de Novembro, deverão realizar-se eleições para a assembleia constituinte, que no fundo vai definir o rumo do país. Ou seja — teremos uma vitória do movimento de libertação do povo namibiano, a SWAPO, abrindo portas a uma real independência do país e à defesa dos interesses do seu povo, ou uma mascarada eleitoral. A aposta da África do Sul vai evidentemente para a segunda hipótese. Daí os esforços desenvolvidos para criar dificuldades ao próprio processo de independência, à criação de condições adequadas a eleições livres (livres também, ou sobretudo, da presença repressiva da África do Sul).

Toda esta acção objectivamente sabotadora de Pretória tem a ver, naturalmente, com o próprio facto de ter sido colocada na situação de assinar acordos que não desejaria. E de não lhe restarem mais hipóteses de manter as suas posições de potência dominadora na zona.

Entretanto a independência da Namíbia será uma vitória do povo namibiano, da SWAPO, e de todos quantos estiveram ao seu lado durante estes anos difíceis.



O grande apoio popular à SWAPO foi factor decisivo que abriu portas à independência do país

Mensagem ao CC do PDP do Afeganistão

No 11.º aniversário da Revolução de Abril, o CC do Partido Comunista Português envia ao CC do Partido Democrático Popular do Afeganistão, uma mensagem que transcrevemos na íntegra.

Queridos Camaradas,

No momento em que no Afeganistão se comemora o 11.º aniversário da Revolução de Abril, que abriu novos caminhos ao povo afegão na luta pela construção de uma nova sociedade liberta dos seus velhos exploradores e opressores, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o Comité Central e todos os militantes do Partido Democrático Popular do Afeganistão, força determinante dessa luta.

Desejamos nesta ocasião manifestar e reafirmar a solidariedade fraterna dos comunistas portugueses com o PDPA que, com as forças progressistas e patrióticas do seu país e enfrentando a ingerência e a agressão do imperialismo e as forças da contra-revolução da guerra, têm desenvolvido todos os esforços em defesa das conquistas da Revolução de Abril e da soberania nacional, pelo progresso social e a paz.

O processo de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos é sem dúvida complexo, irregular e acidentado, abre caminho através de um duro combate de classe, encontra pela frente a resistência tenaz do imperialismo. Mas como demonstra a experiência histórica, é um processo imparável. Um povo determinado na luta e contando com a solidariedade fraterna das forças do progresso social e da paz, acaba por triunfar.

A luta travada ao longo destes anos pelo PDPA e o povo afegão não foi em vão. Confiámos em que, apesar das bárbaras agressões militares dos imperialistas e da reacção contra a população pacífica do Afeganistão, e das violações constantes dos Acordos de Genebra, de que é exemplo o encarniado ataque de Jalalabad, os inimigos do povo afegão serão finalmente derrotados.

Desejando os maiores sucessos ao PDPA e ao povo afegão no prosseguimento da luta pela sua justa causa, reafirmamos a nossa vontade de desenvolver e reforçar os laços de amizade e solidariedade que unem os nossos dois Partidos.

«Depois do 1.º Encontro Nacional de Coimbra, a luta estudantil entrou na sua fase mais aguda, por ocasião do Dia do Estudante, em Lisboa. A sua interdição pelo governo provocou uma vibrante reacção e 3000 jovens acorreram no dia 24 de Março ao Estádio Universitário, onde se manifestaram durante 6 horas. Quando saíam, empunhando cartazes e dístico, uma força de 350 polícias que já antes tinham tentado invadir a Faculdade de Direito lançou-se sobre os jovens, provocando numerosos feridos, dos quais pelo menos 30 recolheram ao hospital, sob prisão. A indignação dos estudantes aumentou quando no dia seguinte a polícia, em nova provocação, invadiu a Faculdade de Medicina dissolvendo pela força uma assembleia de 500 estudantes. O luto académico e a não comparência às aulas foram unanimemente decretados pelas associações.

No dia 26, pela manhã, piquetes de estudantes postados à porta das faculdades esclareciam os seus colegas que adeririam em massa à greve. As escolas ficaram desertas durante dois dias: só em Lisboa, e contando com os estudantes liceais, participaram na greve mais de 18 mil estudantes.

Muitos professores se solidarizaram. O Senado e muitos Conselhos Escolares apoiaram os estudantes, chegando o governo a proibir mais tarde a realização do Conselho da Faculdade de Direito. Os reitores da Universidade Clássica e Técnica, assim como os directores de várias faculdades demitiram-se, reconhecendo a razão dos estudantes.

A força da greve impôs-se. O ministro da Educação, obrigado a receber os estudantes, mandou libertar os jovens presos e autorizou o Dia do Estudante. Mas a proibição anunciada de novo na semana seguinte mostrou que se tratava duma manobra para ganhar tempo. E a greve reiniciou-se no dia 6 de Abril com o mesmo espírito de unidade (...).

(«25 000 estudantes em greve!» — «Avante!», VI série, n.º 315, Abril de 1962)

«A comemoração do Dia do Estudante marcada para 14 e 15 de Março decorreu num ambiente de grande entusiasmo e veio mostrar que os estudantes de Lisboa estão de novo na vanguarda da luta do povo português (...).

No dia 14 mais de mil estudantes reunidos junto do Instituto Superior Técnico gritavam «Universidade Livre», «Liberdade», ao mesmo tempo que empunhavam cartazes onde se lia: «Unidos Vencemos» e «Autonomia para a Universidade». Apesar da repressão ter caído brutalmente sobre eles, não impediu que desfilassem até à Cidade Universitária, a qual por sua vez estava cercada de cordões de polícia. Sem se amedrontarem milhares de estudantes realizaram um grandioso comício onde foi resolvido continuar a luta.

No dia 15, de novo, milhares de estudantes se encontraram na Cidade Universitária, donde partiram em desfile para o centro da cidade. No caminho foram ferozmente atacados por destacamentos da polícia que não conseguiram, no entanto, fazê-los dispersar.

Aos estudantes juntou-se muito povo e, na Praça do Chile, a polícia já era impotente para conter a multidão, que respondia aos golpes de cassetete com vivas à Liberdade e «Abaixo a Ditadura».

(«Estudantes de novo em luta» — «Avante!», VI série, n.º 340, Abril de 1964)

O DESCALABRO DA BALANÇA COMERCIAL

■ **Octávio Teixeira**

Ainda há pouco tempo atrás, raro era o dia em que o Primeiro-Ministro ou o ministro das Finanças não apareciam no Telejornal da subserviente RTP ou nas primeiras páginas de múltiplos jornais, ditando *slogans* publicitários dos alegadamente excelentes resultados económicos da sua governação. Segundo a auto-propaganda de Cavaco Silva e Miguel Cadilhe era a elevada «performance» da economia portuguesa e da política económica do Governo, admirada em todo o mundo, apresentada como exemplo ímpar nas Comunidades Europeias, objecto de referência e estudo em universidades americanas e inglesas, etc. (embora possa parecer, não há aqui exagero da minha parte; basta consultar as declarações de há dois ou três meses daqueles dois «iluminados» governantes). E quem quer que negasse aquelas declarações, quem afirmasse que a realidade era bastante diferente da propagandeada pelo Governo, tinha de imediato a repetida resposta de Cavaco/Cadilhe: era a oposição que, siderada pelos «performances» do Governo, nada mais era capaz que dizer mal apenas por dizer, que negar o irrefutável.

De repente, Cavaco Silva e Miguel Cadilhe deixaram de falar da excelência dos resultados económicos da sua política. Não porque tenham sido atingidos por uma razoável dose de modéstia, já que é coisa que não conhecem, é produto que não entra nas suas dietas. Mas porque começaram a surgir a público dados estatísticos que não mais permitem que sob o manto róseo da propaganda governamental se esconda a cruel verdade dos efectivos resultados da sua política económica. Primeiro foram os dados sobre a inflação. Dos 6% prometidos pelo Governo para 1988, o INE (Instituto Nacional de Estatística) dava a conhecer a realidade dos 9,7%. E dos 6% novamente prometidos para a inflação em 1989, o mesmo INE vai já mostrando que no 1.º trimestre do ano a variação homóloga da inflação vai nos 12,2%. Contra factos não há argumentos, principalmente quando

os factos desmentem de forma tão categórica a propaganda e as mentiras governamentais. Por isso o Governo emudeceu.

Depois foram os dados sobre a evolução do emprego e desemprego. Também aqui o INE, desmancha-prazeres, publicou as estatísticas relativas ao último trimestre de 1988, mostrando uma realidade bastante diferente da propagandeada pelo Governo. O emprego diminuiu 1,7%, recaindo fundamentalmente sobre os trabalhadores por conta de outrem (-2,3%) e, de entre estes, nos que têm contratos permanentes (-3,2%). E os contratos a prazo representam já mais de 20% dos trabalhadores por conta de outrem. Inversamente, o desemprego aumentou 5,5%, pesando fundamentalmente sobre os desempregados que procuram novo emprego (+16%), sobretudo dos que procuram esse novo emprego há mais de um ano

(+21,5%)! De novo os factos desmentem a propaganda governamental do contínuo aumento do emprego e da permanente redução do desemprego.

Finalmente, o INE fez publicar os dados mais recentes do comércio externo. O descalabro na balança comercial era posto a nu. Cavaco Silva susteve, a custo, a expressão pública da sua ira mal contida. Miguel Cadilhe ameaçou com um inquérito o Instituto Nacional de Estatística, pensando, quiçá, em processar judicialmente os respectivos trabalhadores. Não há direito. A política económica do Governo é a melhor, por definição, e os resultados económicos não podem deixar de ser excelentes, por profecia governamental. E se a realidade é diferente, é porque a realidade está errada (por definição, o Governo nunca erra, nem sequer tem dúvidas). E o INE deveria saber disso. Pelo que o INE não deveria publicar os números reais, mas tão só os números que comprovassem a propaganda do Governo. O INE é tecnicamente incompetente por não verificar o que é evidente para qualquer membro do Governo: que a realidade mente, que a realidade está a ser manipulada pela oposição, que a realidade está a fazer o jogo dos comunistas. Julgue-se o INE, processem-se os seus responsáveis, demitam-se os seus trabalhadores. Punam-se, colectivamente, os portugueses, por acreditarem na realidade e descrem das profecias do Governo, obrigando-os a reduzir o consumo. Decrete-se a proscrição da realidade.

Mas, afinal, o que é que a realidade mostra da balança comercial? «Apenas» que o défice comercial em 1988 atingiu os 900 milhões de contos! Mais 50% que o défice de

1987 (601 milhões). Mais de 2,5 vezes o défice registado em 1985 (355 milhões), quando o Governo Cavaco Silva tomou posse.

Ainda há um mês e meio, o ministro das Finanças declarava, prementório e com base em «estimativas perfeitamente seguras» (DN, 27/2/89), que a balança de transacções correntes teria um **saldo positivo** de 300 milhões de dólares (45 milhões de contos). Agora, e com base em estimativas ainda nada seguras, o que se pode prever é um **saldo negativo** da BTC, da ordem dos 600 milhões de dólares (90 milhões de contos). Uma diferença, desfavorável para a economia portuguesa, de «apenas» 135 milhões de contos!

Mas, para o Governo, a culpa não é do Governo:

— na inflação, a culpa é do vinho; no desemprego, a culpa é dos portugueses, porque há demasiadas pessoas a quererem trabalhar; na balança comercial, a culpa é do INE, porque regista todas as importações efectuadas.

É o completo descrédito do Governo nas instâncias económicas internacionais. Mas é, sobretudo, o descalabro nas contas externas e a ameaça de mais «austeridade» para os trabalhadores portugueses e outras camadas da população de menores recursos. Já foram tomadas as primeiras medidas para cortar o consumo dos portugueses. A evolução dos salários e das pensões e reformas é já inferior à inflação. Os juros do crédito aumentaram rapidamente. Em breve assistiremos à desvalorização (discreta) do escudo. Não é necessário que o FMI imponha publicamente o seu pacote clássico. O Governo já se encarregou de começar a implementá-lo. ■

■ **Júlia Lima**

Santo Isidoro

Desbravar caminhos e construir o futuro

Santo Isidoro, Marco de Canavezes, conhece uma vida diferente, nos últimos oito anos. Novos caminhos desbravados, água ao domicílio em boa parte da freguesia, um relacionamento franco e aberto da Junta com a população são alguns aspectos da diferença. «As pessoas perceberam que a Junta lhes pertence», disseram-nos. Participam e reconhecem nos homens que dirigem a sua autarquia a capacidade, a iniciativa e a vontade capazes de modificar a face desta terra que continua a lutar com grandes carências.

Fomos lá e falámos com **Jorge Baldaia**, o presidente da Junta de Freguesia, e com **António Agostinho**, o tesoureiro. E a chuva forte não nos impediu de, durante toda a tarde, acompanharmos estes autarcas, que nos mostraram o que, com poucos recursos financeiros, já foi possível realizar e nos contaram, com entusiasmo, os seus projectos para o futuro.

Santo Isidoro — de Riba Tâmega, como era chamada em tempos mais antigos — é uma freguesia muito rendilhada. Atravessada por duas linhas férreas — a Linha do Tâmega e a Linha do Douro — desenvolve-se em socos, sobranceira ao rio, agora transformado em autêntico lago, com a subida das águas da Albufeira da Barragem do Torrão.

«Quando em 1982 fomos eleitos para a Junta — com os votos de 66% do eleitorado — deparámos com imensas dificuldades, pois a Junta anterior (era do PS) nada fazia. As necessidades eram tantas que tivemos de estabelecer algumas prioridades, nomeadamente em relação à abertura de caminhos, ao abastecimento de água e, questão não menos importante, a transformação do relacionamento da autarquia com a população», foi, para começar, o que nos disse Jorge Baldaia, o presidente da Junta.

No primeiro mandato rasgaram-se os caminhos, agora está-se na fase de calçamento. Na maioria dos casos a Câmara fornece a calçada e a Junta paga o trabalho. Uma questão surgiu logo, a propósito desta acção

tão ampla que nos foi possível ver à medida que fomos andando pelos diferentes lugares — tantos caminhos, com que dinheiro?

«Este é um dos nossos grandes problemas, pois temos um Orçamento reduzidíssimo — recebemos apenas da Câmara 500 contos, dos quais restam pouco mais de 200, depois de retiradas as despesas fixas da autarquia», disseram-nos. Para fazer obra, a Junta recorre sistematicamente ao apoio da população, que participa, em trabalho voluntário, e, sempre que pode, dá contribuições. E lá vimos, apesar da chuva, um «caterpillar» a trabalhar, pois o recurso às máquinas da Câmara, nos fins-de-semana, é uma das formas de «dar a volta à situação».

Com a insistência constante da Junta, a Câmara assumiu responsabilidades de calçamento de alguns caminhos. «Outros temos de ser nós a construí-los. É a nossa grande actividade, o nosso compromisso com os moradores que estamos a cumprir, apesar das dificuldades. E não é de mais lembrar que, embora haja um relacionamento normal com a Câmara do Marco — cujo presidente, Aveli-



No lugar de Belos Ares, um dos caminhos calçados pela Junta CDU

no Ferreira Torres, é do CDS —, os maiores apoios vão para as Juntas de Freguesia afectas ou submissas.»

Água para todos

Também na questão da água a Junta teve de contar, no essencial, com a sua própria iniciativa. Construiu depósitos, fez os furos artesanais, abasteceu a população dos lugares do Cruzeiro e Belos Ares. Depois, aproveitando os furos abertos pela Câmara para as duas escolas, levou água a outros dois lugares. «Até para colocar os 120 contadores de água tivemos de contar com a população que adiantou o dinheiro, que vai sendo descontado na água que gastam»,

lembrou Jorge Baldaia. Em tudo isto a autarquia já gastou mais de dois mil contos e a Câmara apenas ajudou com quinhentos. Ainda a este propósito, contaram-nos que a Junta foi chamada à atenção pelo facto de não entregar na Câmara os dinheiros dos recibos da água. «Já dissemos ao presidente da Câmara que era fácil resolver este problema — nós entregamos os dinheiros e a Câmara assume integralmente a responsabilidade, como aliás lhe compete, do fornecimento de água ao domicílio a toda a população.» É que, segundo nos contaram, só as freguesias junto à vila do Marco de Canavezes têm água da Câmara, e a Junta de Santo Isidoro — a única das 31 freguesias do concelho que tomou nas suas mãos a resolução deste problema — considera que os quatro furos de que dispõe não são ainda suficientes para cobrir uma população de dois mil habitantes e muito dispersa.

E falámos ainda de muitos outros problemas. Da actividade cultural, que é necessário desenvolver. Dos apoios dados à actividade da escola. «Das dificuldades criadas, no plano da assistência, pois temos de ir ao Posto Médico da Livração e sucede que, por exemplo, uma das médicas de família está de baixa há três meses e ninguém a substitui», como nos contou o António Agostinho. António Agostinho, que, como fez questão de salientar o presidente da Junta, «está em todas». Se é necessário arranjar o motor da água que se avariou, vai-se a casa do Agostinho. «Para tudo está sempre pronto, para as coisas chatas, é o Agostinho. É ao domingo, das dez ao meio-dia que reunimos e recebemos a população, mas durante a

semana, muitas vezes adiando a partida para o trabalho, é ele que vai resolvendo muitos problemas que surgem.»

Projectos para o futuro

Apesar de dispor de poucos recursos financeiros a Junta de Santo Isidoro não desiste de fazer projectos. E de concretizá-los. O projecto de construção de uma sede para a Junta (até agora tem funcionado numa casa particular) em terrenos cedidos pela Associação Movimento da Juventude — MOJ —, em troca da instalação de balneários e arranjo do rinque, único recinto desportivo existente na freguesia. O alargamento do cemitério, por insistência junto da Câmara, em terrenos que também já estão preparados. São apenas dois casos que citamos. E um terceiro aqui fica como exemplo do poder de iniciativa da Junta: o aproveitamento de terrenos junto ao rio Tâmega, cedidos por um lavrador da freguesia, para zona de lazer.

«Antes da subida das águas do rio, tínhamos praias, havia salgueiros nas margens, moinhos e açudes. Agora é difícil nadar no rio, é muito fundo. Foram quinze metros de subida e estão previstos, ainda mais quatro», dizem-nos. Mais calmo e volumoso o rio Tâmega continua a ser belo e a Junta já avançou no sentido de dar possibilidade à população de aproveitar, em tempos de lazer, as condições naturais, agora tão diferentes. Rompeu, pelo monte, um largo caminho até junto ao rio. Aplanou a margem, de forma a que, quando a água subir mais, estejam criadas as condições para uma piscina natural, que permita nadar com segurança. Limpou e preparou os socos e duas nascentes naturais, para o parque de campismo e zona de lazer. Tudo isto recorrendo a trabalho voluntário e com poucos gastos. «No próximo Verão, com o apoio da população, pensamos ter esta obra lançada no seu essencial», dizem-nos, com orgulho.

Em Santo Isidoro as pessoas perceberam que a Junta lhes pertence. «Antigamente diziam: — Fulano ou Cícirano funciona com o cabrito.» Hoje, não passa pela cabeça de ninguém «oferecer prendas» aos elementos da Junta. Oferecem, sim, a sua participação e juntam a sua à imensa vontade da Junta de Freguesia em resolver os problemas, em melhorar a vida na sua terra: ■



Nestes terrenos, junto ao rinque, vai nascer, no futuro, a sede da Junta de Freguesia

Desenvolver Marco de Canavezes

Discutir os problemas do Marco, avançar com a planificação de iniciativas tendo em vista as eleições para o Parlamento Europeu, dar passos no debate para a constituição de listas e definição de objectivos para as autárquicas foram alguns dos temas que estiveram em análise na reunião a que assistimos, aproveitando a ida a Santo Isidoro, no Marco de Canavezes, à noite.

Falou-se de tudo um pouco — das condições de assistência no Hospital concelhio e nos centros de saúde; dos professores que faltam muito «porque são todos de longe»; do «estilo» da presidência de Câmara de Avelino Ferreira Torres, do CDS, «um cacique que agora até tem também a rádio local».

E falou-se da exploração. Do trabalho precário que é recurso generalizado no concelho. Da «autêntica explosão industrial» a que

se tem vindo a assistir, na base de pequeníssimas empresas de confecção, não estruturadas, mal dimensionadas, que resistem pagando salários de miséria, de dez ou quinze contos mensais. Das crianças que trabalham. Dos trabalhadores «agarrados» a máquinas dez e mais horas, aos sábados e domingos, sem receber horas extraordinárias. De entrarem nas empresas com autênticas cartas de despedimento assinadas, contratos em branco de que os patrões, sempre que quiserem, podem dispor para «os pôr na rua». Do clima de intimidação e da repressão.

Como não poderia deixar de ser, falou-se também na Serra da Aboboreira e da eucaliptização forçada, com o apoio da Câmara do Marco.

A denúncia destas questões são objectivo das iniciativas que irão ser lançadas, em breve, pela CDU no Marco de Canavezes.

Rui Godinho – candidato CDU à presidência da CM Lisboa:

«CDU candidata para ganhar!»

A Lisboa dos anos 90 tem de ser a cidade do retorno ao Centro, da reconquista dos espaços, do respeito pela cultura própria dos bairros e das tradições populares, pelo património construído e pelo ambiente urbano muito próprio que se vai perdendo. Lisboa é nome renovado na boca de Rui Godinho, vereador da Câmara da capital, candidato pela CDU à presidência da edilidade, que em entrevista ao «Avante!» diz estar num projecto para transformar Lisboa na «Cidade das pessoas».

«O que se tem verificado nos anos 80, com a gestão de Lisboa entregue à direita, com a cumplicidade do PS, é que os cidadãos cada vez têm menos cidade para si. Outros vão sendo progressivamente expulsos para a periferia. Lisboa tem vindo a transformar-se numa cidade desumanizada, sendo-lhe imposta uma vocação de cidade de serviços, centros comerciais, escritórios e hipermercados, contrariando a sua verdadeira vocação — a de uma cidade para habitar, fruir e trabalhar».

Rui Godinho diz-nos que a sua candidatura assenta num profundo conhecimento dos problemas da cidade, quer na sua caracterização quer no encontrar de soluções. «Esta candidatura assenta no trabalho da CDU ao longo dos anos, algo que temos vindo a construir de forma séria e persistente, em permanente colaboração e diálogo com as populações, as freguesias, as comissões de moradores, as associações de interesses (inquilinos, defesa do património, do ambiente), também complementado com um rigoroso trabalho de estudo das soluções técnicas, políticas e institucionais que dão corpo a este verdadeiro projecto alternativo para a gestão da cidade de Lisboa».

Habitação condigna para todos

Estabelecer regras para as ne-

cessidades em equipamento na área do comércio e serviços em procura de um equilíbrio «assente num Plano Director, como quadro de referência para o planeamento e gestão da cidade», é um dos objectivos propostos pela CDU na sua candidatura para a Câmara da capital.

O Plano Director da Cidade de Lisboa é de resto uma das preocupações da CDU, afirmando Rui Godinho que o «Plano Director Municipal (PDM) teria de ser elaborado sob a direcção da Câmara e aprovado por ela, não podendo ser estático, antes dinâmico, ao mesmo tempo técnica e cientificamente profundo, apoiado pelos pareceres de todos os agentes económicos, sociais e culturais da cidade, bem como em diálogo operativo com as freguesias e com tudo o que é vivo em Lisboa».

Apontando as insuficiências do actual PDM, Rui Godinho explicita que «a Lisboa dos anos 90, com a CDU, terá de ser a cidade que finalmente garanta uma habitação condigna a todos os que desejam aqui viver, começando pelos que vivem em situações degradadas e têm legitimidade para viverem na capital em condições dignas.» Cooperação com os municípios vizinhos a Lisboa é outra das ideias expressas pelo actual vereador da CML.

«Temos de ter em conta uma realidade hoje indiscutível: alguns



CDU concorre à Câmara de Lisboa para ganhar, com um projecto para a Lisboa dos anos 90

dos grandes problemas da capital só têm resolução no quadro da área metropolitana de Lisboa. É o caso dos transportes, tráfego, ordenamento do território, ambiente, gestão do estuário do Tejo e áreas ribeirinhas.»

Estabelecer intensas relações de cooperação no quadro da Associação dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, da qual fazem parte 17 municípios, é objectivo proposto pela CDU, em atenção aos problemas diversos que são comuns, exemplo da concretização de «grandes obras de saneamento, tratamento de lixos e de efluentes domésticos e industriais.»

Cultura e ambiente

«Lisboa tem de ser uma cidade mais culta», diz-nos Rui Godinho, fundador e membro dos corpos gerentes da Associação de Defesa do Património e População de Alfama e da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Bairro Alto.

«Uma cidade culta significa que a produção e fruição da cultura têm de ser uma prioridade destacada na gestão da cidade, aproveitando as suas próprias potencialidades. Falo, por exemplo, das praças da cidade, grande parte fechadas, como é o caso da Praça do Município e da Figueira, sítios magníficos para ali se concretizarem os concertos de Primavera ou Outono. E isto é só um exemplo, porque poderíamos ainda reconstruir o teatro romano da Colina de Santiago, criando um espaço com condições para a realização de espectáculos. Poderíamos ainda aproveitar a recuperação do Chiado para insuflar na baixa pombalina os factores de revitalização e reanima-

ção cultural, de forma a combater a desertificação ali instalada.

«A baixa pombalina é talvez a zona da cidade mais nobre do ponto de vista arquitectónico e urbanístico. Pergunto se existe uma actividade cultural digna dessa nobreza?».

O actual vereador da Câmara lisboeta defende ainda, na área da cultura, a criação e animação de galerias de exposições, museus vivos, pequenos e médios fóruns para debate de questões diversas, gerais e particulares, desde a ecologia até a preocupações de actualidade com interesse para os lisboetas.

«Ainda no domínio da cultura, creio ser interessante referir a nossa intenção de apoiar a actividade das colectividades de cultura e recreio, hoje claramente subaproveitadas, e que se pretende que integrem este projecto cultural da cidade dos anos 90», frisou.

Também o ambiente é preocupação da candidatura para Lisboa da CDU. «A política de ambiente não deve ser definida como um fim em si mesmo, mas como um meio para conferir uma cada vez melhor qualidade de vida aos cidadãos. Esta é uma diferença fundamental em relação a qualquer candidatura que se reivindicue da «ecologia». Lisboa tem de ser aprazível, começando por potenciar o grande factor de equilíbrio ecológico que é o estuário do Tejo e toda a Zona Ribeirinha. Teremos de intervir na zona de exposição a sul das colinas lisboetas, recuperando o património degradado de bairros como Alfama, Mouraria, Bairro Alto, Madragoa, Pena, Graça e Ajuda.»

Recuperação de património que a CDU pretende que garanta o direito a continuarem a viver no seu bairro os actuais habitantes, integrando esta recuperação do património numa política de promoção de uma das componentes do ambiente — o ambiente urbano.

Candidatura para ganhar

Rui Godinho tem 41 anos, é casado, com dois filhos. Engenheiro Químico e Sanitarista, é docente de Engenharia do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Foi eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa em 1979 e desde 82 é vereador na Câmara.

Diz-se um profundo admirador de Maria João Pires e lê tudo o que venha de Saramago, Hélia Correia e João de Melo. «E Fernando Pessoa, pois claro. Posso dizer que sou até membro da Direcção da Associação Pessoa dos Amigos do Martinho da Arcada, uma associação que foi criada na sequência da classificação do Café Martinho da Arcada como imóvel de interesse público, uma proposta nascida de minha iniciativa».

Da música ligeira ouve Trovante, Rui Veloso, Carlos do Carmo e Fernando Tordo.

De Lisboa o local de maior agrado é Campo de Ourique, onde vive, e toda a Colina do Castelo, com Alfama em primeiro lugar.

Perguntamos como encara, em termos pessoais, a hipótese de ser presidente da Câmara: «Com a naturalidade e a responsabilidade decorrente de dez anos de experiência no município e do aprofundado conhecimento dos problemas e das pessoas, quer dos que trabalham na Câmara, quer da população, seus problemas e anseios».

Rui Godinho diz que com ele estará uma equipa com capacidade provada, e que tem no diálogo com a população e seus representantes o seu grande trunfo.

Razões que levam Rui Godinho a afirmar: «A candidatura da CDU é para ganhar». ■



Rui Godinho no seu gabinete de vereador da CML

■ Henrique Custódio

Jornadas do PCP analisam Algarve

No quadro dos novos problemas emergentes da integração na CEE, a região do Algarve vive algumas interrogações sérias quanto ao seu futuro, quer do ponto de vista do desenvolvimento que urge, quer no que toca a um universo complexo de carências e assimetrias dia a dia agravadas pela ausência de uma política minimamente ligada aos interesses locais e nacionais. As 3.^{as} Jornadas Algarvias, promovidas pela DORAL do PCP e realizadas no passado fim-de-semana em Silves, fizeram um levantamento aprofundado da actualidade algarvia, demonstrando como são graves e extensas as dificuldades com que a região se defronta à luz dos referidos problemas criados com a integração na CEE.

A especulação imobiliária invadindo milhares de bons terrenos agrícolas, a indiferença pela defesa da ocupação das águas territoriais e do aproveitamento da nossa ZEE por portugueses, o aumento da precariedade de emprego, a descaracterização cultural, o brutal desequilíbrio na distribuição dos subsídios para investimento agrícola marginalizando as pequenas explorações, a elaboração do PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) pelo Governo sem auscultar os interessados directos, foram algumas das questões profundamente discutidas pelas Jornadas, que também debateram o papel e a importância que está reservado ao Poder Local no desenvolvimento regional, por onde passa, naturalmente, a criação da Região Administrativa do Algarve.



A mesa que presidiu às Jornadas (da esquerda para a direita): Joaquim Miranda (deputado no Parlamento Europeu), Carlos Luís Figueira (Comissão Política do CC do PCP), José Piçarra (vereador da CDU na CM de Silves), Luísa Araújo (secretariado do CC do PCP), Lino Carvalho (CC do PCP e deputado na AR) e Luís Catarino, como convidado (ID e candidato ao Parlamento Europeu pela CDU)

As Jornadas funcionaram sempre em plenário, com três painéis de discussão que deram origem a algumas dezenas de intervenções. O primeiro tema em debate — «Actividade económica e desenvolvimento do Algarve» — foi introduzido pelo camarada Carlos Corvelo Rodrigues, economista, tendo ocupado toda a manhã de domingo; na parte da tarde Joaquim Miranda, deputado comunista ao Parlamento Europeu, abriu o segundo painel da discussão dedicado ao tema «Fundos Comunitários e Desenvolvimento do Algarve», e Lino de Carvalho, membro do CC do PCP e deputado na Assembleia da República, pôs a debate o tema «Regionalização, Poder Local e Desenvolvimento do Algarve». Os três apresentadores dos painéis preferiram circunstanciais intervenções introdutórias sobre os respectivos temas, mantendo-se depois como moderadores da discussão e respondendo, quando solicitados, às questões levantadas pelos participantes nas Jornadas que, sublinhe-se, vieram de 14 Concelhos do Algarve e não eram todos comunistas, estando presentes pessoas de outras áreas políticas, nomeada-



Pormenor da assistência

mente do PS, ID, «Verdes» e UDP, para além de diversos independentes.

Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do CC do PCP e responsável pela DORAL, apresentou as Conclusões das Jornadas que, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade e aclamação.

Quando o Sol é para todos e o «saque» para alguns...



Carlos Luís Figueira apresentou as conclusões das Jornadas, que foram aprovadas por unanimidade e aclamação

nomia com base no aproveitamento global e integrado dos seus importantes recursos naturais», registando-se, pelo contrário, o acentuar de tendências «para afunilar a actividade económica no turismo, não se promovendo devidamente a agricultura e as pescas, enquanto o débil tecido industrial existente continua em definhamento».

Mesmo obras públicas que se têm vindo a realizar apoiadas com financiamentos comunitários (ampliação do aeroporto de Faro, ponte do Guadiana, portos, etc.) não são por si só factores de desenvolvimento «e só poderão ser geradoras da dinamização da actividade económica se articuladas com o aproveitamento e valorização dos recursos naturais existentes».

Neste aspecto as Jornadas fizeram uma advertência particular, considerando que, «A manter-se a actual situação, corre-se o risco de tais obras se limitarem a ser vias de circulação dos bens importados e de penetração de interesses dominados por capitais estrangeiros, com a progressiva instalação e domínio, por parte destes, do fundamental da actividade económica em prejuízo de interesses locais, de um projecto próprio de desenvolvimento e por isso também condicionadores da própria independência nacional».

Neste sentido «é preocupante continuar a assistir-se à venda de milhares de hectares de bons terrenos agrícolas, na sua maioria para

estrangeiros, em benefício da especulação imobiliária e em prejuízo da actividade agrícola», acentuou-se.

Precariedade e descaracterização

Os problemas socioeconómicos com que actualmente se debate o Algarve foram também atentamente analisados, nomeadamente a preocupante insuficiência de infra-estruturas portuárias, concomitante com a ausência de um projecto de acções concretas que reequipem a frota de pesca, apoiem o marisqueio e a aquíicultura e defendam a exploração dos recursos nacionais por portugueses, bem como as graves dificuldades que atravessam as indústrias corticeira e de conservas. A precariedade laboral mereceu, entretanto, uma severa denúncia, afirmando-se que «no plano social, continua a predominar no Algarve o trabalho precário, com forte componente sazonal, cada vez mais se acentuando a tendência para, havendo trabalho, não haver emprego estável».

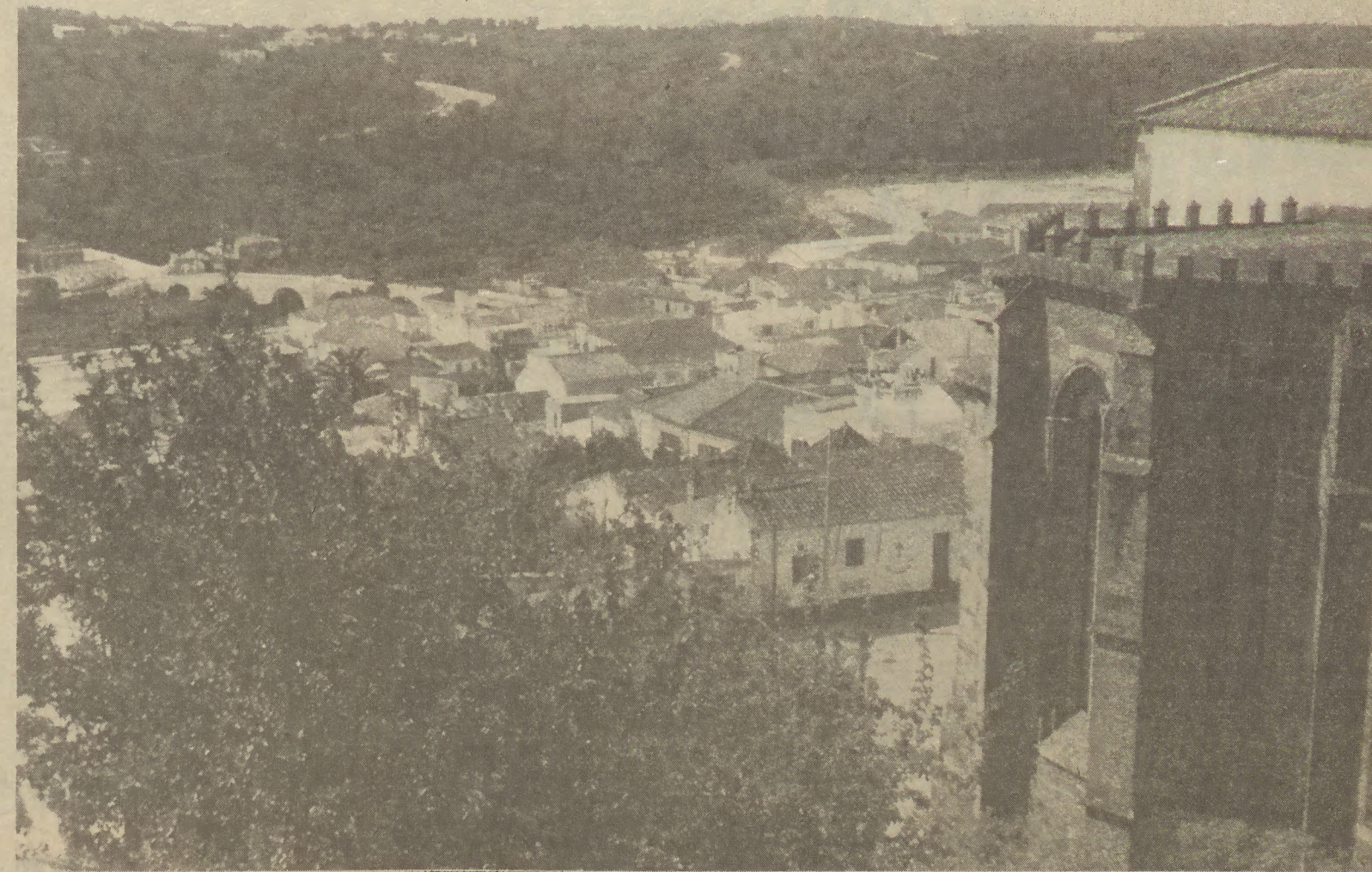
A descaracterização cultural, acentuada «pela pressão do imobiliário e a penetração do capital estrangeiro» numa região onde se

continuam a registar elevadíssimas taxas de analfabetismo, foi outro dos problemas abordados pelos comunistas nesta sua iniciativa. O facto, aliás, entra pelos olhos dentro de quem visite o Algarve e não é necessário possuir uma sensibilidade muito treinada para se compreender que, a este ritmo, os valores específicos da cultura algarvia estão não apenas a saque como em acelerada marcha para a total descaracterização.

No segredo dos gabinetes

Ainda no aspecto económico, outra questão que preocupou as Jornadas foi a governamentalização com que se processa a distribuição dos fundos comunitários, de que é exemplo flagrante a distribuição dos subsídios para investimento nas explorações agrícolas (REG. 797): tendo ido para o Algarve, desde a integração até 31 de Dezembro de 1988, cerca de 1,9 milhões de contos a fundo perdido, somente cerca de 73 mil contos (3,9%) é que foram destinados às pequenas explorações!

Entretanto o recente Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)

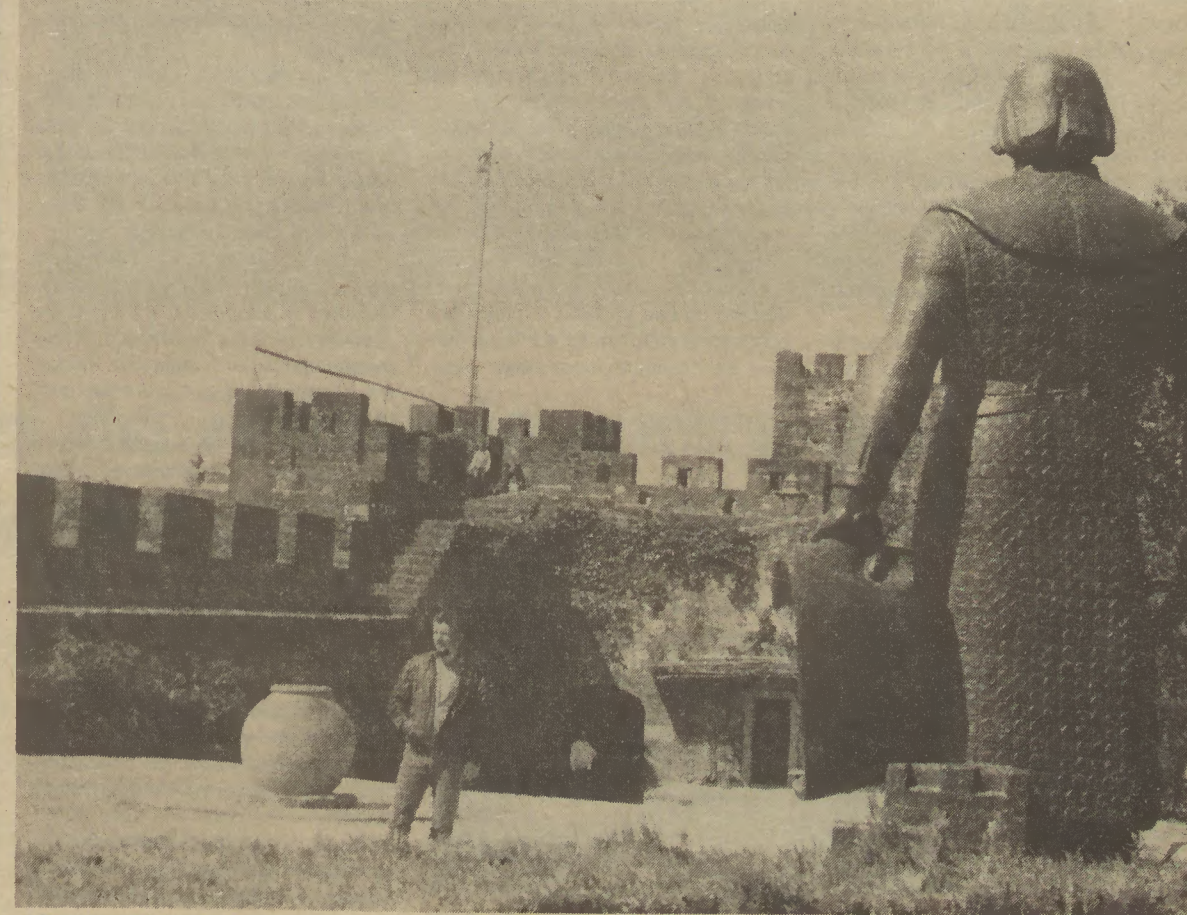


Vista parcial de Silves

elaborado pelo Governo de Cavaco Silva, naquilo que prevê para o Algarve, acentua preocupações que as Jornadas explicitaram. A sua elaboração foi feita no segredo dos gabinetes, sem a auscultação e a participação efectiva das autarquias e agentes económicos, sociais e culturais, «sem os quais, necessariamente, o plano não terá execução, poderá fazer fracassar o PDR». É inaceitável que «o PDR envolva os meios financeiros dessas entidades sem que eles tenham tido oportunidade de se pronunciarem», frisou-se, acrescentando-se:

«Tal metodologia transparece no PDR/Algarve, que se limita a ser um somatório de projectos desarticulados, já anteriormente existentes, com grande peso de investimentos em infra-estruturas, o que sendo positivo não é manifestamente suficiente, não consagrando medidas claras e precisas em relação ao desenvolvimento do Algarve e à qualidade de vida das suas populações».

Perante isto, a necessidade da criação da Região Administrativa do Algarve, que necessariamente tem que participar no processo de planeamento, torna-se assim cada vez mais urgente. Por isso «assumem especial gravidade os obstáculos contidos no Acordo PS/PSD no



A bonita cidade de Silves acolheu as Jornadas Algarvias promovidas pelo PCP

quadro da revisão da Constituição em relação à implementação das Regiões Administrativas».

Nestas circunstâncias, as Jornadas foram muito claras ao afirmarem que «o Algarve, tal como o País, não está a ser preparado no plano económico, social e institucional, para travar com algum êxito a batalha da plena integração e do Mercado Único».

As propostas

No sentido de «recuperar atrasos, minimizar prejuízos e salvaguardar os interesses económicos e sociais que se colocam à região, as 3.^{as} Jornadas Algarvias aprovaram um conjunto de propostas e medidas que entendem urgentes e, mesmo indispensáveis adoptar.

Quanto ao sistema produtivo regional (e atendendo ao peso específico, no Algarve, das produções agrícolas, pesca e turismo), concluiu-se pela necessidade de promover a diversificação do tecido produtivo regional e uma correcta política de valorização dos recursos humanos (medidas que, globalmente, cor-

rigirão assimetrias e afunilamentos), tal como se deverá promover um conjunto de intervenções que garantam a preservação e a correcta utilização dos recursos naturais e uma correcta implantação de infra-estruturas e de meios de transporte. Além disso as Jornadas reclamaram a revisão efectiva do traçado da chamada «Via do Infante» de modo a não agravar as assimetrias inter-regionais existentes, bem como a promoção da defesa e preservação do património cultural da região, em todas as suas vertentes.

Em relação aos fundos comunitários, as Jornadas deram relevo à «exigência de uma devida distribuição regional de forma a assegurar que não só não acentuarão, como contribuirão, para o esbatimento das assimetrias de desenvolvimento no interior do País e da Região Algarvia», à necessidade «de se concretizar rapidamente o PROTAL (Programa Regional de Ordenamento do Território do Algarve) assegurando-se, em todas as suas fases, a participação dos agentes económicos, sociais e culturais e, particularmente, das autarquias locais, nomeadamente com vista a serem minoradas

ou ultrapassadas as profundas insuficiências e graves erros do PDR» e à importância «de uma redobrada cooperação entre os municípios algarvios, nomeadamente em torno de projectos intermunicipais, tendo em conta a recente reforma dos fundos estruturais e a grave lacuna que representa a inexistência de Regionalização».

Finalmente as Jornadas reclamam «a adopção de medidas legislativas que condicionem o acesso indiscriminado de estrangeiros à posse da terra (para que o projecto de Lei apresentado pelo PCP na AR é uma base de trabalho)», tal como propõem que sejam estudadas a criação de estruturas que acompanhem a gestão e avaliação do PDR, não o deixando exclusivamente entregues às CCR, condenando ainda o acordo PS/PSD em matéria de revisão constitucional e reclamando que «a redacção do Artigo 256 facilite e não constitua pretexto para novos bloqueamentos à Regionalização e, em particular, à criação da Região Administrativa do Algarve».

Se não, por este andar, um dia destes até o Sol estará a saque, no Algarve... ■



Edifício dos Paços do Concelho

A nova DORP do PCP aprovou

Orientações concretas para o trabalho de direcção

A Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, recentemente eleita na 2.ª Assembleia da Organização, esteve reunida pela primeira vez no passado dia 8. Da ordem de trabalhos constava a análise da situação política e social e as tarefas do Partido, aspectos de que demos desenvolvida notícia no nosso anterior número. Hoje, falaremos dos **problemas de direcção**, que ocuparam a primeira parte da reunião e das orientações aí aprovadas.

Referindo-se ao grande desafio colocado pelo XII Congresso a todo o Partido, o camarada **Edgar Correia**, da Comissão Política e da DORP, a quem coube introduzir a discussão, sublinhou a necessidade de renovar profundamente os métodos e soluções de trabalho que deixaram de corresponder às exigências do momento actual, objectivo que justificou em grande parte a decisão de realizar a 2.ª Assembleia e de nela proceder a um significativo reforço da direcção regional através, designadamente, de uma expressiva renovação da sua composição.

Renovar a DORP era uma condição indispensável e prioritária para

trabalho de direcção a nível regional.

No eixo do debate estiveram diversas questões — a estruturação, o estilo e a forma de funcionamento de um organismo de 90 camaradas, para que exerça e realize efectivamente o seu papel dirigente e se eleve a participação e responsabilidade individual de cada um dos seus membros; a natureza muito distinta das funções e competências dos organismos executivos, o número dos seus membros e a sua composição; o desenvolvimento coordenado do seu trabalho; o papel das comissões junto da DORP e as formas de assegurar uma maior eficácia

- A DORP reunirá com intervalos regulares, não superiores a três meses, tendo a próxima ficado marcada para o mês de Maio;

- Integrando membros da DORP — e outros quadros, foram constituídas as seguintes comissões de trabalho junto da DORP: **Comissão de Organização; Comissão para o trabalho nas autarquias; Comissão para o associativismo popular; Comissão para o trabalho relativo à juventude; e Comissão de fundos**, tendo ficado estabelecidas as respectivas funções e competências;

- Dependentes da Comissão Executiva funcionarão os sectores **sindical, camponês, das pescas, para o trabalho junto dos deficientes, das cooperativas, das actividades económicas e questões da CEE; da informação e propaganda;**

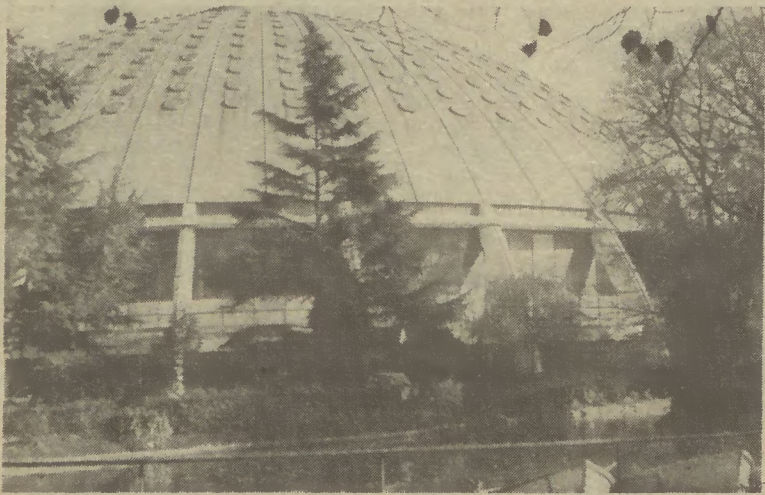
- Dependentes do Secretariado, ficarão o sector administrativo e de carácter financeiro; o gabinete de imprensa; o arquivo histórico; a comissão de sede; o aparelho técnico e o centro de estudos (cursos e conferências).

Neste esforço de encontrar novas soluções para a melhoria do trabalho de direcção, referência ainda a duas questões — a **primeira**, prende-se com o funcionamento dos organismos executivos. Com o objectivo de preparar e apoiar o seu trabalho em certas áreas específicas, constituíram-se junto do Secretariado e da Comissão Executiva algumas comissões de trabalho, integradas quer por camaradas dos organismos executivos, quer por outros camaradas, designadamente da DORP.

Assim, junto do Secretariado funcionarão a comissão de quadros, a comissão administrativa e financeira e a comissão para os assuntos de estruturação orgânica; e junto da Comissão Executiva trabalharão a comissão para as questões da vida local; comissão para as questões do movimento operário; comissão para as questões dos intelectuais e dos quadros, do trabalho ideológico e da política unitária; e a comissão para a juventude e a luta das mulheres. São comissões sem poder deliberativo, subordinadas ao respectivo organismo executivo a que estão ligadas.

Uma **segunda questão**, que motivou animado debate, diz respeito à criação de outras estruturas partidárias, em torno de determinadas frentes específicas de trabalho partidário e em articulação com a necessidade de resposta a certos problemas políticos e sociais de grande incidência, cuja constituição se decidiu começar a examinar relativamente às seguintes áreas: paz, desporto, ambiente, PMCI, saúde, ensino, comunicação social, defesa do consumidor, segurança social, formação profissional e ensino técnico-profissional, cultura e património cultural.

A DORP elegeu também os seus organismos executivos — o Secretariado com 10 camaradas e a Comissão Executiva com 14. ■



Os comunistas voltam no próximo sábado ao Palácio de Cristal. Desta vez para o primeiro comício no Porto após o XII Congresso do Partido. Às 15.30, o início de um grande encontro

que toda a ORP estivesse em condições de responder de forma afirmativa às novas exigências e aos desafios do XII Congresso.

O estilo e a forma

A forma como a primeira reunião da nova DORP se desenvolveu confirma que foi acertado o caminho seguido. Culminando vários meses de trabalho e procura de novas soluções, a 1.ª reunião da DORP eleita em Março marca o início de uma nova, diferente e importante fase do trabalho do Partido no distrito portuense. A reunião demonstrou igualmente que este colectivo de 90 camaradas tem as condições necessárias para orientar e dirigir esta fase da vida da Organização Regional do Porto.

Ao longo de mais de quatro horas de debate, sucederam-se as intervenções, ora propondo, ora interrogando, sobre os mais variados aspectos da proposta apresentada pelos organismos executivos cessantes relativamente à organização do

cia e riqueza ao trabalho dos organismos executivos; a participação dos membros da DORP nos diversos níveis e comissões que funcionarão no âmbito da direcção regional; a definição das comissões de trabalho a constituir, em articulação com as necessidades do trabalho partidário, mas também com as possibilidades actuais em matéria de quadros; as formas de assegurar uma mais pronta e regular informação à organização do Partido sobre a actividade da Direcção. Estas foram algumas das questões que mereceram maior atenção por parte dos camaradas presentes.

Orientações

No final da discussão, a aprovação do documento proposto — no qual foram introduzidas diversas alterações por sugestão ou proposta de diversos camaradas — fixou algumas normas e orientações que visam responder às necessidades de elevar o trabalho da direcção regional, entre as quais citamos as seguintes:



em amizade estamos a construir o futuro

5, 6, 7 Maio • Parque Urbano de Almada

comissão concelhia de almada do PCP ★ comissão concelhia de almada da JCP

Em Maio!

Diferente!

A palavra que melhor define a Festa da Amizade é mesmo essa: **diferente!**

Diferente na concepção. Na montagem. No recinto.

Falamos duma Festa com profunda tradição no concelho de Almada e noutras paragens da margem sul. E que este ano se realiza mais cedo e já na sua 13.ª edição.

É a Festa da Amizade, espaço de convívio e alegria sem paralelo no outro lado do rio. Festa erguida pela vontade e pela criatividade dos comunistas — do PCP e da JCP de Almada. Festa que já no próximo mês de Maio, no fim-de-semana de 5, 6 e 7, vai juntar milhares de pessoas no **Parque Urbano de Almada**, no coração da cidade.

Em amizade estamos a construir o futuro, garantem os organizadores da Festa que declaram ao «Avante!»:

«A Festa da Amizade deste ano, embora em moldes diferentes, vai manter as suas características de grande realização política, cultural e recreativa do concelho».

Não resistimos para saber de alguns pormenores:

«A exposição política, o centro do livro, as artes plásticas e o auditório com pequeno bar de apoio vão conviver de forma harmoniosa numa tenda de circo adaptada para o efeito.

«No espaço da nossa Festa haverá ainda artesanato, produtos da Reforma Agrária, tómbola, o **sal sempre**, os restaurantes e os «comes-e-bebes», as actividades desportivas, espaço jovem e as diversões, etc.».

E os espectáculos?

Festa sem música não é festa. As Concelhias do PCP e da JCP sabem disso e prometem programação de qualidade para **dois espaços distintos**:

«Numa **tenda de circo**, sendo necessário adquirir os bilhetes para os espectáculos que ali vão decorrer nas três noites; e num **coreto** onde haverá música de sabor bem popular, para todos os visitantes».

«Xutos e Pontapés» (1.ª noite da Festa, 22 h) e Fernando Tordo, Paulo de Carvalho e o coro da SFUAP (domingo à noite) são presenças já garantidas para a 13.ª edição da Festa da Amizade, que, recorde-se uma vez mais, este ano é mais cedo — isso mesmo, já nos dias 5, 6 e 7 de Maio próximo.

Implantação

Festa sem música não é festa. E sem trabalho? Para os comunistas a interrogação tem resposta fácil...

No próximo fim-de-semana começam no Parque Urbano de Almada os trabalhos de implantação da Festa da Amizade. Sábado e domingo por lá passarão (o convite aqui fica desde já) voluntários amigos da Festa e do Partido.

«Não temos muito tempo. Contamos contigo para ajudares a construí-la».

■ **JPO**

Gorbatchov em Havana e Londres

A viagem de Gorbatchov a Cuba e à Grã-Bretanha engloba dois momentos diferentes.

Em Cuba é o reforço das relações de amizade e cooperação entre dois países socialistas com particular importância na própria história da afirmação e evolução do socialismo. É também o estabelecimento de um outro elo com a América Latina, o espaço maior reservado aos problemas que se vivem no mundo subdesenvolvido, a premência de uma nova ordem económica internacional.

Na Grã-Bretanha, é a clara reafirmação do conteúdo e da dinâmica prática da política externa soviética, num balanço em que se destaca, como nota negativa, a persistência na aposta da política de força, e nomeadamente na dissuasão nuclear, por parte da NATO e em particular de Londres.

Em Cuba a amizade reafirmada

Para além da sua importância intrínseca, a visita do dirigente soviético à Ilha da Liberdade assumiu também um particular significado. A afirmação da unidade — na diversidade — do socialismo, face à campanha desencadeada no sentido de dividir. Campanha que se insere em velhíssimas táticas de meter cunhas entre os países socialistas, entre os partidos comunistas, no seio das forças progressistas em geral. E que hoje intenta ganhar novo fôlego, no contexto das profundas transformações em curso nos países socialistas, e de toda esta rica realidade de que se alimenta um quotidiano em transformação por vezes vertiginosa.

Meio milhão de cubanos apinharam entretanto as ruas de Havana, para saudar, em Gorbatchov, as esperanças reforçadas pela *perestroika*, e simultaneamente a amizade com raízes históricas entre os dois países socialistas.

Em Novembro de 87, quando da sua visita a Moscovo, Raul Castro sublinhara a sua convicção de que a «nossa luta contra os defeitos e erros, este combate contra as deficiências de uma experiência social que dá apenas os seus primeiros passos na longa história da humanidade, cada um seguindo o seu próprio caminho, reforça-nos e une-nos ainda mais».

Isso mesmo é no fundo concretizado através do Tratado de Amizade assinado nestes dias, onde no seu primeiro ponto se destaca a «firme determinação de continuar a desenvolver e a enriquecer, com base nos princípios invariáveis da não ingerência, do respeito mútuo e da igualdade, as suas fraternais relações internacionais, dando assim uma contribuição eficaz para a prosperidade dos seus povos e o reforço da paz. Alargarão a troca de experiências de edificação do socialismo nos domínios partidário, estatal e económico, em função da diversidade das suas formas e das condições específicas de cada país».

Estamos unidos na nossa aspiração à paz

A mesma ideia é realçada por Gorbatchov na intervenção proferida na Assembleia Nacional de Cuba.

«Não considerámos as nossas soluções receitas universais — diz Gorbatchov — Pelo contrário, os problemas podem ser semelhantes, mas cada partido resolve-os à sua maneira, em função das apreciações e das particularidades do respectivo país. E, é este conjunto de soluções variadas e específicas que forma a experiência internacional do socialismo, que nos ajuda a todos nós a acelerar o nosso progresso».

«Fidel e eu trocámos detalhadamente ideias sobre um amplo leque

de assuntos da política mundial. Devo dizer que a URSS e Cuba têm, como sempre, uma posição comum em relação aos mais importantes assuntos da vida internacional. Estamos unidos na nossa aspiração a uma paz estável, à prevenção da catástrofe nuclear, à afirmação do direito inalienável dos povos e decidir o seu destino e transformação das relações económicas internacionais com base em princípios de justiça».

Gorbatchov valorizou assim a unidade de pensamento nas questões centrais da realidade internacional de hoje e da premência da sua transformação, para referir algumas questões ligadas a esta realidade em transformação.

«Estamos convencidos de que, apoiando-nos nessa interdependência de interesses, podemos e devemos progredir para a reestruturação de todo o sistema de relações internacionais».

O reforço da amizade entre povos e a crítica da política de força

Resumindo as ideias avançadas pela União Soviética quanto a esta reestruturação, Gorbatchov enumera.

«Trata-se, em primeiro lugar, de dar prioridade aos interesses universais e de reconhecer que no limiar do século XXI a segurança de qualquer país — política, económica, ecológica e militar só poderá ser garantida dentro de um sistema de segurança internacional.

«Em segundo lugar, da liberdade de escolha, inadmissibilidade do «diktat» e ingerência nos assuntos alheios, reconhecimento por todos os membros da comunidade internacional dos interesses dos outros países e da necessidade de resolver os problemas por meios políticos.

«Em terceiro lugar, da contribuição para o desenvolvimento, reconhecimento da necessidade de superar o subdesenvolvimento e o fosso existente entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, criação de uma nova ordem económica internacional e ajuda aos pobres.

«Em quarto lugar, da responsabilidade comum pela preservação da natureza e da civilização, e determinação em fazer os possíveis para evitar a catástrofe nuclear, impedir a degradação moral e garantir o progresso da humanidade».

Guildhall, crítica à aposta na força

«Deste lugar histórico, repleto de tradições seculares gostaria, antes



Gorbatchov à chegada a Cuba. A primeira troca de palavras com Fidel

do mais, de saudar o povo da Grã-Bretanha. Queria igualmente, em nome do meu povo, manifestar o nosso profundo respeito por uma nação que deu ao mundo ilustres escritores, cientistas, artistas, historiadores e filósofos, sem os quais seria impossível imaginar a cultura europeia, uma nação de navegadores célebres, inventores, engenheiros e operários, cujo contributo para a civilização moderna é inestimável, uma nação que enriqueceu a história universal com a sua riquíssima experiência política».

A saudação assim dirigida ao povo inglês, na intervenção de Gorbatchov na Câmara Municipal de Londres, reflecte também a vontade comum dos povos, a sua compreensão da necessidade de paz.

O mesmo não se poderá dizer no que respeita a governos. Os princípios de indispensável reestruturação das relações internacionais, avançados pela URSS, não são assumidos como tarefa comum por toda a parte. Em Londres ressaltou que muitos governos da NATO, com destaque para o da Grã-Bretanha, a aposta na força continua a ser regra. Apesar de evoluções positivas no relacionamento entre estes países e a União Soviética, cuja importância importa não escamotear.

Por isso mesmo, é em Londres — onde Thatcher fez questão de reafirmar a opção nuclear — que Gorbatchov volta a afirmar que «a aposta na força é uma posição perigosa que conduz ao impasse. A realidade actual põe a nu a inconsistência da filosofia de confrontação. Décadas de guerra-fria custaram muito caro ao Leste e ao Ocidente. A con-

tinuação da confrontação total pode provocar uma catástrofe global».

Contra esta aposta na força, Gorbatchov refere algumas questões concretas. Alerta mesmo que «se a NATO concretizar os planos de modernização das armas nucleares táticas, tal tomada de posição não deixará de se reflectir nas negociações de Viena, nas medidas de confiança e em toda a situação europeia. Serão desvalorizados muitos dos progressos alcançados no âmbito do tratado de eliminação dos mísseis de médio e curto alcance».

E sublinha: «somos adversários enérgicos de quaisquer planos de

naís estratégicos soviéticos e norte-americanos em 50 por cento continua a ocupar um lugar de primeiro plano nas nossas relações com os Estados Unidos. Estamos dispostos a reiniciar as negociações a qualquer momento».

No seu comentário à «doutrina de dissuasão», que em Bruxelas e Londres continua a ser oficialmente perfilhada, Gorbatchov diz — «acho já ser tempo de começar a aplicá-la através da cessação da acumulação e do aperfeiçoamento das armas nucleares e da destruição gradual e contínua das suas reservas, até à



Gorbatchov na Grã-Bretanha

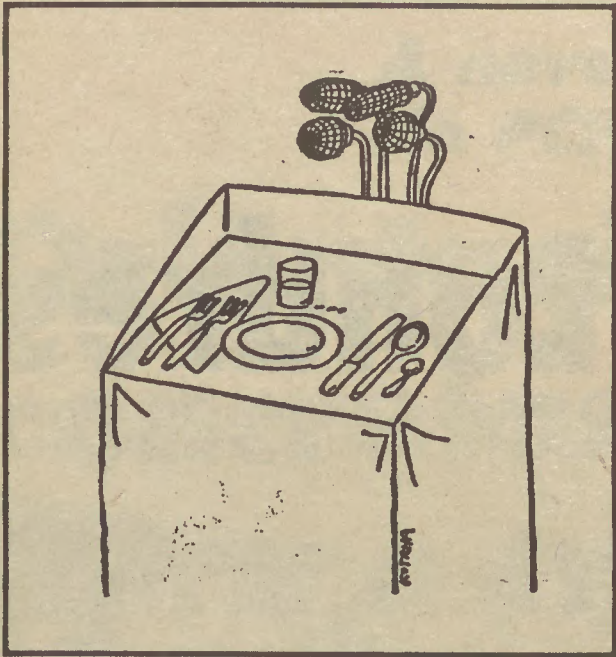
modernização, que nós não fazemos nem temos intenção de realizar se não formos impelidos a isso... Estávamos convencidos de que é tempo de iniciar negociações sobre a redução das forças navais da URSS e dos EUA, do Tratado de Varsóvia e da NATO.

«A questão da redução dos arse-

eliminação definitiva e proibição do fabrico desses armamentos».

Uma lógica que em Londres é regeitada. Mas que assume tão grande impacto de massa, que a NATO debate possíveis medidas de propaganda para a tentar neutralizar. O que testemunha das potencialidades da luta pela paz. ■

Pontos Cardeais



Nem só de basquetebol vive Ovar

A actuação da sua excelente equipa de basquetebol (treinada por um técnico português!) trouxe recentemente Ovar para os órgãos de Comunicação Social, incluindo a TV. Infelizmente, nem só de basquetebol vive a realidade daquele concelho do distrito de Aveiro. Em contacto com os jornalistas, o Executivo da Comissão Concelho do PCP chamava recentemente a atenção para graves situações em que **os direitos fundamentais dos cidadãos e da população são defraudados:**

Na **Toyota** vários delegados sindicais e membros da CT foram suspensos durante 12 dias só porque alertavam, através de divulgação de um comunicado, para as injustiças verificadas com a distribuição dos lucros na empresa.

Na **Rabor** continuam as discriminações salariais (passando-se o mesmo noutras empresas) Alguns trabalhadores continuam a

ser pressionados para efectuaram rescisões por «mútuo acordo». A **nível geral**, nas empresas continuam os contratos a prazo o que acentua, por um lado, a exploração e, por outro, a insegurança na manutenção do posto de trabalho e a ansiedade em relação ao futuro. O trabalhador nunca sabe em que dia será posto na rua. Na **agricultura** são as eternas promessas e o adiar de soluções. Os agricultores, ainda a braços com os prejuízos das cheias do Verão passado, vêm os seus problemas agravados pela poluição provocada pelas empresas de Estarreja. Daí que se tenham unido e apresentado na Câmara em sinal de protesto. Para quando a realização das suas justas aspirações? Para quando uma verdadeira política social?

Os espertos

Toda a gente diz que o Governo governa mal. Toda a gente é modo de dizer, que Cavaco Silva, os seus

ministros, a maioria dos deputados do PSD e muitos clientes e amigos e compadres acham que o Governo vai bem, que se recomenda e que está para durar. A televisão também diz que sim.

Mas agora não são apenas os «tradicionais» detractores da política de direita que se afirmam contra o Governo. Nem só o PS o faz, apesar dos acordos e das cedências. Agora também são alguns amigos de ontem a criticar. Com razões, pelos vistos. É a gente recordar-se do que ainda há poucos dias Freitas do Amaral foi dizer na RTP. O homem tem queixas, é claro, sobretudo aquela de o deixarem a pagar sozinho a campanha para a presidência...

Carlos Macedo, por seu lado, recentemente expulso por criticar a política da ministra Beleza, afirma agora que «só a direita estúpida apoia este Governo». Talvez assim seja. É que os mais espertos vão tirando o cavalo da chuva...

PSD contra Mafra

Contrariar os portugueses é, para o PSD de Cavaco Silva, uma certa forma de estar e de fazer política. Acontece nos Ministérios, do Terreiro do Paço à Praça de Londres, passando pela 5 de Outubro ou pela própria Gomes Teixeira. E depois, espalha-se a todo o País. Mafra, no distrito de Lisboa, não escapou e a maioria PSD na

Câmara Municipal não foi de modas: contra a vontade de toda a gente, pretende acabar com a feira mensal, através da alteração da data da sua realização — do 3.º domingo para a 2.ª segunda-feira do mês. Atento ao problema, o secretariado da Comissão Concelhia de Mafra do PCP salienta a propósito:

«Este processo tem gerado acesa polémica entre os eleitos do PSD e os da oposição pela forma antidemocrática, deturpadora e até ilegal como o executivo camarário informou a Assembleia Municipal. «A população local tem condenado a deliberação da Câmara e Assembleia Municipais por várias formas e em diversas ocasiões, com destaque para a sessão da Assembleia de Freguesia onde participaram mais de 200 pessoas e que culminou com a realização de uma manifestação no dia 16 de Abril (data habitual da feira), com largas centenas de pessoas a percorrer as ruas da vila, apesar da presença em Mafra de um contingente da Polícia de Intervenção. «Condenando a actuação da maioria PSD e do seu presidente, os manifestantes exigiram a reposição da data da feira através de um abaixo-assinado destinado a obrigar a Assembleia Municipal a realizar nova reunião para revogar a deliberação tomada. «De salientar a forma dialogante dos comandos da Polícia local que não impediram a realização da manifestação embora a tenham tentado evitar.»

Gazetilha

por Ignotus Sum

Evidente!

Beleza continua, de hora a hora,
a receber maus tratos.
E o falhanço agora
do seu plano para o Júlio de Matos...

Esse ninho de cucos
(repara toda a gente)
é uma verdadeira casa de malucos.

Refiro-me ao governo, é evidente...

Meu país, meu país, pobre país!
Que tristeza, um governo deste modo
a obrigar-nos a andar o dia todo
a apertar o nariz...

Discurso do PS

«Visto e dispo o meu casaco
mudo de peruca e pele.
De manhã estou com Cavaco
à tarde, estou contra ele...

Mas para mudar de saco
às vezes, na vida minha,
estou à tarde com o Cavaco
e contra, de manhãzinha...

Esta política, eu acho,
é aquela que está a dar.
Ao almoço grito **Abaixo!**
e digo Viva! ao jantar...

Discordo, logo concordo
no dueto da alternância.
Vamos lá fazer o acordo
pra selar a discórdância...

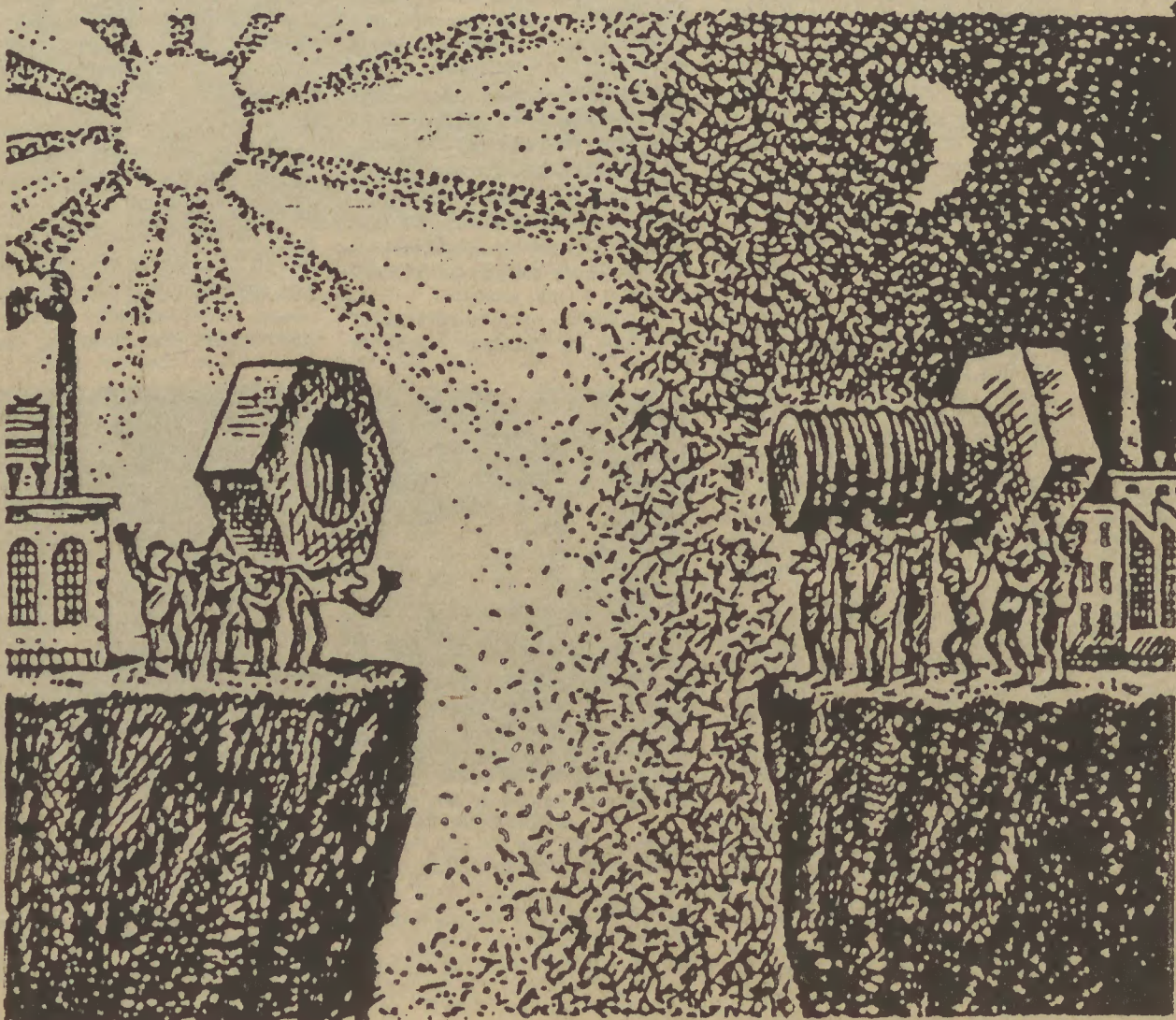
A casa em ruína

As telhas são velhas.
Cãem as telhas.
Nada as remove
na casa nua.
Chove lá dentro
como na rua.
Cavaco arrasa
com um remoque:
— Está boa, a casa,
ninguém lhe toque...

E as janelas?
Quero que é delas!
Pobres negaças
presas com atilhos
não tem vidraças
nem caixilhos...
Cavaco arrasa
com um remoque:
— Está boa a casa
ninguém lhe toque...

Paredes que eram
tanto sofreram
no ar gelado
com tantas fendas
por todo o lado.
Cavaco arrasa
com um remoque:
— Está boa a casa
ninguém lhe toque...

Casa de tacho
que já se estica
numa barrela.
Cavaco fica
fica debaixo
das ruínas dela...



Agenda

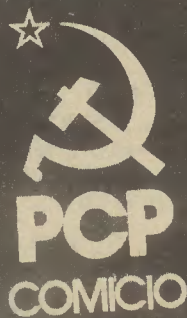
Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 799

20 de Abril de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



ÁLVARO CUNHAL

Secretário Geral do PCP

SABADO/22 ABRIL/15.30 H.
PALÁCIO DE CRISTAL

W. KROLIKOWSKI

DO P.B.U. ALEMANHA (RDA) DE VISITA A PORTUGAL

PORTO

Comício
no Palácio de Cristal com
Álvaro Cunhal e W. Krolkowski

Sábado, 15.30

Sexta

Sábado

• **SANTIAGO DO CACÉM**
Sessão de esclarecimento na Aldeia de Chãos, às 21.30

• **SEIXAL**
A Juventude e a formação profissional – debate com a participação do deputado do PCP António Filipe. Na Escola Secundária, às 21.00.
Saber o que é o Parlamento Europeu? – debate no Centro de Reformados de Miratejo, às 21.00 com a participação de Brito Apolónia.

• **PALMELA**
Almoço-convívio da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal, às 13 na Casa do Lavrador.

• **COIMBRA**
Banca e Seguros – debate da série «Coimbra e a integração na CEE» que a CDU tem vindo a promover. No Hotel Avenida, a partir das 21.30, com a participação do deputado do PCP Octávio Teixeira.

• **PORTO**
Comício no Palácio de Cristal, com início às 15.30. Participam os camaradas Álvaro Cunhal e W. Krolkowski, do Bureau Político e do Secretariado do CC do PSUA.

• **ALMADA**
Desenvolvimento regional. Regionalização e CEE – debate promovido pela CDU no âmbito da campanha de esclarecimento sobre as eleições para o Parlamento Europeu. Com a participação de Carlos Carvalhas, Barros Moura, Abolm Inglês, Maria Santos, Luís Catarino e Luís Sá, às 11.00, no Salão dos Bombeiros Voluntários.

• **BARREIRO**
Os órgãos de informação do PCP e o seu papel na educação dos comunistas – debate no Centro de Trabalho da freguesia do Barreiro, às 15.00.

• **SANTIAGO DO CACÉM**
Sessão de esclarecimento sobre as

eleições para o Parlamento Europeu, às 15.00 em Arealão.

• **MOITA**
Plenário concelhio de quadros, às 15.00 no Centro de Trabalho de Alhos Vedros.

• **V. FRANCA DE XIRA**
Encontro de freguesia da CDU, com a participação de Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e de Joaquim Miranda, deputado do PCP ao Parlamento Europeu e candidato às próximas eleições. A partir das 14.30 no Arquivo Municipal.

Domingo

• **MONTIJO**
Os direitos dos Trabalhadores – debate com a participação do camarada José Abreu. Às 16.00, na colectividade «Os Unidos» do Bairro da Liberdade.

• **BARREIRO**
Jornada de convívio de «Velhos e novos antifascistas»: almoço às 13.00, convívio e debate durante a tarde. No CT concelhio do Barreiro.

FORUM NACIONAL DE DEFESA DA

CONSTITUIÇÃO

23 de Abril

15 horas

LISBOA

Forum Nacional de Defesa da Constituição

Domingo, 15.00, Forum Picoas

CDU
progresso e desenvolvimento para PORTUGAL

DEBATE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
REGIONALIZAÇÃO E CEE

22 Abril (sábado), 11.00 h
Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Alameda

Sábado, 11.00, Bombeiros Voluntários

DIA DA LIBERDADE



25 Abril

Lisboa

Desfile

Marquês

de Pombal-Rossio

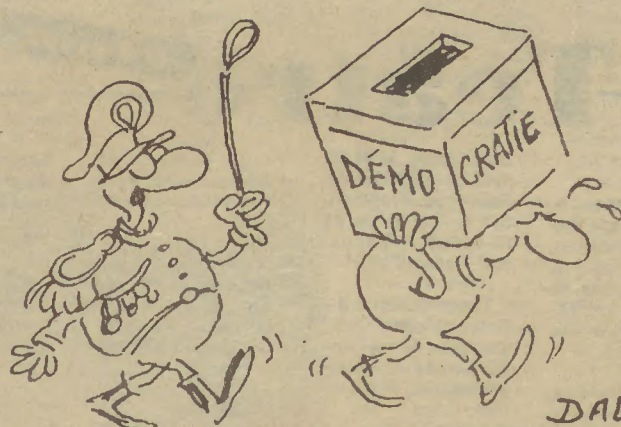
15.00

Porto

Desfile

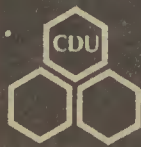
na Avenida dos Aliados

16.00



DALAINÉ

DALAINÉ (França) in L'Humanité de 17/3/89, ilustrando um artigo sobre El Salvador



no Parlamento Europeu

10.000 apoiantes

Está a correr no concelho de Vila Franca de Xira um abaixo-assinado de apoio à CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, onde se considera que o reforço da votação naquela organização, em 18 de Junho, é o melhor contributo para garantir empenho e competência no exercício do mandato dos deputados, para protestar contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva e para dar nova expressão à vontade de mudança democrática.

TV O Programa

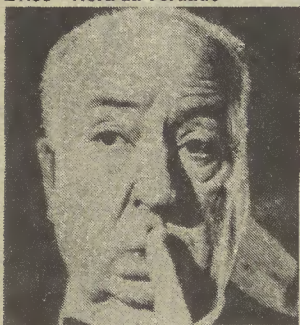
Quinta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique (103.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Um Anjo na Terra (2.º epis.)
14.15 – SAJ – Serviço de Auxílio aos Jovens (série, 5.º epis.)
14.40 – Os Anos que Contam (série, 1.º epis.)
15.05 – Demis Roussos
16.00 – Os Roberts
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando (23.º epis.)
21.15 – Os Heróis da Esquadilha (série, 5.º epis.)
22.15 – Os Contos de Casa
22.45 – Deixem Passar a Música
23.50 – 24 Horas
00.20 – Remate

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas (198.º epis.)
15.25 – O Grande Sertão: Veredas (repetição 2.º epis.)
16.30 – Lá em Casa Tudo Bem
19.55 – Sinhá Moça (43.º epis.)
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – A Malta da Bronx (20.º epis.)
19.00 – Music Box
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude (106.º epis.)
21.55 – Hora da Verdade



22.55 – Hitchcock Apresenta...
23.20 – Primeiro Andamento

Sexta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Chateauballion (19.º epis.)
14.25 – Imagem e Imagens
15.05 – Georgian State Dancers
16.05 – Os Roberts
16.30 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando
21.15 – Telemundo
22.00 – Concurso Miss Portugal
00.45 – 24 Horas
01.15 – Remate



01.25 – Pela Noite Dentro «O Enforcado», real. Don Siegel (EUA/1965, 87 min)

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – A Guerra de Tróia (série, 1.º epis.)
19.00 – Music Box
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove



21.30 – Conflitos (série, 2.º epis.)
22.25 – Século XX – A História de Hollywood (7.º epis.)
23.05 – Entre Barreiras
23.30 – Rotações

Sábado

RTP1

09.00 – Juventude e Família: «Desporto e Ciência»; «Era uma vez a vida»; «O safari do João Valentão»; «As Aventuras de Teddy Ruxpin»; «Sebastião na CEE»; «Get Smart»
11.55 – Stanislaw Bunin
13.00 – Notícias
13.10 – Recordes Guinness
13.35 – Parlamento
14.05 – Sessão da Tarde «Casei com Wyatt Earp», real. Richard Lyons (EUA/1981, 96 min)
16.00 – Vivamúsica
16.50 – Crime, Disse Ela
17.35 – No Tempo em que Você Nasceu
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.30 – World Music Video Awards



22.50 – Pássaros Feridos (8.º epis.)

23.45 – Cinema da Meia Noite «A Felina» real. Paul Schrader (EUA/1982, 118 min)

RTP2

09.00 – Music Box
09.55 – Entre Dois Amores
10.45 – Os Celtas (série, 2.º epis.)
11.40 – A Nossa Turma
12.50 – Compacto Brega e Chique
16.00 – Estádio
19.30 – Quem Sai aos Seus
20.00 – Music Box Especial
20.50 – Elogio da Leitura
21.15 – Simenon (série, 8.º epis.)
22.15 – Concorde ou Talvez Não (Os Hospitais)
23.45 – Basquetebol Internacional

Domingo

RTP1

09.00 – Juventude e Família
11.15 – Missa
12.05 – 70x7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Fórmula 1 (série, 7.º epis.)
13.55 – Allo, Allo
14.15 – Viagem às Profundezas (6.º epis.)



15.05 – Primeira Matinée «Jerry Ama Seca», real. Frank Tahsin (EUA/1958, 103 min)

17.00 – Clube dos Amigos Disney
19.00 – O Justiciero
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.35 – Alf, Uma Coisa do Outro Mundo
21.25 – Regresso, real. Manuel Faria de Almeida (série «Fados»-III)
22.15 – Filmezinho
22.20 – Domingo Desportivo

RTP2

09.00 – Music Box
10.00 – Troféu
12.00 – Caminhos
12.30 – Novos Horizontes
12.50 – Troféu (inclui o Grande Prémio de San Marino de Fórmula 1)
18.00 – Derrick (série, 1.º epis.)
18.50 – O Mundo em Extinção



19.40 – 17 Obras de Grandes Autores II «Parker Adderson, Philosopher», de Ambrose Bierce
20.20 – Lusitânia Expresso (2.º prog.)
20.45 – Artes e Letras «Homenagem a Barbara Stanwick»



21.45 – Cineclube «Tudo o que o céu permite», real. Douglas Sirk (EUA/1955, 85 min)

Segunda

RTP1

09.00 – Bom dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – O Império de Carson (17.º epis.)
14.15 – A Brigada Falcão (série, 5.º epis.)
14.40 – Pescadores – Na costa da Figueira da Foz
15.05 – Cortejo da Flor
16.00 – Os Roberts
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando
21.20 – Dinastia da Lama (3.º epis.)
23.15 – Portugal – Passado e Presente (série, 3.º epis.)
23.45 – 24 Horas
00.15 – Remate

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Lar Doce Lar (telefilme)
19.00 – Music Box
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Acerto de Contas (Magazine de Economia)
22.00 – Teatro Estrangeiro – «Longa Viagem para a Noite», de Eugene O'Neil, com Jack Lemmon no protagonista

Terça

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – 25 de Abril – Dia da Liberdade
13.55 – Gala no Circo Krone (RFA)
15.10 – Stars on Stage (Programa de variedades produzido pela RAI)
16.45 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando

Filmes

«O Enforcado» — 6.ª, 01.25, RTP-1
«Casei com Wyatt Earp» — sáb., 14.05, RTP-1
«A Felina» — sáb., 00.15, RTP-1
«Jerry Ama-Seca» — dom., 15.10, RTP-1
«O Que o Céu Permite» — dom., 21.45, RTP-2
«Duma Vez por Todas» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«Desaparecido» — 4.ª, 21.30, RTP-1

Teatro

«Longa Viagem para a Noite» — 2.ª, 22.00, RTP-2

Música

Quinta
15.05, RTP-1: Demis Roussos
22.45, RTP-1: Grande Prémio do Disco da RR
23.20, RTP-2: Primeiro Andamento
Sexta
15.05, RTP-1: Georgian State Dancers
19.00, RTP-2: Music Box

Sábado
09.00, RTP-2: Music Box
11.55, RTP-1: Stanislaw Bunin
16.00, RTP-1: Vivamúsica
20.00, RTP-2: Music Box

Segunda
19.00, RTP-2: Music Box

Terça
13.55, RTP-1: Circo
15.10, RTP-1: Stars on Stage
16.30, RTP-2: Primeiro Andamento

Quarta
23.15, RTP-2: Música n'América

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.20), 6.ª (00.15), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.15)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.43
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.20
Basquetebol — RTP-2, sáb., 23.45

Quarta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Fama (40.º epis.)
14.15 – Aventuras em Citera (4.º epis.)
14.45 – O Homem e a Cidade — Bragança
15.05 – Programa Musical
16.00 – Os Roberts
16.30 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando
21.10 – Vamos Jogar no Totobola
21.30 – Lotação Esgotada: «Desaparecido» («Missing»), real. Costa-Gravas (EUA/1982, 122 min.)
23.45 – 24 Horas
00.15 – Remate



21.20 – Modelo e Detetive
22.20 – Primeira Página
23.20 – Armadilhas (3.ª epis.)
23.45 – 24 Horas
00.15 – Remate

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – O Último Desafio
16.25 – Primeiro Andamento
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com
18.00 – Music Box
19.00 – Music Box (Off the wall)



19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Magazine de Cinema



22.00 – Cinemadois — «Duma Vez Por Todas», real. Joaquim Leitão (Portugal/1986, 105 min.)

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.35 – Trinta Minutos com...
18.00 – O Aparecimento do Homem (série, 6.º epis.)
19.00 – Music Box
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Desporto (emissão especial)
23.15 – Música n'América

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Perversões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha, De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro D. Maria II, Rossio – Sala Garrett.

De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Fausto**, Fernando, Fragmentos sobre textos de Fernando Pessoa, enc. Ricardo Pais.

Teatro D. Maria II – Sala Gil Vicente. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **África**, de Isabel Medina, enc. Luiz Filipe Costa.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos**, de H. Santana, F. Nicholson, A.

Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Maria Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• Para Crianças

Comuna, Praça de Espanha – Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Carcaças**, Pedro I, Príncipe

Bezerra, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário. Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

Os Comediantes, R. Gonçalves Cristóvão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Posseiros de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Acusados	—	—	—	★★★★
B	A Comissária	★★★★	—	★★★★	★★★★
C	Encontro de Irmãos	—	—	★★★★	★★★★
D	Gente Estranha	★★★★	—	★★★★	★★★★
E	Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★★	★★★★	★★★★
F	O Turista Acidental	★★★★	—	—	★★★★
G	O Urso	—	—	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jonathan Kaplan — **Amoreiras** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), **Fonte Nova** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), **Lisboa**.
B — Real. Aleksandr Askoldov — **Quarteto 2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).
C — Real. Barry Levinson — **Alfa 1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge** (15.30, 18.30, 21.30) — **Lisboa**; **Coliseu** (15.30, 18.00, 21.30) e **Pedro Cem** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Porto**.
D — Real. Andrei Konchalovsky — **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.
E — Real. Charles Crichton — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Fonte Nova** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — **Lisboa**.
F — Real. Lawrence Kasdan — **Amoreiras 7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15), e — **Quarteto 1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
G — Real. Jean-Jacques Annaud — **Alfa 2** 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras 1** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **Berna** (15.15, 18.00, 21.30), **Fonte Nova 1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Mundial 2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.

...e ainda

Música, debates, etc.

25 ABRIL

Loures entre muitas

São numerosas as autarquias que organizam excelentes programas culturais e recreativos em comemoração do 25 de Abril (Amadora, Seixal, Palmela, Moita, Vila Franca, Montemor-o-Novo, Sintra, Sesimbra, freguesia do Bombarral, Almada, Setúbal, Marinha Grande... — todas elas com festas e espectáculos pelo menos na noite de 24 e no dia 25, cuja manhã regra geral se anima com a Corrida da Liberdade).

Na impossibilidade de falar de cada um destes programas, aqui fica o essencial do que se vai passar em Loures, município que mais uma vez se distingue pela diversidade e qualidade das propostas que faz à população.

Em Loures, pois o 25 de Abril começa já amanhã no Pavilhão Paz e Amizade com um «Brincar em Abril» evidentemente dedicado às crianças. Ainda amanhã mas às 22 horas há um desfile de fanfarras e fogo de artifício, enquanto no salão nobre da Câmara decorre «Esta noite falamos de Abril» — uma sessão que abordará o 25 de Abril ligado à descolonização e à interacção cultural Portugal-PALOP's. Dia 22: concerto com a Banda dos Bombeiros

Voluntários (cinema dos Bombeiros, 21.30); dia 23: bailado com a Comp. de Dança do Tejo e canções por Vitorino (16.00, Pavilhão da Paz e Amizade) e de manhã **Corrida da Liberdade**, com partida de Odiveiras às 9.00; dia 24: Espectáculo «15 Anos de Abril» com Carlos Mendes, Paulo de Carvalho e Fernando Tordo (21.30, Pav. Paz e Amizade); dia 25: manhã infantil no mesmo local.

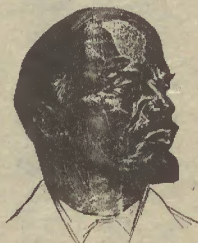
Lisboa

Em municípios cujas Câmaras ignoram o 25 de Abril é frequentemente a CDU que chama a si a organização de festas populares. Tal é o caso de Lisboa, onde mais uma vez a festa se fará na noite de 24 na **Praça da Figueira**. No espectáculo participam os **Peace Makers**, **Maria Guinot** e **Carlos Mendes**.

Também em Lisboa vem a **Associação 25 de Abril** promovendo desde Março comemorações que têm o seu ponto alto nos próximos dias com um **espectáculo musical no Coliseu dos Recreios** (dia 22 às 21.30) e a **Corrida da Liberdade** na manhã de 25.

A Associação 25 de Abril promove ainda em Lisboa sessões de cinema no Auditório 3 da Gulbenkian (dias 21 e 27 às 10.00,

14.30 e 15.30) e a exposição «25 de Abril, Dia da Liberdade», patente na Voz do Operário a partir de amanhã. E no Porto, em Coimbra, Santarém, Faro e Ponta Delgada anima outras iniciativas comemorativas — dos almoços-convívios a conferências e colóquios.



Evocação de Lénine

Uma sessão comemorativa do aniversário de Lénine, que nasceu em 22 de Abril de 1870, terá lugar amanhã na sede da Associação Portugal-URSS em Lisboa, Rua de S. Caetano à Lapa. Intervenções do presidente da Portugal-URSS, prof. Ave-lás Nunes, e do embaixador da URSS, Valentim Kassakin, e ainda do dr. João Arsenio Nunes, que falará sobre «A originalidade do pensamento de Lénine».

Na sessão participa também o Coro da Associação Portugal-URSS.

Fim-de-semana minhoto

Uma excursão à **Quinta de Santoilho — Viana do Castelo** está a ser organizada pela Comissão de Freguesia da Penha de França do PCP para os dias 29 e 30 de Julho, altura em que ali se realiza um famoso arraial. Viagem em autocarro, passando, nomeadamente, por Leiria, Coimbra, Porto, Braga e Viana (com jantar e festa na Quinta de Santoilho e alojamento em hotel, na cidade) e regresso por Barcelos, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz...

Preços (incluindo viagem, alojamento, entrada e jantar no arraial): 7500\$00 em quarto duplo, 10 000\$00 em quarto individual.

As inscrições podem ser feitas até 30 de Abril no Centro de Trabalho de Arroios ou pelo telefone 56 16 72.

Rali papper de bancários

Trata-se de uma iniciativa da célula do PCP no BPA/Lisboa para o próximo sábado: um tranquilo rali de cerca de 30 km para

carros de todas as cilindradas, idades e estados de afinação. A meta vai estar instalada em local espaçoso e despoluído onde é possível praticar desporto, deixar as crianças à solta, conviver, almoçar...

Para informações e inscrições de última hora contactar os camaradas Jorge Teixeira ou Medeiros — tel. 57 69 30, extensão 296.

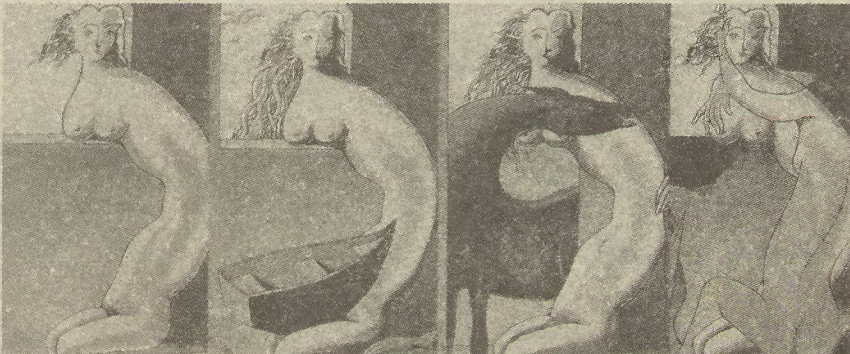
Artesanato em Aveiro

Um considerável conjunto de obras de arte e de artesanato produzidas por artistas plásticos e artesãos de diferentes escolas foi reunido pela CDU de Aveiro para dar corpo à Exposição-Venda patente desde a semana passada no Centro de Trabalho do PCP naquela cidade.

Entre os objectos expostos há porcelanas de Viana, Sant'Ana, Viúva Lamego, Ilhavo, Águeda; bordados tibaldinos, da Madeira e de Viana; tapetes de Arraiolos e tecelagem de Gilmonde; barros de Ana Baraça e loiças e madeiras alentejanas.

E há também gravuras de Rogério Ribeiro, Armando Alves, Jorge Pinheiro, Isabel e Rodrigo Cabral, A. Resende, Manuel Dias, Adriano Miranda.

O objectivo desta exposição-venda é conseguir fundos para fazer face à campanha da CDU para o Parlamento Europeu.



Cruzeiro Seixas

Exposições

• LISBOA

Alberto Gordillo — «Do Metal à Transparencia», jóias. Museu do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Paço do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Artes de Fogo e Criação em Porcelana — Peças decorativas e utilitárias. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2.ª a 6.ª das 9 às 20 (até 28/4).

Artur Rosa — Escultura e instalação. Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19. (até 30/4).

Caseirão — Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb., das 14 às 20 (até 22/4).

«Cinco Séculos de Comunicação» (Da malaposta ao telegrafo; as novas tecnologias nas telecomunicações) — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.

Colectiva «Eros», pintura, gravura, cerâmica, escultura. Gal. O Outro Lado do Espelho, Rua Dr. Alfredo Costa, 14. De 3.ª a 6.ª, das 10 às 14 e das 15 às 19, sáb. e dom. das 15 às 19 (até 26/4).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 13.00 e das 15 às 19.30.

Colectiva de pintura, desenho e escultura de um grupo de alunos da ESBAL: «Debaixo da Ponte». Junta de Freguesia de Alcântara (até 21/4).

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Cruzeiro Seixas — Pintura. Gal. Soctip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14 (até 24/4).

Eduardo Pedrosa — Gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2.ª a 6.ª, das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 24/4).

2.ª Exposição Nacional de Arquitectura — Anos 80 — Sociedade Nacional de Belas Artes, R. Barata Salgueiro (até 25/4).

Fernando Cruz — Desenho. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb., das 15 às 20 (até 10/5).

Helena Meneses — Pintura. Gal. Palma,

Calç. da Palma, 6 (até 21/4).

Isabel Garcia — Pintura e escultura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 10/5).

João Ayres — Pintura. Gal. Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12 às 23 (até 22/4).

João Jacinto — Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 12 às 23 (22/4).

Jorge Martins — Tapeçaria e escultura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências (até 15/5).

José Aragão — Pintura (guaches). Espaço Alliance, Rua Bramcamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

José Pedro Croft — Escultura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 16 às 19 (até 30/4).

Julião Sarmento — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb., das 15 às 20 (até 22/4).

Júlio Resende — Óleos (Retrospectiva 1946-1988). Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª, das 10 às 17, sáb. e dom., das 14 às 17 (até fim de Abril).

Leonor Veiga — Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 3/5).

Manfred Hamm — «Técnica Morta», fotografia. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 37. De 2.ª a 6.ª, das 9 às 13 e das 14 às 18 (até 21/4).

Maria do Carmo Moura Nunes — Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 16 às 20 (até 14/5).

Maria Gabriel — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (até 29/4).

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Paiva Raposo — Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 22/4).

Patrícia Garrido — Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 13/5).

Paul Ashurst — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb., das 10 às 19 (até 29/4).



Mutemba (Moç.) e outros artistas africanos no museu de Santiago do Cacém

Pedro Maia — Serigrafias. Módulo, Calçada dos Mestres, 34 A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 2/5).

René Laliq, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Ruy Leitão — Pintura. Gal. S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167 (até 12/5).

Toulouse-Lautrec — Desenhos e aguarelas (Coleção Tapié de Celeyran). Museu Nacional de Arte Antiga, Janelas Verdes. 3.ª a dom. das 9.30 às 17 (até 31/5).

Traje popular nos arredores de Braga — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4.

Vitor Ribeiro — Escultura. Gal. 111, Campo Grande, 113 (até 24/4).

Xana — Escultura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 (até 31/4).

• PORTO

Carlos Bernardo Pinto — Pintura. Museu Nac. Soares dos Reis, R. D. Manuel II. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 30/4).

Colectiva de fotografia — (Cristovan Dias, Nuno Calvet, Sérgio Eloy). Coop. Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23; sáb. das 15 às 19; das 14.30 às 20.30 (até 26/4).

Gil Teixeira Lopes — Pintura e escultura. Gal. EG. Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15 às 20.

José de Guimarães — Serigrafia. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16 às 20 (até fim de Abril).

Júlio Capela — Aguarelas (Retrospectiva). Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris.

Júlio Resende —

Aguarelas (Retrospectiva). Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris.

Manuel Casimiro — Pintura. Gal. Fluxus, Rua do Rosário, 125 (até 11/5).

Rui Matos escultura e **Isabel Augusta**, pintura. Coop. Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1 (até 26/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

João Duarte — Escultura. Até 2/5, Galeria dos Patudos (Casa Museu dos Patudos) ALPIARÇA.

Colectiva (Coleção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Manuel San Payo — Pintura. Gal. Vértice, Av. Eng. A. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 14 às 19 (até 26/4) Cascais.

Silvina Jerónimo — «O Fogo, a Cidade e os Desejos», pintura. Galeria do Centro Cultural da Damaia, Rua Duarte Pacheco Pereira, 19-A. De 2.ª a 6.ª das 17 às 20.30, sáb. das 15 às 20 (até 28/4) DAMAIA.

Louro Artur — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.

«Artistas Africanos» — Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª, das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.

Duarte Saraiva — Pintura. De 22/4 a 4/5, Galeria de Exposições do Museu Regional SINTRA.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14 SINTRA.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama, R. Mig. Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb., das 10 às 13 e das 16 às 19, TORRES VERDAS.

Tempo

Fim de Semana

No fim de semana e até dia 25: céu muito nublado, vento fraco, nevoeiros matinais. Períodos de chuva.
(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



Duarte Saraiva no Museu de Sintra

aTV

Democratas...

Reunião a alto nível para comemorar o aniversário da NATO. Esta organização de «carácter defensivo» foi criada «para proteger a Europa do expansionismo soviético». A expressão é da responsabilidade do **telejornal** que, quando lhe convém, até se esquece do «e citamos...» da praxe.

Sabe-se que no seio da NATO «apenas se admitem países democráticos». Ora ela nasceu em 1949. E por aqui já podemos entender o conceito americano de democracia...

Às vezes, para denunciar os sofismas, basta recorrer a uma simples data...

A Paz mais forte

Viveram-se em Londres alguns minutos de pânico. Os polícias ingleses deitavam as mãos à cabeça, meu Deus, meu Deus (gritavam como na telenovela) «que mais nos irá acontecer?...».

Tudo porque, a certa altura, o carro em que seguia Gorbachov se viu cercado pela multidão. Que faz o danado do homem? Pois sai do automóvel e desata a apertar mãos, a dar abraços, a acenar, e as pessoas riam felizes, batiam palmas, e o danado do homem também sorria, entre o povo, entre a sua gente, medo de quê, portanto?

Repetiu-se a cena de Nova Iorque. Nós vimos. Vimos pela Televisão. A conspícua **Time** tem razão quando refere a imensa popularidade de Gorbachov.

Tudo porque a pomba da Paz se tornou mais forte no seu voo em redor da Terra!

Cinco vezes!

Os membros do Governo passam excessivamente no **telejornal**? Passam lá de maneira escandalosa, capaz de fazer cair no ridículo a autoproclamada independência da informação na TV?

É verdade. E não só lá. Quase poderíamos dizer o mesmo dos restantes (e são muitos!) boletins de informação.

Tomemos o exemplo daquele **Jornal da Tarde** em que Cavaco Silva esteve presente nada menos de **...cinco** vezes!

Haverá quem procure, para isto, outra palavra que não seja escândalo. Haverá. Mas vai ter muita dificuldade...

Telejornal ou «Povo Livre»

E já que estou com a mão na... massa, vejamos o que se passou no **Jornal de Sábado**.

Primeiro, foi aquela grande reportagem de Cavaco, em Buarcos, mais em propaganda do que em informação.

Depois, novamente Cavaco, no Porto.

Não tardaria a chegar Couto dos Santos.

Depois, João de Deus Pinheiro.

Logo a seguir em reportagem da reunião de autarcas do PSD na Figueira da Foz (acontecimento importantíssimo, como se compreende...) veio António Capucho...

É indecente.

Satélite? Com todo o gosto...

Freitas do Amaral foi entrevistado para o programa **Primeira Página**. A entrevista teve algumas fases dignas de interesse, particularmente aquelas em que o dirigente do CDS denunciou a ausência de democracia no interior do PSD, o autoritarismo de Cavaco Silva e as graves irregularidades praticadas pelo elenco governativo.

Isto apontaria, na opinião de um moderador, para mudança de comportamento do CDS, quando se trata de apoiar a política económica do Governo. Alguns pensariam mesmo que o CDS estaria a transformar-se num satélite?...

Freitas desmentiu. Partido satélite o seu? Longe disso! E deu como exemplo as futuras eleições autárquicas em que o CDS recusa participar em alianças, seja com quem for.

O CDS não é satélite de ninguém. Alianças não! A não ser...

Bem, a não ser que se trate de derrotar ou enfraquecer o Partido Comunista. Aí, sim. Aí o CDS fará aliança com outros partidos democráticos...

Ou seja: o CDS será, ou não será, satélite conforme as circunstâncias...

Quanto ao mais, se me assiste algum leitor socialista (e eu sei que sim) peço-lhe que medite nas palavras de Freitas do Amaral contra o Partido Comunista, o CDS não tem pejo de ser satélite... mesmo do PS!

Amigo, amigos, quem, diante disto, pode fechar os olhos?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Personalidades

Não se trata, acalme-se o leitor, de fofoque barata em torno da vida social mais ou menos agitada de figuras mais ou menos populares em meios mais ou menos chiques deste nosso país mais ou menos europeu. O que aqui deixamos são, apenas, alguns traços para o retrato político de cinco personalidades da vida política nacional. Nem mais, nem menos.

Carlos Coelho útil a si mesmo

«António Capucho, cabeça de lista do PSD nas eleições de Junho ao Parlamento Europeu, mostrou-se ontem seguro quanto ao «score» do seu partido naquele sufrágio, precisando que o objectivo dos social-democratas «é o de conseguir pelo menos os dez deputados eleitos em 1987», menosprezando a eventualidade do seu partido perder um deputado. No entanto, o líder da JSD, Carlos Coelho que se encontra em décimo lugar na lista PSD, apelou «ao voto útil dos jovens» quando confrontado com a possibilidade de os social-democratas virem a baixar de votação em relação a 87».

(«Correio da Manhã», 18 de Abril)

Adriano Moreira não foi capaz

«Adriano Moreira disse que «a guerra foi dolorosa». de todos os participantes no colóquio Adriano Moreira foi o único que não esteve na guerra. Mas foi dos que a fez. Era ministro do Ultramar em 1961 e diz hoje que as Forças Armadas só teriam que «aguentar a guerra para dar tempo para uma solução política» que, segundo disse, «foi tentada, por ele próprio, Adriano Moreira».

«Eu não fui capaz de realizar a minha política», penitenciou-se o ex-ministro do Ultramar, uma política «reformista».

(«Fim de Semana»/«o diário», 15 de Abril)

Cavaco, só ele

«Toda a gente pensa nela, alguns falam nela mas, entre os membros do Governo e da direcção do PSD, ela parece ser palavra tabu. Referimo-nos naturalmente à remodelação. Que mais tarde ou mais cedo ela terá de acontecer, parece evidência. Quando será, só Cavaco sabe (se é que sabe).

No mini-gabinete político do primeiro-ministro, a questão fará certamente parte das discussões travadas em torno da condução dos destinos do País. Todavia, numa reunião alargada como foi, por exemplo, a do Conselho Nacional de sábado passado, ninguém se atreve a pronunciá-la, até porque Cavaco não se digna sequer abordá-la diante dos conselheiros.

Remodelações, todavia, já houve várias em outros tantos governos. Fazem-se quando é preciso melhorar a

imagem e o «élan» de um Executivo desgastado, quando é necessário operar uma inversão estratégica, quando há novos objectivos a alcançar. É uma prática corrente mas para o actual primeiro-ministro ela ainda parece ser um «pecado».

O Governo está desgastado? A orientação governamental parece excessivamente vaga e ao sabor dos acontecimentos? As classes médias demonstram poderosamente o seu descontentamento? A agitação envolve as próprias Forças Armadas e os «bastiões da ordem», como a PSP ou a PJ? O discurso governamental parece esvaziar-se de tanto repetir as mesmas ideias-chave? Os escândalos, envolvendo pelo menos dois ministérios, tornam-se em acontecimento do dia? Para Cavaco Silva, tudo parece continuar a resumir-se a conspirações e cabalas destinadas a atingir um Governo que elegeu como seu objectivo principal a luta implacável contra aquilo que o primeiro-ministro define genericamente como «os interesses».

(«Expresso», 15 de Abril)

Muda-se a lei à vontade de Barreto

«O ministro da Agricultura vai apresentar à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária. Está em fase adiantada de preparação mas só dará entrada no Parlamento depois de concluído o processo de revisão constitucional».

Álvaro Barreto, contactado pelo **Semanário**, disse que esta proposta visa adaptar a Lei de Bases da Reforma Agrária àquilo que poderá ser o novo texto constitucional, tendo em conta a certeza (resultante do acordo entre o PS e o PSD) da eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações. Assim, deverão ser aplicadas às terras nacionalizadas as normas previstas para os casos de expropriação, ou seja, poderão voltar para as mãos dos antigos proprietários.

Aliás, na opinião do ministro, esta lei só virá clarificar situações de «total hipocrisia» que actualmente se verificam: «Há muitas terras cuja posse útil nunca mudou de titular mas que estão nacionalizadas. No fundo, os antigos proprietários exploram uma terra que legalmente não é deles, o que é o mesmo que estar a fazer um filho em mulher alheia.» Álvaro Barreto rejeita liminarmente acusações de que o futuro texto constitucional permitirá a reconstituição do latifúndio. «Aliás», interroga o ministro, «o que é isso de latifúndio?

50 mil hectares de deserto no Sara é um latifúndio?». O que o ministro acha é que esta revisão constitucional não vai tão longe como desejaria.»

(«Semanário», 15 de Abril)

Almeida na política...

«P.P. — Terão, em seu entender, os portugueses razões para mudar de atitude em relação às expectativas criadas por Cavaco Silva na última campanha eleitoral?

A.S. — Não têm outra coisa! Em política, caímos na monotonia da vontade de um só homem. Em autêntico «cesarismo democrático». Oiga os responsáveis: o Presidente da República, a Igreja, os analistas políticos. Em todos a mesma sensação de que o regime está a mudar, afastando-se do diálogo institucional, da participação democrática, do poder partilhado, da informação livre, do respeito pelas oposições. Funcionamos com a Constituição de pernas para o ar. Em economia, após o bafejo conjuntural de 1987, acabamos de constatar a retoma do contraciclo da maré enchente da inflação e do endividamento e da maré vazante do crescimento e do emprego. O Governo é confrontado com as suas promessas, as suas gabarolices, as suas mentiras. No domínio social cresce a insegurança, redobra a violência dos conflitos laborais, alastram o compadrio e a corrupção, viceja o crime.»

... Santos na Constituição

«P.P. — O acordo entre o PSD e o PS para a revisão constitucional em curso foi uma das razões invocadas por Tito de Morais para apresentar a sua demissão do Parlamento. Vê nisso algum exagero, sobretudo ao dizer-se que esse acordo põe em causa os princípios do 25 de Abril?

A.S. — Objectivamente sim. Colocando a reacção no meu querido amigo Manuel Tito de Morais, acho que ele foi igual a si próprio. Quando tiver deixado de ser exagerado — uma forma de pôr paixão no que diz e faz como qualquer outra — deixarei de ser tão amigo dele como sou. É claro que, no PSD, teria sido expulso!...

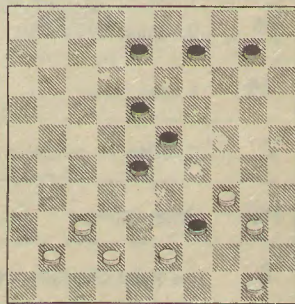
P.P. — Existe algum elo de ligação entre a actual revisão constitucional e a de 1982, da qual o dr. Almeida Santos foi um dos principais obreiros?

A.S. — Tanto a primeira revisão como a que temos no torno se fazem na mesma direcção e com idêntico sentido: dos entusiasmos revolucionários de 1976 para o subsequente e gradual arrefecimento dos espíritos; do país traumatizado por quase meio século de ditadura para o país democrático a caminho de europeu e depois consolidado como tal; dos entusiasmos ideológicos e dos excessos programáticos para formulações mais neutras e mais enxutas; de uma democracia tutelada para uma democracia plena; de uma economia de forte intervenção estatal para uma economia de mercado; de um país que transita para um país que está; de um país que tenta ser para um país que é.»

(«Notícias de Primeira Página», 15 de Abril)

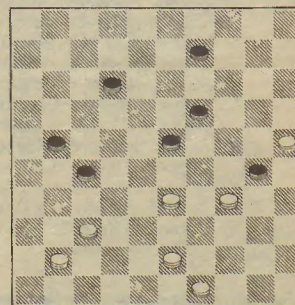
Damas

CXCIX — 20 de Abril de 1989
Proposição N.º 199
Por: Bergma — Holanda
Fonte: «La Dépêche du Midi»,
19-X-1980
7x7



Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 199
«Golpe Bonnard»
Por: Marcel Bonnard — Lyon (F.),
1938
7x7



Jogam as brancas e ganham

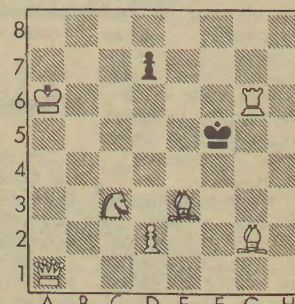
Soluções do N.º CXCIX
Miniatura N.º 199 (B): 37-32
(39x46); 34-29 (23x45); 32x5=D+

Golpe N.º 199 (M.B.): 34-29
(23x34); 37-32 (27x29); 43-39
(34x43); 25x3 (43x48); 3x26 (48-39...); 49-43 (...39x48); 41-37
(48x31); 26x48+

A. de M. M.

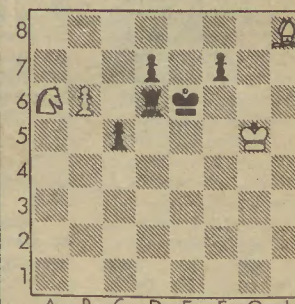
Xadrez

CXCIX — 20 de Abril de 1989
Proposição N.º 199-A
Por: J. Buchwald
1.º Prémio: «U. S. Problem
Bulletin», 1967
6x3



Mate em três lances

Proposição N.º 199-B
Por: S. Lissy
«Il Pacific Ocean Komsomolets
Ty», 1968
4x5



Jogam as brancas e ganham

Soluções do N.º CXCIX
N.º 199-A (J.B.): 1. Bd5!
1. ... C:d5; 2. Db1+, Rf6; 3. d4++
1. ... R:g6; 2. Dg1+Rf6 (Rh7); 3.
Dg5 (Dg8)++
1. ... Cc4; 2. Df6+, C:f6; 3. Tg5++
1. ... d6; 2. Df1+, R:g6 (Rf5); 3.
Df7 (Tg5)++
N.º 199-B (S.L.): 1. Cc7+, Rf7; 2.
Bf6+ Rf8; 3. Bg7+, Rg8; 4. b7,
Tb6; 5. Cd5, T:b7; 6. Rh6, f5; 7.
Rg6 e Brancas ganham.

A. de M. M.